

JANE SILVA

**OS DETERMINANTES SÓCIO-ECONÔMICOS PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL, PROPORCIONADOS PELA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL,
VIABILIZADOS PELA UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR VALE DO IGUAÇU –
UNIGUAÇU**

**CANOINHAS
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JANE SILVA

OS DETERMINANTES SÓCIO-ECONÔMICOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, VIABILIZADOS PELA UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR VALE DO IGUAÇU – UNIGUAÇU E PROPORCIONADOS PELA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional ao Colegiado do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade do Contestado – *UnC/Campus* Universitário de Canoinhas – SC, sob a orientação do Prof. Dr. Armindo José Longhi

**CANOINHAS
2009**

DEDICATÓRIA

À minha família e aos meus amigos, sempre presentes em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao Orientador Professor Doutor Armindo José Longhi, pela dedicação e colaboração para a realização desta pesquisa. Agradeço suas orientações e sugestões.

Aos Professores Doutores Sandino Hoff e Argos Gumbowsky pelas contribuições no desenvolvimento da pesquisa.

Ao Professor Mestre Edson Aires da Silva, Diretor Geral das faculdades mantidas pela Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu pela confiança, estímulo e apoio, imprescindíveis para a realização da pesquisa.

À Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU e ao Instituto Paranaense de Altos Estudos - ISPAE por oportunizarem a pesquisa e pelo incentivo concedido.

RESUMO

O presente estudo tem como foco a verificação da contribuição dos cursos ofertados pelas mantidas da Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu, para a formação dos egressos para a vida cidadã, bem como para o mercado de trabalho. Soares (2006) interpreta o art. 205 da Carta Magna, argumentando que a educação é direito de todos os cidadãos, que o dever de promovê-la e de incentivá-la é do estado e da família e que a sociedade deve colaborar. O estudo foi realizado também na perspectiva de que as Instituições de Ensino Superior (IES) possuem o compromisso de promover o desenvolvimento profissional e cultural do cidadão e que ambos são indispensáveis ao desenvolvimento integral da pessoa humana, tanto no âmbito individual como no coletivo. Foi realizada pesquisa bibliográfica a respeito da educação, da história das universidades no Brasil e, apresentou também relato da história e da legislação da educação superior. Abordou-se a teoria do capital humano que, no início da década de 1950 era fundamentada na premissa de que quanto mais educação houvesse maior seria o desenvolvimento sócio-econômico e mais empregos haveria e, que na atualidade, o capital humano se apresenta sob a ótica da preparação do indivíduo para ter acesso aos empregos e ao mercado de trabalho. Houve também breve análise sobre o sistema de ensino, natureza jurídica e organização acadêmica das IES brasileiras. A pesquisa foi realizada nas cidades de União da Vitória (PR) e de Porto União (SC), sobre a história e as características que apresentam na atualidade. Foram levantadas informações sobre a educação superior na região e especialmente a respeito das IES que se encontram instaladas em União da Vitória e Porto União. A pesquisa foi dedicada à verificação da necessidade sócio-regional, bem como sobre o desenvolvimento das mantidas da Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu e de seus respectivos cursos, realizada por meio da análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, e do Projeto Pedagógico dos cursos (PPC). Foram realizadas entrevistas com os coordenadores dos cursos ofertados pelas mantidas da UNIGUAÇU, cujo roteiro foi elaborado a partir da leitura dos Projetos Pedagógicos. O objeto da entrevista foi identificar a causa das mudanças de matrizes curriculares e as contribuições trazidas pelos cursos para as cidades gêmeas. A pesquisa foi realizada nos municípios de União da Vitória e de Porto União, especialmente nos cursos ofertados pelas faculdades mantidas pela Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu.

PALAVRAS-CHAVE: Capital Humano; Desenvolvimento Regional; Legislação; Ensino Superior

RESUMEN

Este estudio se centra en la verificación de la contribución de los cursos ofrecidos por la Unidade de Ensino Superior do Vale do Iguaçu, para capacitar a los graduados para la vida civil y al mercado laboral. Soares (2006) interpreta el arte. 205 de la Constitución, argumentando que la educación es un derecho de todos los ciudadanos, que el deber de promover y alentar a que es el Estado y la familia y la sociedad deben cooperar. El estudio también estaba buscando a las Instituciones de Educación Superior (IES) se han comprometido a promover el desarrollo profesional y cultural de los ciudadanos, y ambos son indispensables para el desarrollo de la persona humana, tanto individual como colectivamente. La búsqueda bibliográfica se realizó sobre la educación, la historia de las universidades en Brasil y también había notificado la historia y la ley de educación superior. Se dirigió a la teoría del capital humano que, a principios de 1950 se basó en la premisa de que la educación era más alto es el desarrollo socio-económico y el empleo allí, y que en la actualidad, el capital humano se presenta en el la preparación óptica de la persona a tener acceso a puestos de trabajo y el mercado laboral. Se debatió también brevemente el sistema educativo, la organización jurídica y académica de la IES Brasil. La encuesta se realizó en las ciudades de la União da Vitória (PR) y Porto União (SC), sobre la historia y las características presentadas en las noticias. Información básica sobre la educación superior en la región y especialmente en relación con las instituciones de educación superior que están instalados en el União da Vitória e Porto União y la investigación de la Unión se dedicó a la revisión de la necesidad socio-regionales, así como en el desarrollo de la Unidade de Ensino Superior do Vale do Iguaçu y sus respectivos cursos, llevado a cabo mediante el análisis del Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de las IES, y Projeto Pedagógico del cursos (PPC). Entrevistas con los coordinadores de los cursos ofrecidos por el UNIGUAÇU mantenido, cuyo guión se basa en la lectura de los Projetos Pedagógicos. El objeto de la entrevista fue identificar la causa de los cambios en los programas master y la aportación de los cursos para las Ciudades Gemelas. La encuesta se realizó en los municipios de União da Vitória y Porto União, especialmente en los cursos ofrecidos por universidades gestionada por la Unidade de Ensino Superior do Vale do Iguaçu.

Palabras clave: Capital Humano, Desarrollo, Derecho, Educación Superior

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Região Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.....	25
Figura 2 – Vista do Morro do Cristo de União da Vitória – mostra as cidades gêmeas do Iguazu	66
Figura 3 – Vista aérea da UNIGUAÇU – Rua Padre Saporiti nº 717, Bairro Rio D’Areia, União da Vitória/PR	70
Figura 4 – Vista aérea do Centro Esportivo UNIGUAÇU - Av. Bento Munhoz da Rocha	72
Figura 5 - Participantes do UPA no aquecimento realizado na quadra poliesportiva da IES	114
Figura 6 - Atendimento à comunidade no evento Bairro Melhor	115
Figura 7 - Atendimento à comunidade no evento Prefeito com o Povo	116
Figura 8 - Atendimento à comunidade no evento UNIGUAÇU na Praça	117
Figura 9 - Acadêmicos da IES na festa de recepção aos calouros.....	118
Figura 10 - Acadêmicas do Curso de Nutrição preparando os lanches para distribuição no “Dia do Anjo”	119
Figura 11 - Lançamento do projeto Viva Vida ,realizado no hall de entrada da IES, no Edifício Francisco Clève	120
Figura 12 – Participantes do projeto em atividade na quadra poliesportiva da IES	121
Figura 13 – Alguns participantes do evento Justiça no Bairro, realizado no Estádio Antiocho Pereira, em União da Vitória.....	122
Figura 14 - Acadêmicos da IES no evento UNIGUAÇU na Escola.....	123
Figura 15 - Participantes da UNIGUAÇU na Escola/Colégio Bernardina Schleder.....	124
Figura 16 - Acadêmicos vencedores da Gincana da atividade UNIAQUECENDO... ..	125
Figura 17 - Participantes do FERA COM CIÊNCIA	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Primeiras Universidades e Ano de Criação	19
Quadro 2 - Número de IES no Brasil, Região Sul e Santa Catarina – 2003 – 2004	22
Quadro 3 – Faculdade, Curso e Portarias de Autorização e de Recredenciamento.....	76

LISTA DE SIGLAS

ACG - Avaliação dos Cursos de Graduação
AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ART - Artigo
AVALIES - Avaliação das Instituições de Educação Superior
CEU – Centro Esportivo Uniguaçu
CF/88 – Constituição Federal de 1988
CNE – Conselho Nacional de Educação
CPA – Comissão Própria de Avaliação
DA – Diretório Acadêmico
DEAES – Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior
DCEs – Diretório Central de Estudantes
DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis
ENADE - Avaliação do Desempenho dos Estudantes
FAFI – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituição de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
ISS – Imposto Sobre Serviço
KM - quilômetro
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEC – Ministério da Educação
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PPC – Projeto Pedagógico do Curso
PR – Paraná
PROUNI – Programa Universidade Para Todos
SC – Santa Catarina
SESC – Serviço Social do Comércio
SESU – Secretaria de Educação Superior
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SUS – Sistema Único de Saúde
UNC – Universidade do Contestado
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNIGUAÇU – Unidade de Ensino Superior do Vale do Iguaçu
UNIUV - Centro Universitário de União da Vitória
UPA – Uniguaçu de Portas Abertas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E SUA LEGISLAÇÃO	15
2.1 A EDUCAÇÃO	15
2.2 A LEGISLAÇÃO	27
2.2.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	29
2.2.2 A EDUCAÇÃO NA LEI DE DIRETRIZES E BASES – LDB.....	31
2.2.3 A Educação nas principais leis esparsas	46
2.2.4 Considerações sobre a Legislação Educacional.....	52
2.3 Sistema de Ensino, Natureza Jurídica e Organização Acadêmica	54
2.4 A Concepção de Capital Social e de Capital Humano	59
2.5 As Gêmeas do Iguaçu: União da Vitória e Porto União	64
2.6 Localização, População e Características das Gêmeas do Iguaçu	65
2.7 Implantação e Desenvolvimento da Educação Superior nas Gêmeas do Iguaçu ...	68
2.7.1 Universidade do Contestado – UnC	68
2.7.2 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI	68
2.7.3 Centro Universitário de União da Vitória – UNIUV	69
2.7.4 Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU.....	69
3 UNIGUAÇU	70
3.1 Sistema de Ensino, Natureza Jurídica e Organização Acadêmica	72
3.2 Missão	72
3.3 Histórico de Implantação e Desenvolvimento da Instituição	73
3.4 Situação legal dos cursos	76
3.5 Desenvolvimento dos Cursos e a Importância destes no Cenário Regional	77
3.5.1 Implantação e desenvolvimento do Curso de Administração	78
3.5.2 Implantação e desenvolvimento do Curso de Sistemas de Informação	81
3.5.3 Implantação e desenvolvimento do Curso de Enfermagem	83
3.5.4 Implantação e desenvolvimento do Curso de Educação Física	85
3.5.5 Implantação e desenvolvimento do Curso de Nutrição	88
3.5.6 Implantação e desenvolvimento do Curso de Fisioterapia	89
3.5.7 Implantação e desenvolvimento do Curso de Farmácia.....	92
3.5.8 Implantação e desenvolvimento do Curso de Serviço Social	93
3.5.9 Implantação e desenvolvimento do Curso de Direito	95
3.5.10 Implantação e desenvolvimento do Curso de Medicina Veterinária	97
3.5.11 Implantação e desenvolvimento do Curso de Agronomia	99
3.5.12 Implantação do Curso de Biomedicina	101
3.5.13 Implantação e desenvolvimento dos Projetos Sociais e a Inserção da IES na Comunidade	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS	134
ANEXOS	141

1 INTRODUÇÃO

Quando se pensa em desenvolvimento, recorre-se ao início da burguesia para demonstrar que isso sempre se deu calcado na ciência e na tecnologia e, o aumento incomensurável destas peças-chave, ciência e tecnologia, tem provocado uma revolução no contexto social, político e econômico, vivido em escala global.

Nesta perspectiva as Instituições de Ensino Superior (IES) têm sido chamadas a desempenhar um papel estratégico no desenvolvimento econômico e social do País, em especial nas regiões onde se encontram localizadas.

Gladys Beatriz Barreyro (2008) explica o significado da sigla IES – Instituição de Ensino Superior e classifica tais instituições em categorias administrativas, sendo públicas ou privadas.

As IES são atores relevantes na construção do sistema social e proporcionam o desenvolvimento da formação profissional das pessoas, especialmente a visão avaliadora e crítica, imprescindível na formação do cidadão.

No âmbito do desenvolvimento regional as IES são parceiras nas relações com os demais órgãos públicos e também da iniciativa privada. Desta forma, constituem uma das peças-chave propulsoras do desenvolvimento e da competitividade de uma determinada região.

Vale lembrar que as IES possuem o compromisso de promover o desenvolvimento profissional e cultural do cidadão, ambos são indispensáveis ao desenvolvimento integral da pessoa humana. Este aspecto é apresentado no decorrer da pesquisa, abordando a questão da formação do capital humano e a contribuição dos cursos ofertados pelas IES mantidas pela Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu na formação do egresso e no desenvolvimento regional.

Por meio do estudo da história do Ensino Superior, constata-se que no decorrer das décadas de 1970 e 1980 havia predominância das instituições de ensino superior de caráter público e confessional e, a década de 1980 foi representativa, na história do Brasil, como período de abertura democrática.

A partir da década de 1990 o Brasil passou a usufruir de uma política educacional favorável à constituição das IES de caráter privado.

As políticas educacionais no Brasil vêm sendo balizadas por mudanças, destacando-se, especialmente, as de ordem jurídico-institucional, razão pela qual o

presente estudo analisa a legislação federal do ensino superior entre o período de 1988 e 2008.

Este recorte temporal foi estabelecido em razão da promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), que se deu em 05 de outubro de 1988, e da aprovação a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 20 de dezembro de 1996.

A CF/88 e a LDB promoveram significativas e relevantes alterações no sistema educacional brasileiro, especialmente na educação superior, objeto desta pesquisa.

Foi desenvolvido estudo exploratório da educação superior, por meio de análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos e das alterações nas matrizes curriculares dos cursos de graduação ofertados pelas faculdades mantidas pela Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu. O objetivo foi o de mapear a situação destes nas cidades Gêmeas do Iguaçu, especialmente quanto aos determinantes sócio-educativos para o desenvolvimento regional, viabilizados pela IES e proporcionados pela Legislação Educacional.

A relevância da presente pesquisa reside no fato de que a partir de determinantes sócio-econômicos para o desenvolvimento regional, viabilizados pelas IES e proporcionados pela Legislação Educacional, percebe-se que os cursos de graduação oferecidos contribuíram e contribuem para o atendimento das necessidades sociais regionais.

O atendimento das necessidades pode ser observado, entre outros, especialmente por meio da análise dos aspectos relacionados à educação, à saúde, à cultura e ao lazer, promovendo o desenvolvimento das Gêmeas do Iguaçu e da região na qual se encontram inseridas.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi realizada uma busca bibliográfica em livros, documentos e sites oficiais, bem como nos registros das IES mantidas pela Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu e, foram realizadas entrevistas com os coordenadores de curso. Sendo caracterizada uma pesquisa descritiva, documental e qualitativa.

O trabalho está ancorado nas orientações de Triviños (1987), o qual esclarece que a pesquisa descritiva é indicada para estudos na área da educação. Ressalta que o foco essencial destes estudos reside no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas, suas escolas, seus professores, sua educação, sua preparação para o trabalho e seus valores. O autor afirma também que “a análise qualitativa, pode ter apoio quantitativo, mas geralmente se omite a

análise estatística ou o seu emprego não é sofisticado”. Outra questão é sobre a análise documental, que para o autor, é uma modalidade de estudo que possibilita, entre outras questões, a reunião de grandes quantidades de leis sobre educação.

Por outro lado, May (2004) disserta sobre as fontes de pesquisa documental, afirmando que as fontes incluem documentos históricos, considerados documentos fisicamente corpóreos, em que o conteúdo é o propósito primário podendo ser fonte substancial de pesquisa plausível de credibilidade.

Para a realização desta pesquisa foram desenvolvidas duas etapas, a saber:

A primeira etapa compreendeu a pesquisa bibliográfica a respeito da educação e da história das universidades. Apresentou também relato da história e da legislação da educação superior. A partir dessas informações, foi colacionada e também analisada a Constituição Federal de 1988, especificamente os artigos que tratam da educação superior e as normatizações posteriores, tais como a LDB – Lei 9394/96 e, também, a legislação esparsa pertinente.

Foi abordada a teoria do capital humano que, no início da década de 1950 era fundamentada na premissa de que quanto mais educação houvesse, maior seria o desenvolvimento sócio-econômico e mais empregos haveria.

Na perspectiva de Gentili (2002, p. 80), nas décadas de 1960 e 1970, a formação do capital humano prometia integração, mobilidade e ascensão social a todos os cidadãos. Ainda sobre essa questão, Gentili afirma que este modelo de educação “preparar alguém apenas para as necessidades empresariais” é pouco, é necessário que este cidadão também tenha habilidades de relacionamento para enfrentar e resolver problemas intergrupais.

Nesse sentido, atualmente, o capital humano se apresenta sob a ótica da preparação do indivíduo para ter acesso aos empregos e ao mercado de trabalho.

Logo, o capital humano recebe outra forma, não mais de que a educação vai avalancar o desenvolvimento, mas que o capital humano é a própria formação do indivíduo para receber o emprego.

Assim sendo, a educação desempenha papel de grande relevância, haja vista que tem a missão de contribuir para a cidadania, atendendo as necessidades trazidas pela globalização e, preparando o cidadão para que ingresse no mercado de trabalho.

Foi realizada pesquisa das cidades de União da Vitória (PR) e de Porto União (SC), versando sobre sua história, desde a origem da expressão “Gêmeas do Iguçu”, até as características que apresentam na atualidade.

Foram levantadas informações sobre a educação superior nas cidades de União da Vitória e Porto União, acrescentando itens básicos sobre as IES nelas instaladas.

A educação superior nas cidades Gêmeas do Iguaçu é promovida pelas seguintes IES: Universidade do Contestado (UnC), situada na cidade de Porto União e a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de União da Vitória (FAFI), Centro Universitário de União da Vitória (UNIUV) e a Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU), sendo que estas se situam em União da Vitória.

Houve também breve análise sobre o sistema de ensino, natureza jurídica e organização acadêmica das IES brasileiras.

Foram realizadas entrevistas com os coordenadores dos cursos ofertados pelas mantidas da UNIGUAÇU, cujo roteiro foi elaborado a partir da leitura dos Projetos Políticos Pedagógicos. O objeto da entrevista foi identificar a causa das mudanças de matrizes curriculares e as contribuições trazidas pelos cursos para as cidades gêmeas.

Por meio da análise das entrevistas dos coordenadores dos cursos ofertados pelas mantidas da UNIGUAÇU foi possível verificar a importância dos cursos desta IES, em face do desenvolvimento regional. Além disso, verificou-se também a função social da IES dentro deste contexto regional.

A pesquisa foi realizada nos municípios de União da Vitória e de Porto União, especialmente nos cursos ofertados pelas faculdades mantidas pela Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu e a sua realização foi possível em razão do desafio e da problemática das mudanças e da diversidade de tipologias institucionais.

O objeto de estudo encontra-se em meio à expansão e à diversidade das instituições superiores, em que podem prevalecer as lógicas do mercado e os valores sociais do *ethos* acadêmico. Assim, os determinantes sócio-econômicos para o desenvolvimento regional, viabilizadas pelas IES e proporcionadas pela Legislação Educacional, apresentam-se, na prática, como uma problemática a ser desvelada, em vista de sua finalidade em consolidar e ampliar a capacidade social da população; ou, o seu equivalente: em desenvolver o conhecimento e a formação humana como bens sociais e direito de todos.

2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E SUA LEGISLAÇÃO

2.1 A EDUCAÇÃO

O tema Educação, seja formal ou informal, é amplamente discutido há longa data e, muito embora seja há décadas discutido, mantém-se tema atual e será sempre inacabado.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, firmada em Paris em 10/09/1948 e citada por Soares (2006, p. 884) já versava sobre educação:

Art. XXVI. 1- Todo homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

2 – A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito dos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3 – Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

A educação se faz presente em todos os tempos e em todos os lugares, desde os ambientes de trabalho, ambientes de lazer e, especialmente o escolar, envolvendo o ensino de todas as áreas do conhecimento. A educação escolar, tal como a conhecemos hoje, foi estabelecida na Modernidade, com Ratke e Comenius. Estes pedagogos (século XVII) instituíram a educação escolar pública de acordo com a produção material da existência, ou seja, organizaram a escola conforme o trabalho manufatureiro.

Soares (2006) interpreta o Art. 205 da Constituição Federal de 1988 explicando que a educação é direito de todos os cidadãos, que o dever de promovê-la e de incentivá-la é do estado e da família e que a sociedade deve colaborar, inclusive que a educação deve atender o pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para o exercício da cidadania e qualificando-a para o trabalho. Portanto, pode-se afirmar que o legislador constitucional corrobora a assertiva de que a educação se faz presente em todos os ambientes.

Em conformidade com as citações acima, tanto a Declaração Universal como na Constituição Federal, sempre houve grande preocupação com o desenvolvimento da personalidade humana, com o pleno desenvolvimento da pessoa. Questão esta que

reitera que a educação vai além dos bancos escolares, que educação não se subsume à mera reprodução do conhecimento.

De acordo com Saviani (1996, p. 83), podemos distinguir três tipos de educação: “educação escolar, educação difusa e educação popular”. Assevera o autor que a educação escolar corresponde à cultura erudita, enquanto que a chamada educação difusa pode ser citada como sendo a cultura de massa e, a educação popular corresponde à cultura popular.

Logo, pode-se afirmar que existem várias formas de educação e cada uma delas é fruto da sociedade em que se realiza.

Soares (2006, p. 879) corrobora Saviani e comenta a definição de educação:

Entende-se por educação a influência intencional e sistemática sobre, o ser juvenil, com o propósito de formá-lo e desenvolvê-lo. Em sentido amplo, consiste na ação genérica de uma sociedade sobre as gerações jovens, com o fim de conservar e transmitir a existência coletiva. Tecnicamente, educação é o processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social.

Portanto, em conformidade com Saviani (1996) e Soares (2006), não há que se falar em modelo padrão de educação, posto que a educação ocorre em diversos lugares e não somente na escola.

A educação apresenta características de acordo com os períodos históricos em que se realizam, para Soares (Ibid.) na época tribal a educação era natural, espontânea; nas civilizações clássicas assumiu forma essencialmente política; enquanto no período medieval era religiosa; por outro lado, no século XVII foi realista, sendo esta um reflexo das preocupações com os métodos científicos e; no século XVIII a educação foi racionalista, baseada no princípio de que nada existe que não tenha uma razão de ser e; no século XIX marcada pela intervenção estatal nas diretrizes educacionais com a instituição da escola primária universal, gratuita e obrigatória e, finalmente, no século XX a educação revela anseios de equidade humana.

Nesta perspectiva, pode-se citar também Siqueira (2006, p. 95) que argumenta que as reformas educacionais, especialmente a reforma da educação superior, em processo de implantação, propõem-se a disseminar e consolidar uma nova cultura cívica, na qual o cidadão, transmutando-se de sujeito de direito para assistente social, assume o papel do Estado na promoção do “bem estar social”.

2.1.1 A História da Implantação e do Desenvolvimento das IES no Brasil

Divergem os autores no tocante a data da criação da universidade no Brasil, entende Barreyro (2008, p.15) que:

A educação superior no Brasil teve desenvolvimento diferente do restante do continente sulamericano. Assim, a colonização espanhola incluiu as universidades, dentre as instituições que reproduziu na América, criando a primeira delas em 1538. Os primórdios da educação superior no Brasil começaram em 1572 com a criação dos cursos de Artes e Teologia no Colégio dos Jesuítas da Bahia. Depois da expulsão dessa ordem religiosa, em 1759, houve a abertura de aulas de matérias isoladas até que, em 1776, uma faculdade foi criada no Seminário dos Franciscanos no Rio de Janeiro e, em 1798, no Seminário de Olinda (Cunha, 1980). Mas, o ensino superior não-religioso iniciou-se com a transferência da sede do império português para o Brasil. A partir de 1808 foram instalados cursos superiores no Rio de Janeiro com o intuito de suprir as necessidades do Estado, formando profissionais para a burocracia e também profissionais liberais. Criaram-se, então, cursos de Cirurgia, Medicina e Matemática, relacionados com as atividades militares, e Agronomia, Desenho Técnico, Economia, Química e Arquitetura, destinados à burocracia estatal. Houve outros cursos ligados à Academia de Belas Artes, tais como os de Desenho, História, Arquitetura e Música. Depois da Independência, foram criados os cursos de Direito.

Por sua vez, Sampaio (2000, p. 40) entende que foi somente após a vinda da família real portuguesa que se deu o início da formação do núcleo de ensino superior no Brasil:

Em contraste com alguns países da América Hispânica, o Brasil não possuiu nem universidades nem outras instituições de ensino durante todo o período colonial. Somente em 1808, com a vinda da família real portuguesa, teve início a formação do núcleo de ensino superior no País. Duas características principais marcaram o seu padrão de desenvolvimento: a orientação para a formação profissional e o controle do Estado sobre o sistema.

Werebe (1997, p. 167) corrobora a assertiva de Sampaio ao ensinar que “o ensino superior no Brasil teria sido inaugurado a partir de 1808, por D. João VI, com a criação de instituições que tinham como objetivo a formação de profissionais para a atuação junto ao serviço público”.

Ruas, citado por Werebe (1997), assevera que o início do ensino superior no Brasil se deu bem antes de 1808, haja vista que os jesuítas já ofereciam este grau de ensino, citando como exemplo o Colégio de Salvador, onde se obtinha o grau de bacharel em Artes, embora os jovens das famílias mais abastadas continuassem a fazer seus estudos superiores em Coimbra.

Para ele, Werebe (Ibid.) embora a idéia de instituir o ensino superior tenha surgido no Império, foi somente cem anos após que surgiu a primeira universidade, em

1920, a qual fora constituída pelo agrupamento das escolas superiores existentes à época.

Foi no contexto da vigência de um sistema organizado em escolas isoladas, voltadas à formação de profissões liberais, nas quais o ensino estava dissociado da pesquisa, que nos anos 1920 se desenvolveu o movimento para a criação de uma universidade no País. A finalidade era formar quadros profissionais para a administração dos negócios do Estado e para a descoberta de novas riquezas. (SAMPAIO, 2000, p. 41).

Foi na esteira do debate dos anos 20 em torno da criação de uma universidade para o Brasil que o governo provisório de Getúlio Vargas, tendo instituído o Ministério da Educação e Saúde em 1930, promoveu ampla reforma educacional. Essa reforma, editada em 1931, dispunha sobre e como deveria ser a universidade no País.

Em 1931 foi editado o Decreto n. 19.851 que instituía o Estatuto das Universidades Brasileiras, que versava sobre a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro e criava o Conselho Nacional de Educação.

A Universidade de São Paulo, criada em 25 de janeiro de 1934, apesar de ser uma universidade estadual, foi a primeira a se adequar ao referido decreto federal.

Em 1934 foi criada a Universidade de São Paulo, que deveria ser o modelo ideal, inaugurando uma nova era no ensino superior, como uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, instituição que era destinada a dar vida e unidade à universidade e que, na opinião de seu fundador seria a '*alma mater* do organismo total, organismo que, por definição, deve dedicar-se aos chamados altos estudos desinteressados, os quais são a finalidade precípua de uma universidade realmente digna desse nome, a cuja volta se agrupariam os demais institutos profissionais'.

As ambições em relação à Faculdade de Filosofia e à própria Universidade de São Paulo foram frustradas. Todos os cursos universitários se destinavam de fato à formação de profissionais. (WEREBE 1997, 167).

Com o intuito de promover melhor visualização acerca das datas de criação das IES no Brasil é apresentado um quadro com o nome da universidade e os anos de criação, sendo que a primeira, a Universidade do Rio de Janeiro teve sua criação no ano de 1920, seguida pela Universidade de Minas Gerais criada em 1927, a Universidade Técnica do Rio Grande do Sul em 1932, a Universidade de São Paulo em 1934 e em 1935 a Universidade do Distrito Federal.

No quadro 1 constam informações adicionais sobre a Universidade do Rio de Janeiro e a Universidade Técnica do Rio Grande do Sul que tiveram suas denominações mudadas ao longo da história (BARREYRO 2008, p. 16).

Universidade	Ano de Criação
Universidade do Rio de Janeiro	1920 Chamada Universidade do Brasil de 1937
Universidade de Minas Gerais	1927
Universidade Técnica do Rio Grande do Sul	1932 Criada em 1896 com o nome com o nome de Escola de Engenharia de Porto Alegre. Desde 1934, Universidade de Porto Alegre
Universidade de São Paulo	1934
Universidade do Distrito Federal	1935-1939

Quadro 1 – Primeiras Universidades e ano de criação

Fonte: (CUNHA, 1980, p.16)

É relevante destacar que, à época da implantação do ensino superior no Brasil, padrões internacionais eram seguidos e uma das razões foi a contribuição dos professores europeus contratados para as universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro e, de acordo com Werebe (1997, p. 169):

[...] foi incontestável a preciosa contribuição das missões estrangeiras para elevar o nível da universidade brasileira, tanto pela qualidade dos trabalhos desenvolvidos, pelos métodos de trabalho introduzidos e, especialmente pelo incentivo à investigação científica.

No que se refere ao desenvolvimento da educação, Sampaio (2000, p. 43) explica que:

[...] o período compreendido entre 1933 e 1965 perfaz, na verdade, dois períodos distintos, sendo que o primeiro período, que termina no ano de 1945 foi marcado pela luta entre elites laicas e católicas e, o período seguinte que tem início em 1945 e perdura até meados da década de 1960 foi composto por lutas, cujo ator principal não era mais a elite intelectual, laica ou católica, mas o movimento estudantil, que resistiu na defesa do ensino público e que defendia o modelo de universidade em oposição as escolas isoladas autônomas.

Contudo, o que se verificou nos anos de 1940 até 1960 foram as respostas do sistema de ensino superior às transformações pelas quais a nação passou, a população brasileira, à época, era de 41,2 milhões e passou para 70,1 bilhões, crescimento de 70%, as matrículas no ensino superior aumentaram mais de três vezes no período.

No período compreendido entre 1954 e 1960 as matrículas no setor privado representavam 44,3% do total:

No Brasil de 1960, os estudantes universitários somavam 226.218; no setor privado, encontravam-se 93.968. Embora o sistema de ensino superior estivesse ampliando gradualmente o número de vagas em estabelecimentos públicos e privados, a demanda por formação superior parecia crescer mais do que a oferta. No mesmo ano, existiam 28.728 “alunos excedentes”; tratava-se

de estudantes que tinham sido aprovados nos exames vestibulares para as universidades públicas, mas que não puderam ser admitidos por falta de vaga (SAMPAIO, 2000, p. 52).

Com o Golpe militar de 1964, a bandeira da Reforma Universitária defendida pelo Movimento Estudantil foi incorporada pelo Estado, houve a reestruturação da representação estudantil, com a extinção da UNE e criação dos Diretórios Acadêmicos (DA`s) e dos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE`s), mas estes atuavam apenas no âmbito dos cursos e das universidades, respectivamente, sem representatividade política.

No decorrer da ditadura militar a educação sofreu duas grandes reformas, em 1968 e 1971 e a tendência do controle privado do ensino público e a iniciativa privada, foram ampliadas e persistem até os dias atuais.

Neste período foi editada a Lei da Reforma Universitária, Lei nº 5.540/68, esta reforma promoveu a unificação do vestibular passando a ser classificatório, aglutinou as faculdades em universidade, visando uma maior produtividade com a concentração de recursos, criou o sistema de créditos, permitindo a matrícula por disciplina.

Em conformidade com Cunha (2000, p. 182) a reforma fragmentou as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, dando lugar à criação das Faculdades e/ou Centros de Educação o que provocou a estruturação das universidades brasileiras que passaram a agregar departamentos em poucos centros, promovendo a reunião destes em maior número de institutos, faculdades e escolas, ligando estes departamentos diretamente à administração superior, houve também a superposição dos centros às faculdades, institutos e às escolas.

Por outro lado, mesmo com estas mudanças, o acesso ao ensino superior continua seletivo e a elite ocupa as vagas das melhores universidades.

Ainda em conformidade com Sampaio (2000, p. 75) “a expansão do setor privado se deu mediante o aumento de estabelecimentos isolados, de pequeno porte e que ofereciam número reduzido de cursos”. A partir da segunda metade da década de 1970, inicia-se a mudança na configuração do ensino superior privado e alguns estabelecimentos isolados transformaram-se em federação de escolas ou escolas integradas, por meio de fusão ou de incorporação de um ou mais estabelecimentos.

A partir do final da década de 1980, o movimento se deu pela transformação de escolas isoladas e/ou federação de escolas em universidades particulares, fator este

que entre 1985 e 1996, culminou no fato de as universidades privadas no país terem o número quadruplicado.

Este crescimento perdurou e, no período de 1991 a 2004 os números eram os seguintes:

No período 1991-2004 enquanto o número de instituições privadas cresceu 267% no território nacional, no Paraná a evolução foi bem superior, chegando a 412%. Em relação ao número de matrículas, a diferença é bem maior. A média brasileira, para esse quesito, indica uma variação de 311% no período de 1991 a 2004, enquanto no Paraná a evolução foi de 603%. A contradição é mais aparente quando observamos os dados relativos à rede pública paranaense. Nas instituições mantidas pelo governo estadual e federal, houve um incremento de apenas 152,6% no número de matrículas. Em relação ao número de instituições, observamos uma queda (de 29 para 22) acentuada no mesmo período (MEC/Inep/Deaes). (RISTOFF; GIOLLO, 2006, p. 29).

A respeito do crescimento das instituições de educação superior no Paraná, no período de 1991-2004, cita-se a análise de Ristoff e Giollo (Ibid., p. 31):

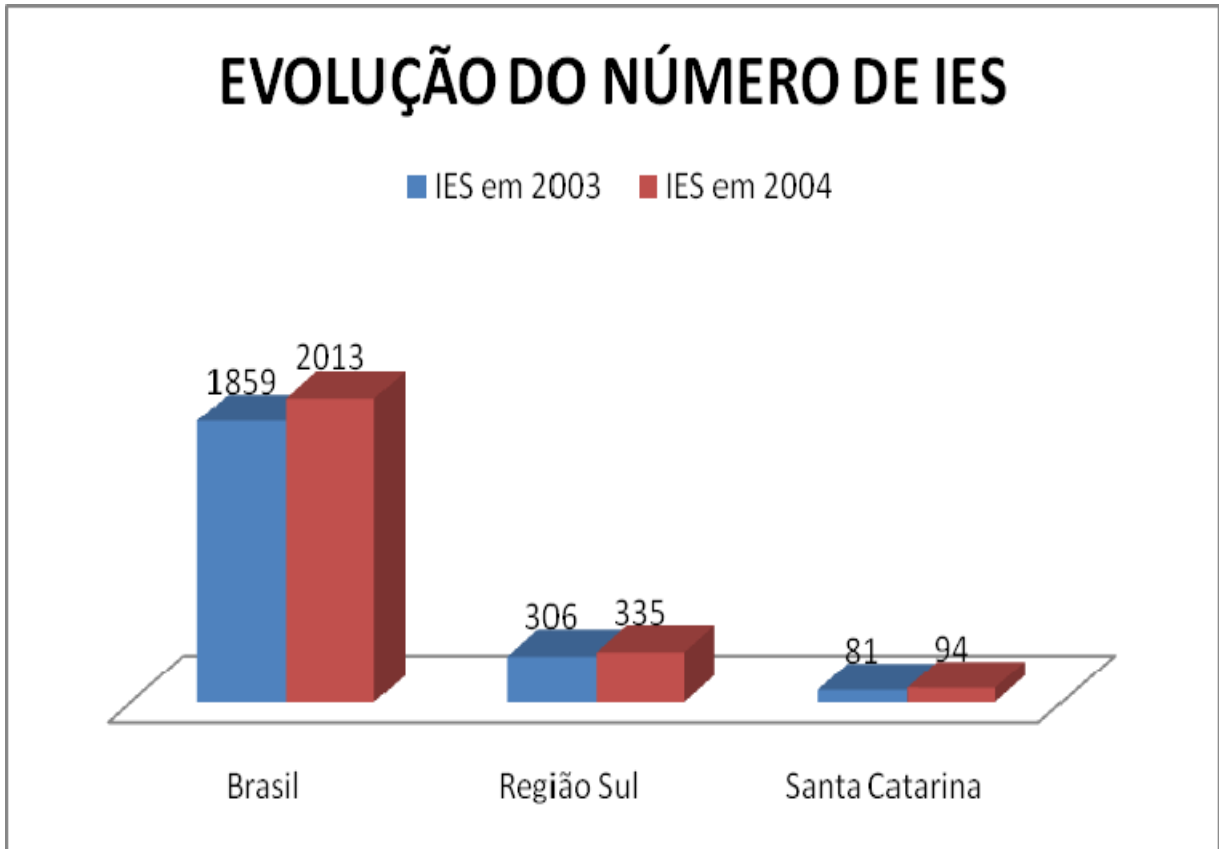
A análise de todos os indicadores disponibilizados pelo Inep demonstra que no Paraná o processo de privatização, verificado na segunda fase de expansão do sistema (1996-2004), foi bem mais intenso. Enquanto nacionalmente o sistema privado cresceu 151,6% de 1996 a 2004, no Paraná a expansão chegou a 312,1%. Em 1991, as escolas de nível superior particulares representavam 53,2% do total de instituições do estado. Em 2004, já dominavam 86,1% do mercado.

Ristoff e Giollo (2006), conclui que o Paraná tem acompanhado a tendência nacional no tocante ao crescimento do número de IES nos últimos anos e acrescenta que no período de 1991 à 1996 houve decréscimo do número de IES e, no período subsequente, ou seja, de 1996 à 2004 este número cresceu.

No Estado de Santa Catarina, cumpre trazer a colação o resultado do Censo da Educação Superior realizado pelo Inep no ano de 2004.

Com o intuito de conferir maior esclarecimento sobre os dados do Inep, referente à oferta de ensino superior no Estado de Santa Catarina, nos anos de 2003 e 2004, colaciona-se o quadro 2

Por meio da análise do Quadro 2, constata-se que o estado de Santa Catarina, entre os anos de 2003 e 2004, superou a tendência nacional de crescimento do número de IES, contando com 81 IES no ano de 2003 e, 94 no ano de 2004, com percentual de crescimento de 16%, o que configura praticamente o dobro do crescimento nacional.



Quadro 2 - Número de IES no Brasil, Região Sul e Santa Catarina – 2003 – 2004
 Fonte: (RISTOFF; GIOLLO, 2006, p. 26)

Trazendo a discussão do ensino superior para o âmbito nacional, Carneiro (1998, p. 138), argumenta que embora o Brasil tenha obtido ganhos importantes nos últimos anos, ainda apresenta taxa de escolarização líquida baixa, perfazendo 6,7% (população na faixa etária de 18 a 21 anos) enquanto a Argentina conta com 22,4%, o Uruguai com 11,3% e os países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE)¹ com a média de 23,2%.

Assim, pode-se afirmar que acessar a universidade ainda é um privilégio no Brasil. Tanto é assim que apenas um de cada oito brasileiros frequenta curso superior e, de acordo com o Plano Nacional de Educação, um terço dos brasileiros na faixa etária de 18 a 24 anos deverá frequentar curso superior até 2010. (HADDAD, 2008).

¹ A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, ou OECD em inglês) é uma organização internacional dos países comprometidos com os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado. A sede da organização fica em Paris, na França. (Disponível em < http://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_para_a_Coopera%C3%A7%C3%A3o_e_Desevolvimento_Econ%C3%B3mico>. Acesso em 04 de jan. 2009).

Atualmente, o sistema de educação superior no Brasil compõe-se de 257 instituições públicas e 2.141 privadas, estas podem ser sem fins lucrativos (comunitárias e confessionais) e com fins lucrativos (DIAS SOBRINHO; BRITO (2008, p. 487).

De acordo com Dias Sobrinho e Brito (2008, p. 488) a década de 1990 e a de 2000 pode ser considerada de livre expansão contudo de duvidosa qualidade do setor privado, em razão da motivação estar alicerçada no lucro. Além disso, os autores acentuam a “intensificação da funcionalidade econômica e utilitarista da educação superior”.

Todos os campos da organização econômica, social e política da sociedade tem se submetido ao processo de transformação e de adaptação. O condão desta transformação é a informação e o conhecimento, fatores que desempenham papel singular na transformação da base material, como na geração de riqueza das sociedades.

Ademais, a capacidade de adaptação, produção, interpretação, articulação e disseminação de conhecimentos e informações, são imprescindíveis no mercado de trabalho e, é missão do ensino superior desenvolver o indivíduo para a vida cidadã e para o mercado de trabalho, logo, o cenário educacional assume não apenas um valor econômico, mas significado social.

Assim, o acesso crescente e contínuo da população aos graus mais elevados de educação torna-se uma medida tanto de valoração da democracia e da cidadania, quanto de diferenciação competitiva no campo econômico. Nesse contexto, a educação, traduzida na capacidade de os indivíduos produzirem inovações e resolverem problemas, tornou-se o grande elemento capaz de agregar valor aos sistemas produtivos.

Acrescentam Dias Sobrinho; Brito (2008, p. 489) que a expansão acarretou também uma “enorme diversificação na tipologia das instituições e das formas de oferecer os cursos superiores”. A Constituição Federal (1988) admite universidades (instituições complexas que oferecem ensino, extensão, investigação e *stricto sensu*), centros universitários (sem obrigação de realizar pesquisas) e faculdades (colleges). 92% das 2398 instituições dedicam-se somente ao ensino, preocupadas numa rápida formação dos alunos a fim de inseri-los no mercado de trabalho.

Entre outras conclusões, apontam, Dias Sobrinho e Brito (2008, p. 503-4), que as instituições privadas se submetem à racionalidade gerencial e fortalecem a ideologia

do individualismo, da produtividade, de empreendedores e de lucro. Afirmam, por fim, que “a educação superior se encontra numa encruzilhada e ninguém tem alguma certeza com respeito a seu futuro”.

Com o intuito de demonstrar a oferta e a necessidade social no âmbito do ensino superior na região das Gêmeas do Iguaçu, União da Vitória e Porto União e, considerando que a Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu, objeto deste estudo se encontra instalada nesta região, foi colacionado mapa da região e realizado levantamento da oferta de ensino superior na região.

2.1.2 Levantamento da oferta e da necessidade social regional no âmbito do ensino superior

Com a finalidade de possibilitar a localização da região apresenta-se um mapa, no qual foi inserido um círculo no entorno das cidades de União da Vitória/PR e de Porto União/SC.

Levantamentos realizados junto aos institutos de estatísticas, indicam que na área de abrangência geográfica de 150 Km das mantidas da Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu, sito em União da Vitória/PR, as principais cidades são: Antônio Olinto/PR, Bituruna/PR, Caçador/SC, Calmon/SC, Canoinhas/SC, Clevelândia/PR, Cruz Machado/PR, General Carneiro/PR, Irati/PR, Irineópolis/SC, Itaiópolis/SC, Major Vieira/SC, Mallet/PR, Matos Costa/PR, Paula Freitas/PR, Paulo Frontin/PR, Pinhão/PR, Porto União/SC, Porto Vitória/PR, Rebouças/PR, Rio Azul/PR, São João do Triunfo/PR, São Mateus do Sul/PR, Três Barras/PR e União da Vitória/PR. Nessa área, a totalidade da população é de 507.629 habitantes. (IBGE, 2004)

Por meio de busca nos registros do Censo da Educação Superior 2005 e Censo Educacional 2006, disponibilizados pelo INEP, foi realizado um levantamento das instituições, cursos e número de vagas oferecidas nos municípios que compõe a área de abrangência da UNIGUAÇU e, chegou-se ao número de 6.363 vagas oferecidas pelas instituições de ensino superior da região.

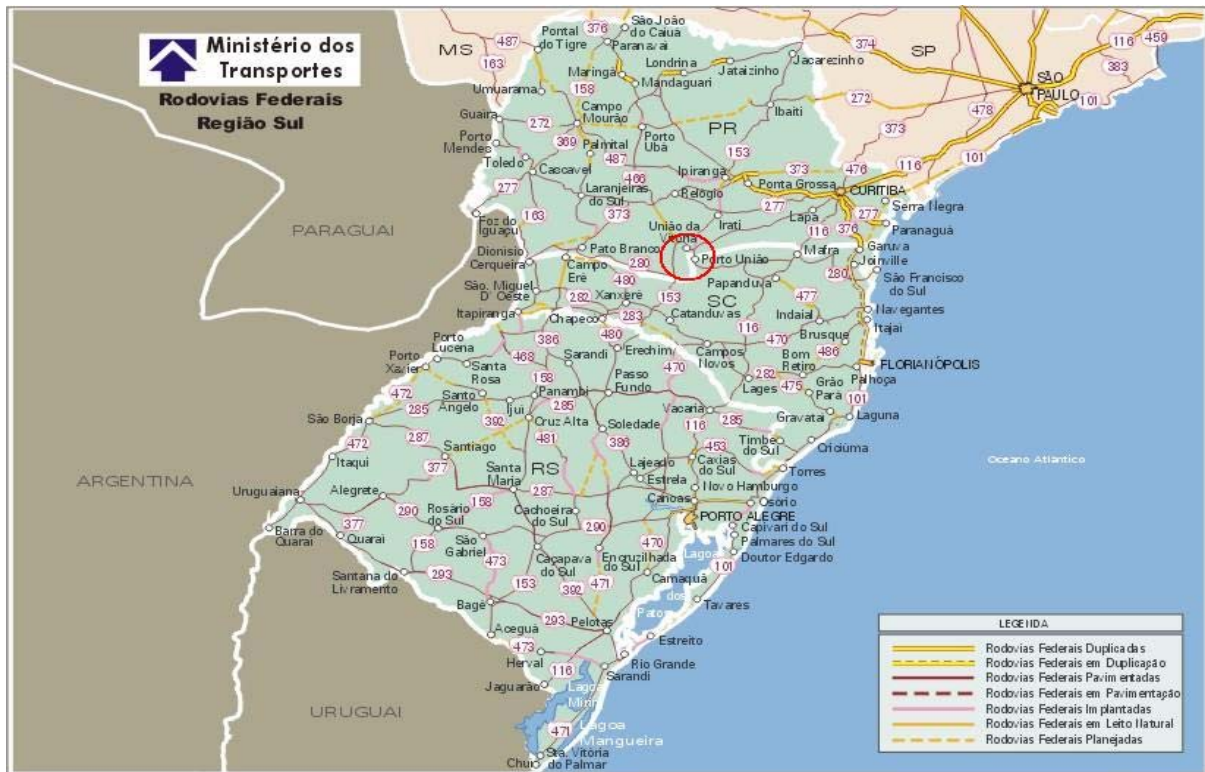


Figura 1 – Mapa da Região Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul
Fonte: Ministério dos Transportes, 2009

Em face da impossibilidade de estabelecer o número de vagas efetivamente ocupadas e considerando a possibilidade de residentes nos municípios pesquisados estarem matriculados em instituições não foram incluídas na área de abrangência, pode-se afirmar que o número de alunos cursando o ensino superior na região é menor do que o número de vagas ofertadas (INEP 2005, 2006).

Considerando os dados do IBGE (Censo Demográfico 2000) para população total e também na faixa etária de 18 a 24 anos de idade (Censo da Educação Superior 2005), chegam-se ao percentual de escolarização 18,43% no ensino superior.

Contudo, este percentual de 18,43% é menor que a média da região sul, esta média era de 24,7% em 2005 e 25% em 2006 e, também menor que a média nacional de 2006 (20,1%).

Não foi possível estimar a escolarização líquida - composta pelo percentual da população entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior -, haja vista que o censo da educação superior não disponibiliza os dados de matrículas por idade nas diferentes cidades.

Em face deste contexto, pode-se afirmar que o percentual de escolarização no ensino superior na região é muito menor do que o percentual de 30% previsto no Plano

Nacional de Educação, percentual este a ser cumprido até o final da década. (HADDAD, 2008).

Assim sendo, é possível afirmar que as IES, instaladas na região, objeto da pesquisa, possuem o compromisso de contribuir com a disseminação do conhecimento e, conseqüentemente, cumprir a missão social de elevar a da taxa de escolarização, inclusive com a instalação de cursos superiores ainda não ofertados na região.

2.2 A LEGISLAÇÃO

A Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988) determina três poderes, são eles: o Executivo², o Legislativo³ e o Judiciário⁴, que são independentes entre si e funcionam em harmonia.

A legislação da educação se refere à instrução ou aos procedimentos de formação que se dão não apenas nos estabelecimentos de ensino como também em todos os ambientes do cotidiano das pessoas, tais como a família, igreja, espaços destinados ao lazer, entre outros.

A LDB é a "coluna dorsal" da estrutura atual da educação. Na LDB a educação é concebida como processo de formação abrangente, inclusive o de formação de cidadania e o trabalho como princípio educativo, portanto não limitada às instituições de ensino.

Portanto, presente está a possibilidade de se contemplar a legislação educacional como a legislação que acolhe todas os atos e fatos jurídicos que tratam da educação como direito social do cidadão e direito público subjetivo dos estudantes. A legislação educacional pode ser tomada como conjunto de leis referentes à educação. É um complexo de leis cujo destinatário é o ser humano.

A Constituição é a Carta Magna⁵, a lei Maior da Nação Brasileira e foi promulgada em 05.10.1988, portanto com vinte anos 20 anos de existência, chamada

² O Poder Executivo tem a função de executar as leis já existentes e de implementar novas leis segundo a necessidade do Estado e do povo. No Brasil, que adota o sistema presidencialista, o poder executivo é representado, no âmbito nacional, pelo Presidente, no estadual pelo Governador e no municipal pelo Prefeito.

³ O Poder Legislativo é aquele que tem a missão de legislar, de criar as leis. No Brasil, no âmbito federal o Poder Legislativo é composto pela Câmara dos Deputados e Senado Federal, nos Estados é composto pelos Deputados Estaduais e nos Municípios pelos Vereadores.

⁴ O Poder Judiciário exerce a função jurisdicional, também chamada jurisdição, por meio da qual compõe os conflitos de interesses em cada caso concreto, por intermédio de processo judicial e, exerce também o controle de constitucionalidade, ou seja, as normas jurídicas editadas pelos poderes executivo e legislativo devem estar em conformidade com o ordenamento jurídico brasileiro, sob pena de serem declaradas inconstitucionais e perderem a eficácia desde a publicação da norma, conferindo efeito *ex tunc* ou efeito *ex nunc*, sendo este conferido à partir da decisão, conforme o caso concreto.

⁵ As normas legais seguem uma hierarquia e um dispositivo inferior não pode alterar ou dar interpretação diferente daquela conferida pelo dispositivo superior. Portanto, tem-se: 1º - A Constituição Federal; 2º - As Leis Federais; 3º - Os Decretos Federais.

Por sua vez, as Leis Federais são aprovadas pelo Congresso Nacional (Câmaras dos Deputados e Senadores). A iniciativa de qualquer lei pode vir da sociedade, dos parlamentares ou do Poder Executivo. Uma lei somente pode ser modificada por outra lei ou, excepcionalmente, pelas Medidas

pelo então Deputado Ulysses Guimarães, que presidiu a Assembléia Nacional Constituinte, de Constituição Cidadã.

Entre inúmeros outros aspectos, bastante relevante é a denominação de Constituição Cidadã, considerada cidadão por ampliar as liberdades civis e assegurar direitos e garantias fundamentais para o cidadão, por meio de direitos individuais e sociais.

As normas que regem o Ensino Superior brasileiro, tanto público como privado, encontram-se em dois instrumentos legais principais, quais sejam: a Constituição Federal de 1988, denominada de CF/88, especialmente nos artigos 205, 207, 209 e 213, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996), que é conhecida como LDB.

Além da LDB, há um conjunto de Medidas Provisórias, Decretos, Resoluções, Portarias Ministeriais e pareceres do Conselho Nacional de Educação – CNE.

E, ainda, há normatizações oriundas dos Conselhos Estaduais de Educação, que tratam das questões relacionadas ao Ensino Superior no âmbito dos Estados.

Provisórias. As Medidas Provisórias vieram substituir os Decretos-Leis vigentes nas Constituições anteriores à CF/88. São atos legais baixados pelo Governo Federal e que têm força de lei. Pela sistemática atual uma Medida Provisória tem validade temporária; caso o Congresso Nacional não a transforme em lei perde a validade. Regulamentando as leis vêm os Decretos. São sempre baixados pelo Executivo. Pode existir ato regional, com aplicação nos Estados, Distrito Federal e Municípios e assim temos acessoriamente as Constituições Estaduais, as Leis Estaduais e os Decretos Estaduais. Nos municípios não há uma Constituição e os aspectos globais são inseridos na "Lei Orgânica do Município" que equivale a uma Constituição Municipal. Os Vereadores podem propor Leis Municipais e o Prefeito baixar Decretos Municipais. Nenhum órgão pode fazer normas contrariando as determinações de outro órgão. Assim, os municípios não podem legislar contrariamente ao que estabelecem os Estados e a União e os Estados não podem ir contra as disposições federais.

2.2.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A educação está presente em todas as constituições brasileiras, desde a primeira, a imperial, outorgada por Dom Pedro I, em 1824, até a última, promulgada em 5 de outubro de 1988.

A educação, durante quase dois séculos, pode ser acompanhada pela evolução constitucional. Durante todo esse período, a vida política foi se aperfeiçoando com a promulgação das várias constituições.

A Constituição de 1934 foi a primeira a estabelecer a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Educação que coordenasse e supervisionasse as atividades de ensino em todos os níveis. Foram regulamentadas as formas de financiamento do ensino oficial em cotas fixas para a Federação, Estados e Municípios, fixando-se ainda as competências dos respectivos níveis administrativos.

A Constituição Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, trata da Educação no Título VIII – Capítulo III – Seção I – Da Educação.

Soares (2006, p. 876), cita o Art. 205 da CF/88 que é claro ao afirmar que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Infere-se da leitura do artigo que a educação deve ser promovida pelo estado e pela sociedade como um todo, de forma intencional e sistemática, visando a formação e o desenvolvimento integral do sujeito de direito – a pessoa humana.

Soares (Ibid., p. 876), dando seqüência à análise dos instrumentos legais, observa que o art. 207 da CF/88 confere, “à Universidade, autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Por sua vez, o art. 209 da CF/88 determina que o ensino privado cumpra duas condições, a saber: cumprir as normas gerais de educação, que não podem ser restritivas, e ser avaliado pelo Poder Público, que por sua vez possui autoridade para supervisionar e acompanhar as atividades das IES, independente de serem de natureza pública ou privada.

O Art. 213 da CF/88⁶ estabelece que as IES Privadas, que possuem finalidade lucrativa, não recebem quaisquer recursos financeiros do Poder Público. Enquanto as IES denominadas comunitárias, confessionais ou filantrópicas podem receber apoio financeiro do Poder Público. Que os recursos públicos são destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

Neste momento, o presente estudo se limita a citar os artigos da CF/88 e, esclarece que as questões abordadas pelos mesmos serão analisadas mais adiante, por ocasião do estudo da LDB, haja vista que as informações dos diplomas legais são convergentes.

Outrossim, ressalta que o presente não tem a pretensão de esgotar o assunto, até mesmo porque o tema Educação na Constituição Federal é vasto e inesgotável.

⁶ Constituição Federal de 1988. Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º - As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público.

2.2.2 A EDUCAÇÃO NA LEI DE DIRETRIZES E BASES – LDB

Em decorrência da Constituição de 1946, com a introdução dos conceitos de diretrizes e bases de natureza educacional na norma constitucional, foi enviado à Câmara Federal, em 1948, o projeto da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1961 (Lei nº 4.024/1961).

Em conformidade com Moaci Alves Carneiro (1998, p. 24):

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, teve uma gestação lassa e penosa. Entre a chegada do texto à Câmara Federal, outubro de 1948, e o início dos debates sobre o texto, maio de 1957, decorreram mais de oito anos e meio. Daí, até a aprovação, em 20 de dezembro de 1961, mais quatro anos e sete meses! Ou seja, entre o encaminhamento, as discussões e a aprovação do texto, passaram-se treze anos.

Carneiro (Ibid., p. 25) leciona que “o eixo das discussões era a defesa da presença da iniciativa privada nas atividades de ensino, que a pressão das escolas particulares transformou o debate partidário em debate ideológico”. Em 1961 o texto foi aprovado e apresentou, de forma bastante clara, as diretrizes e bases da educação nacional, divididas em eixos⁷ e, em organização do ensino.⁸

Carneiro (Ibid.) afirma que a Lei 4.024/61 possuiu o condão de flexibilizar a estrutura do ensino, tornando possível o acesso ao ensino superior, independentemente do curso que o interessado tivesse feito anteriormente, haja vista que à época ingressavam no ensino superior somente aqueles que faziam curso científico.

Argumenta Carneiro que esta LDB tornou possível também a migração interna do aluno de um ramo de ensino para o outro, por meio de aproveitamento de estudos, haja vista que até então, o aluno que pretendesse mudar de ramo de ensino deveria regressar ao início, sem a possibilidade de promover o aproveitamento dos estudos até então desenvolvidos.

⁷ I) Dos Fins da Educação; II) Do Direito à Educação; III) Da Liberdade de Ensino; IV) Da Administração do Ensino; V) Dos Sistemas de Ensino; VI) Da Educação de Grau Primário; VII) Da Assistência Social Escolar; VIII) Dos Recursos para a Educação.

⁸ Durante a vigência da Lei 4.024/61, o Ensino Primário e o Ciclo Ginásial do Ensino Médio, cada qual com duração de quatro anos, o Ciclo Colegial do Ensino Médio com duração de três anos e, o Ensino Superior com duração variável. À época, a passagem do Primário para o Ginásial era feito por meio de uma prova de acesso, denominada Exame de Admissão. Os ciclos Ginásial e Colegial eram divididos nos chamados Ramos de Ensino, tais como: Secundário, Comercial, Industrial, Agrícola, Normal e outros.

As discussões acerca da educação continuaram, o que culminou na edição da Lei 5.540/68 que tratava da Reforma Universitária e, três anos depois, editava-se a Lei 5.692/71, denominada Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus⁹.

Portanto, à época, prevaleciam duas legislações estanques: a Lei 5.692/71¹⁰ para o ensino de 1º e 2º graus e a Lei 5.540/68, complementada pelo Decreto-Lei nº 464/69, para o ensino superior.

Carneiro (1998, p. 25) trata da questão daquela Reforma Universitária nos seguintes termos:

O trajeto da Lei da reforma universitária começou pela constituição de um Grupo de Trabalho, instituído por Decreto, para realizar estudos que possibilitassem 'a eficiência, modernização e flexibilidade administrativa' das universidades. Em outubro de 1968, chegava, ao Congresso, a Mensagem nº 36, acompanhada do projeto de lei nº 32, voltada para estabelecer 'normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média...'. Com o Congresso totalmente engessado em sua ação, o texto era aprovado em 28 de novembro de 1968, sob a forma da Lei 5.540/68. Por ela, extinguiu-se a cátedra, a estrutura de universidade passava a ser prioritária como forma de organização do ensino superior, o ensino, a pesquisa e a extensão assumiam a natureza privada, via instituições isoladas, e o instituto da autonomia não conseguia se afirmar, enalçado pelas injunções de natureza financeira.

A LDB, Lei 9.394/1996 sistematiza o ensino em dois segmentos: Educação Básica e Educação Superior¹¹.

A Educação Superior corresponde à graduação e pós-graduação, com duração variável.

Carneiro (1998, p. 31) cita a LDB/96, que em seu artigo 1º estatui que:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

⁹ A organização do ensino sob a égide da Lei 5.692/71 se deu da seguinte forma: o ensino passou a ser dividido em Ensino de Primeiro Grau, com oito anos de duração; Ensino de Segundo Grau com duração de três ou quatro anos de duração e, Ensino Superior, com duração variável. Neste sistema, com a junção do Primário e Ginásial, deixou de existir o Exame de Admissão.

¹⁰ A duração do 2º grau era de três anos, que era ultrapassado no caso de curso profissionalizante. O ensino de 1º e 2º graus tinham carga horária mínima anual de 720 horas e ano letivo com o mínimo de 180 dias. A estrutura básica da Lei 5.692/71 é a seguinte: Capítulo I – Do Ensino de 1º e 2º Graus. Capítulo II – Do Ensino de 1º grau. Capítulo III – Do Ensino de 2º grau. Capítulo IV – Do Ensino Supletivo. Capítulo V – Dos Professores e Especialistas. Capítulo VI – Do Financiamento. Capítulo VII – Das Disposições Gerais. Capítulo VIII – Das Disposições Transitórias.

¹¹ A estrutura básica da Lei 9.394/1996 é a seguinte: Título I – Da Educação. Título II – Dos Princípios e Fins da Educação Nacional. Título III – Do Direito à Educação e do Dever de Educar. Título IV – Da Organização da Educação Nacional. Título V – Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino. Título VI – Dos Profissionais de Educação. Título VII – Dos Recursos Financeiros. Título VIII – Das Disposições Gerais. Título IX – Das Disposições Transitórias.

§ 1º. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

2º. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social.

Saviani (2001) argumenta que o texto da LDB mantém a conceituação abrangente de educação e que este aspecto é positivo porque busca corrigir a fragmentação e os unilateralismos que marcavam a educação nacional no Brasil.

Acrescenta que o risco de dispersão e excessiva generalidade é afastado por meio do § 1º que especifica o âmbito da LDB, que é a educação escolar. Ressalta que este aspecto é importante porque “a educação escolar emergiu na modernidade como a forma principal e dominante de educação, erigindo-se em ponto de referência e critério para se aferir as demais formas de educar” (IBID., p. 202).

No que se refere ao § 2º do Art. 1º da LDB, Saviani adverte sobre o “mundo do trabalho” e “prática social”, que o real significado desse enunciado dependerá do entendimento que houver sobre os mesmos.

Os enunciados “mundo do trabalho” e “prática social” constituem temas controversos e serão considerados por ocasião da análise do capital humano.

A LDB (Brasil, 1996), em seu Art. 2º estabelece que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Da leitura dos artigos acima se infere que há plena sintonia entre a CF/88 e a LDB.

Por sua vez, o artigo 7º da LDB (Brasil, 1996) reitera os termos da Carta Magna ao afirmar que:

Art. 7º. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:
I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;
II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;
III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

A Educação Superior compõe os Art. 43 a 57 do Capítulo IV da LDB (BRASIL, 1996). O Art. 43¹² da LDB apresenta a finalidade da educação superior em sete incisos.

Carneiro (1998, p. 136) discorre a respeito do art. 43 da LDB, asseverando que:

Há dois aspectos a considerar preliminarmente. Em primeiro lugar, cabe destacar que o legislador fala de finalidade e não de objetivos. Ou seja, buscam-se valores e re-significações na perspectiva de uma cultura da transformação. Institucionalmente, a operacionalização da educação superior deve estar inteiramente permeada dos fundamentos axiológicos do processo educativo. Esta preocupação vai responder por um trabalho educativo mais consistente e coerente com as reais necessidades de contextos específicos onde cada instituição se localiza. Em segundo lugar, vale ressaltar a preocupação do legislador em rearticular os níveis de ensino (educação básica e educação superior), já através de uma providência de formalização legal, trazendo a educação superior para o corpo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

...

Os vários Incisos do Artigo em estudo se vinculam, também, de alguma forma, às prescrições constitucionais contidas nos artigos 215 (Da Cultura) e 218 (Da Ciência e Tecnologia). De fato, a educação superior é o "locus" privilegiado para a concretização destes mandamentos através da formação de recursos humanos.

Conforme se infere pela leitura da transcrição acima, Carneiro corrobora a assertiva do presente estudo no sentido de que a educação superior contribui de forma decisiva para a formação do capital humano.

O Art. 44¹³ da LDB (Brasil, 1996) versa sobre a organização da educação superior, sobre os cursos e programas que o compõe.

¹² Art. 43. A educação superior tem por finalidade: I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

¹³ Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: I - cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente; (Redação dada pela Lei nº 11.632, de 2007). II - de graduação, abertos a candidatos que

A novidade reside nos chamados cursos seqüenciais. Carneiro (1998, p. 139) ensina: “estes cursos estarão voltados para atender demandas de formação emergente e contextualizada”.

O inciso II versa sobre os cursos de graduação, estabelecendo a necessidade de conclusão do ensino médio para ingressar no ensino superior e, também sobre o processo seletivo, muito embora atualmente seja possível ingressar sem se submeter ao concurso vestibular da IES, ou seja, é possível ingressar por meio de obtenção de nota no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conforme o Programa Universidade para Todos (ProUni).

O inciso III trata de cursos de pós-graduação, que contempla a pós-graduação *Stricto sensu* que inclui o mestrado e o doutorado e, a pós-graduação *lato sensu* que abrange a especialização.

Finalmente, acerca do inciso IV cita-se Carneiro (1998, p. 141): “Não é por acaso que todas as universidades (públicas, comunitárias e privadas) incluem, na sua estrutura, um órgão de atividade de extensão”.

É por meio dos cursos de extensão que as IES socializam com a sociedade o conhecimento produzido pela comunidade acadêmica, buscando promover benefícios à população e, também desta forma cumprir sua função social.

O Art. 45 da LDB prevê que “A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”¹⁴ (BRASIL, 1996). Este artigo assegura que a

tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo; III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino; IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino. Parágrafo único. Os resultados do processo seletivo referido no inciso II do *caput* deste artigo serão tornados públicos pelas instituições de ensino superior, sendo obrigatória a divulgação da relação nominal dos classificados, a respectiva ordem de classificação, bem como do cronograma das chamadas para matrícula, de acordo com os critérios para preenchimento das vagas constantes do respectivo edital (Incluído pela Lei nº 11.331, de 2006)

¹⁴ Carneiro (1988, p. 142) explica a origem e a motivação do termo ‘variados graus de abrangência ou especialização’ nos seguintes termos: “Para regulamentar o que a lei denomina de variados graus de abrangência, o Governo Federal editou o Decreto n. 2.306, de 19 de agosto de 1997. Através dele, as instituições de ensino do sistema federal (ver Art. 16 da LDB) classificam-se em: i) Universidades; ii) Centros Universitários; iii) Faculdades Integradas; iv) Faculdades; e v) Institutos Superiores ou Escolas Superiores”.

educação superior possa ser ministrada por instituições públicas ou privadas, ou seja, garante à iniciativa privada a prestação de serviços educacionais, contudo não traça as diretrizes a respeito dos centros universitários.

Ainda em conformidade com Carneiro (1998, p. 143) pode-se afirmar que: “A educação é, por essência, tarefa pública. Mesmo quando oferecida por instituição privada, esta é permissionária de um serviço público”. Logo, desta premissa decorre a obrigação do Estado de acompanhar a qualidade e os resultados dos serviços educacionais ofertados¹⁵.

Conforme ensina Carneiro (Ibid., p. 144):

Para funcionar adequadamente, um curso superior deve submeter-se a três estágios: o primeiro, de autorização, o segundo, de reconhecimento e o terceiro de credenciamento, ou seja, de renovação periódica para funcionar.

O Art. 46¹⁶ da LDB esclarece que os atos de credenciamento, autorização e reconhecimento terão prazos limitados, devendo haver processo regular de avaliação. No caso de serem constatadas deficiências, será concedido prazo para saneamento das mesmas e, caso as deficiências não sejam sanadas, poderá haver desativação de cursos e habilitações, bem como suspensão temporária de prerrogativas de autonomia, ou até mesmo descredenciamento (BRASIL, 1996).

Como mecanismo de acompanhamento e avaliação, na qualidade de coordenador, articulador e agente financiador, em julho de 1993 a SESU/MEC criou a Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras, com o objetivo de conduzir politicamente, o processo de avaliação institucional.

De acordo com Carneiro (1998, p. 145): “A avaliação de nossas universidades é imperativo social, é responsabilidade educativa e é, sobretudo, mecanismo apropriado para a construção da identidade institucional”.

Contudo, cumpre esclarecer que o Decreto n. 2.306 de 19 de agosto de 1997, foi revogado pelo Decreto 3860 de 09 de julho de 2001, o qual por sua vez foi revogado pelo Decreto 5.773 de 09 de maio de 2006, item que será analisado nas próximas páginas. Contudo, permanece válida a classificação acima colacionada.

¹⁵ O Estado, por meio do Ministério da Educação (MEC), busca cumprir esta incumbência por meio dos mecanismos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, por meio de avaliação institucional e, por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

¹⁶ Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação. § 1º Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento. § 2º No caso de instituição pública, o Poder

É por meio da avaliação que se busca melhorar a qualidade do ensino, elevar o padrão da pesquisa acadêmica e aprimorar as atividades de extensão.

O Art. 47¹⁷ da LDB estabelece que o ano letivo deve ser composto, no mínimo, por duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo (BRASIL, 1996). O § 1º do Art. 47 da LDB prevê que incumbe as IES fornecer informações a respeito dos cursos ofertados, conferindo transparência ao procedimento educativo. O § 2º possibilita que o aluno com nível de aproveitamento e conhecimento comprovadamente elevado possa antecipar a conclusão de seu curso, sempre com observância as formalidades legais.

O § 3º prevê que é obrigatória a presença de professores e alunos nos cursos presenciais, o regimento de cada IES estabelece o *quantum* mínimo de frequência, 75%.

Por sua vez, o § 4º determina que não pode haver diferença na qualidade de ensino nos cursos ofertados no período diurno e noturno, ou seja, que deve ser conferida a ambos a mesma qualidade de ensino, o mesmo conteúdo programático, as mesmas ementas, os mesmos planos de ensino.

O art. 48¹⁸ da LDB disciplina sobre a emissão, registro e validade dos diplomas emitidos pelas IES (BRASIL, 1996).

Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.

¹⁷ Art. 47. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver. § 1º As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições. § 2º Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino. § 3º É obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância. § 4º As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária.

¹⁸ Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular. § 1º Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprios registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação. § 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação. § 3º Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

Para ser registrado, o diploma deve ser de curso superior reconhecido e, terá validade em todo o território nacional.

O § 1º do Art. 48 da LDB estabelece que as universidades, desde que autorizadas e reconhecidas legalmente, gozarão de autonomia para a expedição dos diplomas dos cursos por ela ofertados, enquanto os diplomas conferidos por faculdades deverão ser registrados em universidades.

No § 2º trata da revalidação de diplomas emitidos por IES estrangeira, que poderá ser realizada por IES pública que oferte o mesmo curso, no mesmo nível acadêmico.

O § 3º trata da revalidação de diplomas de mestrado e de doutorado emitidos por IES estrangeira, que poderão ser revalidados por IES nacionais que ofereçam programas de pós-graduação reconhecidos e avaliados e, desde que sejam da mesma área do conhecimento.

O Art. 49¹⁹ da LDB disciplina a forma de transferência de alunos, seja de curso, na mesma IES, ou de IES, para o mesmo ou para curso diverso (BRASIL, 1996).

O processo de ingresso no ensino superior é meramente classificatório e não leva em consideração a afinidade entre as aptidões do futuro acadêmico e o curso escolhido.

Com o intuito de sanar questões desta natureza é que o legislador disciplinou neste artigo a possibilidade do interessado mudar de curso na mesma IES, por meio do procedimento de migração interna ou, mudar até mesmo de IES.

De acordo com Carneiro (1998, p. 148) a abertura da Lei para possibilitar transferência de um curso para outro afim, ou seja, de idêntica área de conhecimentos “decorre do intuito do legislador de ‘desprender’ o currículo do curso, tradicionalmente travado no conceito de grades curriculares inflexíveis”. Daí decorre a possibilidade de transferência, que é viável somente na hipótese de existência de vaga e para curso afim.

O Art. 50²⁰ da LDB busca ampliar as responsabilidades sociais das IES, com a abertura de matrícula em disciplinas de seus cursos para alunos não regulares (BRASIL, 1996).

¹⁹ Art. 49. As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo. Parágrafo único. As transferências *ex officio* dar-se-ão na forma da lei.

Conforme assevera Carneiro (1998, p. 148):

[...] o regime seriado, a matrícula em blocos de disciplinas sob a forma de regime semestral fechado, tudo isto se faz elemento impeditivo para que um número crescente de pessoas possa acessar a instituição universitária.

Por meio da abertura, prevista no Art. 50 da LDB, pretende o legislador possibilitar que as pessoas que não possuem condições para se dedicar aos estudos possam cursar algumas disciplinas.

Estes alunos, que podem ser chamados de eventuais, apropriam-se de conhecimentos benéficos para a vida em sociedade e também para o trabalho. Por outro lado, importante e interessante também para as IES que cumprem seu papel social e ocupam as vagas até então ociosas.

O Art. 51²¹ da LDB trata da necessidade de articulação entre os vários níveis de ensino, especialmente no que se refere ao ensino médio, que é a última etapa da educação básica, e o ensino superior (BRASIL, 1996).

Neste caso, incumbe as IES, credenciadas como universidades, buscar informações sobre o conjunto de diretrizes adotadas pelo ensino médio e adaptar os procedimentos de seleção e admissão de alunos no ensino superior.

O Art. 52²² da LDB trata especificamente das universidades, estabelecendo que são IES pluridisciplinares, que devem ser caracterizadas pela produção intelectual, pela titulação acadêmica pelo regime de trabalho do corpo docente (BRASIL, 1996).

Em conformidade como Carneiro (1998, 150) em razão de se caracterizarem como instituições pluridisciplinares, as universidades possuem o compromisso de

²⁰ Art. 50. As instituições de educação superior, quando da ocorrência de vagas, abrirão matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio.

²¹ As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

²² Art. 52 As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral. Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber (Regulamento).

organizar o conhecimento sob eixos estruturantes que envolvem as diversas áreas do conhecimento, a saber: Humanas, Biomédicas, Exatas e Tecnológicas; o liame entre o domínio de conhecimento e o processo de aquisição do mesmo; identificação do conteúdo de cada área e sub-área e; a estruturação das disciplinas.

Para Carneiro (Ibid., p. 150): “a pluridisciplinaridade deve ser entendida como um universo diversificado de disciplinas, sem que isto signifique uma fragmentação, uma dispersão de saberes”.

Os processos de construção da interdisciplinaridade devem envolver aspectos lógico-psicológicos de cada uma das disciplinas, de forma que o currículo dos cursos seja estruturado a fim de atender a plena formação do cidadão contemporâneo.

O inciso I do artigo em estudo trata do estudo sistemático e dá ênfase também à valorização do ponto de vista científico e cultural regional e nacional.

No âmbito regional em razão do fato da universidade estar inserida no contexto da região onde se encontra instalada, valorizando os saberes daquela localidade.

No nacional porque a universidade prepara cidadãos que vivem no mesmo território nacional, valorizando e preservando a história de seu povo e, construindo o futuro com justiça social e equidade.

O inciso II do Art. 52 trata da questão da formação e titulação dos docentes da universidade, estabelecendo que no mínimo um terço dos professores com mestrado ou doutorado.

O legislador estabeleceu *quantum* mínimo a ser cumprido em razão da missão da universidade que está intimamente ligada à ciência, à pesquisa e, para que esta missão seja cumprida é imprescindível a participação de pessoas com avançada qualificação e experiência em pesquisa.

No inciso III o legislador estabeleceu que um terço do corpo docente deve ter dedicação integral junto à universidade na qual atua. Este inciso surge como desdobramento do anterior, visando regime de trabalho estável para o docente, com jornada de trabalho de quarenta horas para possibilitar a dedicação ao trabalho acadêmico, qual seja de ensino, pesquisa e extensão e, desta forma, cumprir a missão da universidade.

Finalmente, o parágrafo único do Art. 52 da LDB possibilita a constituição de universidades especializadas por campo do saber, ou seja, a universidade pode ser constituída para atuar em determinada área do saber, exclusivamente, pelo que pode

haver a constituição de universidades de Ciências Agrárias, Ciências da Saúde, Ciências do Meio-Ambiente, entre outras áreas do saber.

Esta inovação confere menor complexidade na instalação de universidades e pode ser interpretada como forma de incentivo para instalação das mesmas.

Por outro lado, Bittar (2008, p.171) reitera Cury que entende que “a flexibilidade conferida pelo parágrafo único do Art. 52 da LDB poderá contribuir para um elevado grau de dispersão”. Questão esta controversa e que não será esgotada neste estudo, sob pena de desvirtuar o foco do presente, contudo este pode ser tema de discussão em outro estudo.

O Art. 53²³ da LDB trata da questão da autonomia conferida as universidades (BRASIL, 1996). Tema bastante controverso, sendo possivelmente a questão da autonomia das universidades o mais debatido pelos estudiosos desta área do conhecimento.

A autonomia da universidade é salvaguardada na Constituição Federal, no art. 207 e, mesmo sendo instituto previsto na Carta Magna encontra resistência para sua concretização, especialmente no que se refere à gestão financeira.

No que diz respeito à autonomia das universidades, o art. 207 é bastante claro e está assim redigido: “As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (SOARES, 2006, p. 876) cita a Constituição.

²³ Art. 53 - No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições: I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes; III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão; IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio; V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes; VI - conferir graus, diplomas e outros títulos; VII - firmar contratos, acordos e convênios; VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais; IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos; X - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas. Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre: I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos; II - ampliação e diminuição de vagas; III - elaboração da programação dos cursos; IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão; V - contratação e dispensa de professores; VI - planos de carreira docente.

Infere-se da leitura que o legislador não estabeleceu condições a esta autonomia, não havendo também restrição legal que venha a ameaçar a eficácia da autonomia garantida pela Carta Magna.

Logo, se houver pretensão de lei ordinária ou complementar determinando a redução da ampla autonomia que a Constituição assegura, será uma lei inconstitucional.

Cumprido ressaltar que o Art. 207 da Constituição Federal de 1988 não condiciona a autonomia aos termos da lei, mas apenas declara que as universidades e os institutos de pesquisas são autônomos, pelo que, a lei não pode reduzi-la (BRASIL, 1988).

Por outro lado, autonomia, *in casu*, não significa independência total, mas autodeterminação dentro de limites legais previstos textualmente na LDB (Ibid., 1996).

Por outro lado, é oportuno trazer à colação Carneiro (1998, p. 154) que ressalta a necessidade de reavaliação do sistema de ensino e fundamenta seu parecer com os índices de participação da população brasileira no ensino superior:

O crescimento da rede privada e a estagnação da rede pública colocam a necessidade de uma profunda reavaliação do sistema. Na América Latina, o Brasil apresenta um dos índices mais baixos de acesso à educação superior. Basta verificar que a população brasileira de 18 a 24 anos, que frequenta cursos superiores, é de menos de 12%. Na Argentina, é de 40%, na Venezuela de 26%, na Bolívia de 20,6% e no Chile de 20%.

Carneiro (Ibid., p. 154) assevera ainda que “a autonomia da universidade passa por uma profunda transformação do seu atual modelo de gestão...”.

Esta transformação pode ser vislumbrada por meio da implementação de fontes múltiplas de financiamento, tornando o ensino superior mais acessível, por meio de avaliações externas, com o intuito de verificar se as universidades estão desempenhando suas funções educacionais e sociais.

O Art. 54²⁴ da LDB trata exclusivamente das universidades públicas, estabelecendo que estas usufruem de estatuto jurídico especial para atender às suas peculiaridades (BRASIL, 1996).

²⁴ Art. 54 - As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal. § 1º No exercício da sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo anterior, as universidades públicas poderão: I - propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis; II - elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes; III -

O Art. 54 da LDB trata também da questão da autonomia, especialmente no que se refere a forma de operacionalização da autonomia concedida (BRASIL, 1996).

No *caput* do artigo o legislador prevê a criação de um estatuto jurídico especial, que atenda as necessidades de organização e financiamento, criado com o intuito de direcionar e orientar para o uso adequado dos recursos humanos e financeiros das universidades públicas.

O parágrafo segundo prevê que as IES não universitárias também poderão usufruir das prerrogativas da autonomia, desde que sejam dedicadas as atividades de ensino e pesquisa e que desenvolvam altas competências.

O Art. 55 da LDB estabelece que caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.

Nos termos da lei, a educação é “direito de todos” e “dever do Estado” logo, em se tratando de IES pública, ao Estado incumbe garantir a fonte de financiamento para a manutenção e o desenvolvimento das instituições públicas.

O Art. 56²⁵ LDB este instituto determina que as IES públicas obedecem ao princípio constitucional da gestão democrática e que será assegurada a existência de órgãos colegiados que participarão das deliberações. A gestão democrática, também está prevista no Art. 206, inciso VI da Constituição Federal (BRASIL, 1996).

Com o intuito de garantir o procedimento democrático, o parágrafo único do art. 56 da LDB determina a participação de setenta por cento de docentes nas comissões

aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor; IV - elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais; V - adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento; VI - realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos; VII - efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho. § 2º Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público.

²⁵ Art. 56 - As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

deliberativas, que tratem inclusive de elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Saviani (2001, p. 216) destaca como positiva a norma que incluiu como uma das características da universidade “a exigência de que pelo menos um terço do corpo docente seja constituído de mestres e doutores”.

Sobre a questão da gestão, Saviani registra que a exigência de que 70% das vagas dos órgãos colegiados das instituições públicas de nível superior sejam ocupadas por professores e que esta norma contribui para o descarte das propostas e das experiências paritárias

Finalmente, passa-se a análise do artigo 57 da LDB que é claro ao afirmar que nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas.

Este dispositivo determina que o professor tenha, no mínimo, oito aulas em sala, este preceito fora instituído com o fito de que o professor efetivamente tenha aula em sala para ministrar, que não seja comprometido somente com a pesquisa.

Ademais, “a pesquisa é função essencial da universidade, contudo o ensino não é menos essencial, portanto o professor deve participar da construção do conhecimento, deve contribuir para a formação do cidadão crítico e social” (CARNEIRO, 1988, p. 156).

Saviani (2001, p. 217), entende que é louvável a preocupação com a importância do ensino no âmbito das atividades docentes, além de ser bastante razoável a quantidade definida como mínima.

No entanto, quando tanto se criticou o fato do projeto da Câmara comportar minúcias não pertinentes a uma lei geral da educação, cabe indagar se esse dispositivo não estaria deslocado numa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Por outro lado, Saviani (Ibid.) tece críticas também no que se refere à limitação apresentada pela norma, posto que esta simplesmente afirma que o professor ficará obrigado a oito horas semanais de aula, logo se atribui a norma a todo professor, em qualquer circunstância, ou seja, atinge inclusive aqueles com encargos administrativos, sem exceção.

Assim sendo, mesmo que em determinado semestre seja mais produtivo que um professor se dedique integralmente a uma atividade de pesquisa ou outra atividade, a lei impedirá que isto aconteça. Então, Saviani questiona: “Terá sido esta, efetivamente, a intenção do legislador?”

Saviani (2001) vai além, argüindo que o caráter de obrigatoriedade resulta inconstitucional, uma vez que fere o princípio da autonomia universitária. Na perspectiva da autonomia universitária, o estudo será limitado a apresentar estas críticas, sem, contudo esgotar suas razões, posto que a seara da (in)constitucionalidade é bastante controversa e, poderá ser objeto de estudo específico.

2.2.3 A Educação nas principais leis esparsas

2.2.3.1 Lei 4.506 de 30 de novembro de 1964 (BRASIL, 1964)

É oportuno citar a Lei 4.506 de 30.11.64 (BRASIL, 1964) que no art. 31 isenta do imposto de renda as sociedades cooperativas escolares. “São isentas do imposto de renda as sociedades cooperativas a seguir enumeradas: ... IX – Escolares”.

A edição desta lei incentivou a instalação de IES, haja vista que todo e qualquer ensino está contemplado na imunidade prevista nesta lei, ainda que as IES recebam mensalidades elevadas, usufruem da imunidade, desde que cumpram requisitos legais, previstos inclusive no art. 14 do CTN, quais sejam: ausência de intuito lucrativo, aplicação integral de seus rendimentos no País e escrituração correta de suas receitas.

2.2.3.2 Lei 9.532 de 10 de dezembro de 1997 (BRASIL, 1997)

A Lei 9.532 de 10 de dezembro de 1997 altera a legislação tributária federal e dá outras providências (BRASIL, 1997).

In casu, a análise vai se ater exclusivamente ao Art. 12 da Lei, no qual o legislador determinou que as IES sem fins lucrativos são imunes de tributos porque realizam atividades próprias do Estado e de relevante interesse público.

Neste momento, é mister que se esclareça que imunidade é uma limitação ao poder de tributar, é uma vedação absoluta ao poder de tributar.

De acordo com Denari (2002, p. 61): “Na linguagem jurídica e financeira, o termo tributo designa gênero do qual constituem espécies os impostos, as taxas e a contribuição de melhoria”.

O Poder Público neste caso representado pela União, Estados e Municípios está proibido de tributar as instituições de ensino, ou seja, está proibido de cobrar impostos de instituições de ensino sem fins lucrativos.

É importante ressaltar que o instituto da imunidade não se confunde com o instituto da isenção, pois no caso da imunidade há a proibição de tributar e, no caso da isenção há um favor fiscal.

A isenção constitui um favor fiscal, ou seja, nesta há a ocorrência do fato gerador do tributo, há incidência tributária e o nascimento da obrigação de recolher o tributo, contudo há também a dispensa do pagamento, daí decorre o termo favor legal.

No art. 12 a Lei n. 9.532 de 10 de dezembro de 1997²⁶ trata especificamente da imunidade concedida às instituições de educação ou de assistência social, estabelecendo regramentos para o gozo da imunidade.

A Constituição Federal de 1988 trata da limitação do poder de tributar por meio dos princípios e diretrizes traçados pelo Art. 150²⁷, incisos I a VI, alíneas e §§ 1º a 6º (SOARES, 2006).

Portanto, é vedada a instituição de impostos sobre as instituições de educação, desde que estas atendam os requisitos da lei e, especialmente, que não tenham cunho lucrativo.

A questão da imunidade prevista no Art. 150 da Constituição Federal é cláusula pétrea, que significa que nem lei ordinária, nem lei complementar, nem emenda

²⁶ Art. 12. Para efeito do disposto no art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos. § 1º Não estão abrangidos pela imunidade os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável. § 2º Para o gozo da imunidade, as instituições a que se refere este artigo, estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos: a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados; b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais; c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão; d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e) apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; f) recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes; g) assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público. h) outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo. § 3º Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais. (Redação dada pela Lei n. 9.718, de 1998).

²⁷ Art. 150 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI - instituir impostos sobre:

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

constitucional podem alterá-la, conforme inteligência do art. 60, § 4º, inciso IV, da CF: “§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: [...] IV – os direitos e garantias individuais” (Ibid., p. 482)

Na seara do direito, especialmente no que se refere aos preceitos da Constituição Federal, há necessidade de regulamentação dos dispositivos e, com o intuito de regulamentar o preceito contido no art. 150 da Constituição Federal de 1988 o legislador infra-constitucional editou a Lei n. 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

O art. 12 da Lei n. 9.532/97, constante na nota 20 do rodapé, versa sobre as IES que podem ser consideradas imunes, esclarecendo que imune é aquela instituição de educação ou que preste os serviços para os quais foi instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

Portanto, a lei é suficientemente clara estabelecendo que para obtenção de imunidade, além dos demais requisitos legais, há que ser instituída sem fins lucrativos.

Carrazza (2002, p. 666) versa sobre a questão da imunidade e a acepção do termo sem finalidade lucrativa:

Quando dizemos ‘sem finalidade de lucro’, absolutamente não estamos querendo significar que a gratuidade na prestação deste serviço é requisito essencial para o desfrute da imunidade. De fato, a só circunstância de uma escola cobrar mensalidades de seus alunos não inviabiliza seu direito à imunidade. Pelo contrário, se, com o produto da arrecadação de tais mensalidades, limitar-se a remunerar, de acordo com as leis de mercado, seus funcionários e professores, bem como a investir em equipamentos e materiais, continua a ter pleno direito ao benefício constitucional em tela.

No parágrafo primeiro do art. 12 da Lei n. 9.532/97, o legislador esclarece que a imunidade não se estende aos ganhos de capital oriundos de aplicações financeiras ou renda variável. O parágrafo segundo, do art. 12 da Lei n. 9.532/97, enumera as obrigações a serem cumpridas pelas IES que usufruem da imunidade, cujas alíneas dispensam argumentação por serem auto explicativas.

Com redação dada pela Lei n. 9.718/98, o parágrafo terceiro versa sobre a equiparação a entidade sem fins lucrativos, estabelecendo que pode ser considerada entidade sem fins lucrativos aquela que não apresentar superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, que destine o resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais previstos em seu estatuto ou documento equivalente.

2.2.3.3 Lei n. 9.870 de 23 de novembro de 1999 (BRASIL, 1999)

A Lei n. 9.870 de 23 de novembro de 1999 dá nova redação ao Art. 7º da Lei n. 9.131, de 24 de novembro de 1995, estabelecendo que as mantenedoras de IES poderão assumir qualquer das formas admitidas em direito para constituir pessoas jurídicas e prestar serviços educacionais²⁸.

Com a edição da Lei n. 9.131, de 24 de novembro de 1995 houve grande abertura para que as pessoas jurídicas, mantenedoras de IES privadas, promovessem suas constituições, por meio de contrato social, estatuto, entre outros documentos e, passassem a ofertar serviços educacionais no âmbito do ensino superior.

Esta abertura pode ser analisada como muito positiva para a nação brasileira, haja vista que por meio dela foi possível a instalação de IES privadas por todo o país e, desta forma levar o ensino superior a um número maior de brasileiros, conforme será noticiado no item sobre o ensino superior privado.

Com a instalação de IES por todo o país, inclusive no interior da nação, houve a expansão do acesso ao ensino superior, contribuindo com o desenvolvimento do Brasil.

2.2.3.4 Lei n. 10.861 de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004)

Como mecanismo de acompanhamento e avaliação institucional das atividades desenvolvidas pelas IES, foi editada a Lei 10.861, em 14 de abril de 2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (BRASIL, 2004).²⁹

²⁸ Art. 9º A Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos: "Art. 7º-A. As pessoas jurídicas de direito privado, mantenedoras de instituições de ensino superior, previstas no inciso II do art. 19 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, poderão assumir qualquer das formas admitidas em direito, de natureza civil ou comercial e, quando constituídas como fundações, serão regidas pelo disposto no art. 24 do Código Civil Brasileiro. Parágrafo único. Quaisquer alterações estatutárias na entidade mantenedora, devidamente averbadas pelos órgãos competentes, deverão ser comunicadas ao Ministério da Educação, para as devidas providências (BRASIL, 1999).

²⁹ A Lei n. 10.861/2004, que instituiu o SINAES, concebe a avaliação como processo sistemático de identificação de mérito e valor que envolve diferentes momentos e diversos agentes e, prevê em seu artigo 11 a criação de Comissão Própria de Avaliação - CPA com a função, dentre outras, de coordenar o processo de auto-avaliação institucional. (Disponível em: <http://www.uniguacu.edu.br/portalcad/sis_cpa/>. Acesso em: 17 set. 2008). Com a criação da CPA, constituída por representantes de todos os segmentos das IES e por representantes da sociedade civil organizada, o processo de avaliação deve ser conduzido de forma global e integrada, permitindo uma visão ampla da instituição, garantindo unidade ao processo avaliativo por meio da análise das seguintes dimensões: • missão e do plano de desenvolvimento institucional; • política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão; • responsabilidade social da instituição; • comunicação com a

O SINAES defende a avaliação participativa fundamentada nos princípios de responsabilidade social, reconhecimento da diversidade do sistema educacional, respeito à identidade institucional, compromisso formativo e publicidade, visando à melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta e o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social.

2.2.3.5 Decreto 5.773 de 09 de maio de 2006 (BRASIL, 2006)

A Educação Superior era regulamentada Decreto nº 2.306 de 19 de agosto de 1997, que foi revogado pelo Decreto 3860 de 09 de julho de 2001, o qual por sua vez foi revogado pelo Decreto n. 5.773 de 09 de maio de 2006 e dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino (BRASIL, 2006).

O Decreto n. 5.773/2006, no CAPÍTULO I - DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SISTEMA FEDERAL DE ENSINO, estabelece que a regulação, que dar-se-á por intermédio de atos administrativos e, a supervisão será realizada a fim de zelar pela conformidade da oferta de educação superior no sistema federal de ensino com a legislação aplicável.

No Art. 2º o Decreto n. 5.773/2006 esclarece que:

O sistema federal de ensino superior compreende as instituições federais de educação superior, as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos federais de educação superior (BRASIL, 2006).

No CAPÍTULO II DA REGULAÇÃO, seção I, trata dos atos autorizativos e reitera os termos da CF/88, asseverando no art. 9º que: “A educação superior é livre à iniciativa privada, observadas as normas gerais da educação nacional e mediante autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público”.

sociedade; • políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico- administrativo; • organização e gestão institucional; • infra-estrutura-física; • planejamento e avaliação; • política de atendimento a estudantes e egressos; • sustentabilidade financeira. Em conformidade com a normatização do SINAES as instituições devem promover a avaliação interna e externa, sendo que a interna se dá na comunidade acadêmica e a externa se dá por meio de pesquisa junto à comunidade da cidade na qual se encontra inserida. A Avaliação Institucional constituirá em referencial básico para os processos de regulação e supervisão da educação superior, com o fito de promover a melhoria da qualidade de ensino.

Na Seção II, trata o Decreto do Credenciamento e Recredenciamento de Instituição de Educação Superior, sendo que as instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, serão credenciadas como faculdades, centros universitários e universidades.

A partir do CAPÍTULO III, passa a tratar da Supervisão a ser exercida pelas secretarias, sobre a forma de avaliação dos cursos de graduação e do desempenho escolar de seus acadêmicos, que será realizada no âmbito do SINAES.

Finalmente, cumpre ressaltar que os processos que foram iniciados sob a orientação do revogado Decreto terão todos os atos aproveitados e mantidos e, terão seguimento pelo INEP. Por outro lado, à partir Decreto n. 5.773/2006 os processos são protocolados eletronicamente no E-MEC e junto à este tramitam, sendo que paulatinamente o E-MEC irá substituir o INEP, adotando procedimentos mais céleres e sintetizados.

Finalmente, cita-se a Portaria n. 40/2007, de 12 de dezembro de 2007 que instituiu o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação (BRASIL, 2007).

O sistema e-MEC determina e disciplina a forma de condução dos procedimentos regulatórios de instituições e cursos de graduação e seqüenciais do sistema federal de educação superior, será feita exclusivamente em meio eletrônico.

2.2.4 Considerações sobre a Legislação Educacional

Ao refletir sobre a legislação, pode-se afirmar que esta é resultado da realidade social e reflete os objetivos, as crenças e os valores da sociedade e, resulta também, entre outros aspectos, de conflitos, de interesses e de lutas de grupos.

No que se refere à legislação educacional, pode-se afirmar que possui eficácia em diversos aspectos e normatizações, em especial nos preceitos da Lei n. 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, eleita para explanação nesta pesquisa em razão de sua atualidade e relevância.

Conforme exposto nos itens anteriores, a oferta de educação superior brasileira foi bastante expandida com o intuito de torná-la mais acessível, de atender a escolarização ideal e de possibilitar a formação para a cidadania e para o mercado de trabalho do povo brasileiro.

Com esta abertura, pode-se afirmar que houve proliferação de IES e, muitas delas movidas exclusivamente pelo interesse financeiro.

Em face deste contexto, foi editada a legislação que instituiu o SINAES, que concebe a avaliação como processo sistemático de identificação de mérito e valor que envolve diferentes momentos e diversos agentes.

O ciclo avaliativo instituído pelo SINAES muito tem contribuído, muitas vezes de forma até coercitiva, para que as IES atendam efetivamente os requisitos de qualidade de ensino.

Por meio do procedimento avaliativo instituído pelo SINAES, ocorre a Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), a Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e a Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE).

A Lei n. 10.861/2004 prevê a criação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, que tem a incumbência, entre outros aspectos, de coordenar o procedimento de auto-avaliação institucional.

Por meio destas ferramentas, o Ministério da Educação passou a ter mais informações sobre as atividades da IES e, tem desenvolvido mecanismos de acompanhamento constantes.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que as IES que ingressam no mercado do ensino superior, buscando mero retorno financeiro e sem atendimento dos requisitos

de qualidade de ensino e de formação do profissional para a cidadania e para o mercado de trabalho, provavelmente estão fadadas ao encerramento das atividades.

2.3 Sistema de Ensino, Natureza Jurídica e Organização Acadêmica das IES no Brasil

2.3.1 Sistema de Ensino e Natureza Jurídica

Os Art. 16, 17 e 18³⁰ da LDB tratam dos Sistemas de Ensino, quais sejam o Federal, o dos Estados e do Distrito Federal e, dos municípios (BRASIL, 1996).

De acordo com o Art. 19 da LDB as instituições classificam-se em categorias administrativas: pública e privada.

São instituições públicas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público e, privada, as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado (Id. Ibid.)³¹

É a natureza jurídica da IES, se é pública ou privada, que demonstra a sua forma de manutenção, esclarecendo qual é a origem dos recursos que a institui e mantém e, qual é a origem dos recursos financeiros que custeiam suas atividades, desde as referentes a pagamento de salários de seus colaboradores até os investimentos em infra-estrutura, material de expediente, entre outros, que se fazem necessários ao desenvolvimento das atividades acadêmicas.

As IES públicas são mantidas e administradas pelo poder público, por pessoa jurídica de direito público e as IES privadas são as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

³⁰ Art. 16º. O sistema federal de ensino compreende: I - as instituições de ensino mantidas pela União; II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada; III - os órgãos federais de educação. Art. 17º. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem: I - as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal; II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal; III - as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada; IV - os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente. Parágrafo único. No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram seu sistema de ensino. Art. 18º. Os sistemas municipais de ensino compreendem: I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal; II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada; III - os órgãos municipais de educação.

³¹ Art. 20 da LDB. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias: I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo; II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; III - confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior; IV - filantrópicas, na forma da lei.

Em conformidade com Brzezinski (2008, p. 79): “a referência ao público e ao privado na educação diz respeito ao que se caracteriza como patrimônio da coletividade – o público – ou de particulares – o privado”.

Nesta perspectiva, a escola pública é financiada com recursos públicos, oriundos do pagamento de impostos e, administrada por uma das pessoas do poder público, seja pela União, pelo Estado ou pelo Município, logo a escola pública é estatal.

Por outro lado, a escola privada é instituída e gerida por pessoas físicas e jurídicas de direito privado e mantida com recurso daqueles que pagam pelos serviços educacionais, geralmente pelos particulares.

Contudo, o público e o privado representam questão controversa, como pode-se verificar por meio da análise da citação a seguir:

É preciso lembrar que, em sintonia com os dispositivos constitucionais, a LDB abre a possibilidade de que recursos públicos possam ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas (art. 77, I a IV e § 1º e 2º). O confronto entre os artigos 20 e 77 permite constatar que a abertura à concessão de recursos públicos é bastante elástica. No limite, qualquer instituição é passível de receber recursos. Parecem por demais ambíguas e maleáveis as definições de comunitário e confessional, escapando o filantrópico a qualquer controle mais rígido (BRZEZINSKI, 2008, p. 85).

Com base na citação, a distinção entre público e privado não se resume aos itens mencionados, especialmente em razão da LDB versar sobre a possibilidade de recursos públicos serem dirigidos a escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas, razão pela qual se ressalta que o presente não tem a pretensão de esgotar a questão das categorias administrativas das IES, mas somente dar breve noção a respeito do assunto. Contudo, há que se esclarecer que as IES privadas podem ser classificadas de acordo com sua finalidade lucrativa, ou seja, se possui ou não fins lucrativos.

Contudo, é mister que seja esclarecido que as IES privadas, que não possuem fins lucrativos, podem ser: comunitárias, confessionais ou filantrópicas e, o que caracteriza a finalidade não lucrativa da IES privada é o fato de não distribuir resultados aos seus mantenedores, devendo aplicá-los na própria IES, podendo arrecadar mensalidades e taxas, mas não repassar numerários aos seus mantenedores, aplicando-os nas atividades da IES.

As IES com fins lucrativos arrecadam mensalidades e taxas e podem distribuir os resultados, inclusive aos mantenedores, desde que mantenham a sustentabilidade financeira da instituição.

Outro aspecto que diferencia as IES privadas que possuem ou não finalidade lucrativa, é o pagamento de impostos e encargos.

A Lei nº 4.506/64 confere imunidade de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) as IES sem fins lucrativos e, também podem ser citados como exemplo de imunidade o Imposto Sobre Serviço (ISS) e o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), ambos municipais que as IES privadas sem fins lucrativos não estão obrigadas a repassar.

Barreyro (2008, p. 28) esclarece que no Brasil, “em 2004, havia 2.013 IES, sendo que a maior parte delas, ou seja, 1.789 eram privadas. Que das 224 IES públicas, 87 eram federais, 75 estaduais e 62 municipais”.

As instituições municipais fazem parte do sistema estadual de Educação. As privadas enquadram-se nas categorias: particulares, que tem fins lucrativos e, sem fins lucrativos, que podem ser comunitárias, confessionais ou filantrópicas. Todas as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, fazem parte do sistema federal de educação superior.

Retomando a análise de Barreyro (Id. Ibid.) a respeito da categoria administrativa, ressalta-se que em 2004, o Brasil possuía 2.013 IES, destas 224, ou seja, 11,13% eram públicas, distribuídas com equilíbrio entre federais (4,32%), estaduais (3,73%) e municipais (3,08%), enquanto a grande maioria, 1.789 que perfazia 88,87% era privada e, destas 69,60% particulares, com fins lucrativos.

“No período de 1997 à 2005, o número de IES privadas continuou aumentando, enquanto o número de IES públicas tem se mantido equilibrado, sem aumento e sem redução representativa” (Id. Ibid., p. 29).

Nesta perspectiva e considerando o aumento da oferta de ensino superior, especialmente por meio das IES privadas, pode-se afirmar que estas desempenham papel de destaque no cenário nacional no que se refere ao acesso ao ensino superior e, desta forma contribuem para o desenvolvimento regional.

É neste contexto que estão inseridas as mantidas da Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu, objeto da pesquisa, haja vista que, entre outros aspectos, estas têm contribuído para o desenvolvimento da vida cidadã e para o mercado de trabalho, oportunizando que inúmeras pessoas tenham acesso ao ensino superior, promovendo, desta forma, o desenvolvimento da região das gêmeas do Iguaçu.

2.3.2 Organização Acadêmica

O Art. 8º do Decreto n. 2.306/97 versa sobre a organização acadêmica das IES que compõe o Sistema Federal de Ensino classificando-as em universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos superiores ou escolas superiores (BRASIL, 1997).

Em conformidade com o Art. 53 da LDB as universidades gozam de autonomia, para que possam cumprir sua missão de cultura. Autonomia esta representada pela possibilidade de estabelecer seu próprio estatuto jurídico, sem precisar de autorização do Ministério da Educação para criar e extinguir cursos, para instalar novas sedes, para aumentar ou diminuir o número de vagas, para expedir diplomas de graduação (BRASIL, 1996). Além da formação na graduação, as universidades devem atuar com pesquisa e com extensão.

Em conformidade com Bittar (2008, p. 176) os centros universitários também possuem autonomia de universidade, contudo sem a obrigação de desenvolver institucionalmente a pós-graduação *stricto sensu* e a pesquisa:

Ao caracterizar a concepção e o grau de autonomia de centro universitário, preconizada na legislação vigente, percebemos que prevalece a visão de uma instituição que tem, praticamente, todas as prerrogativas de autonomia da universidade sem a obrigação de desenvolver institucionalmente a pós-graduação *stricto sensu* e a pesquisa.

Finalmente, as faculdades e institutos superiores não gozam de nenhuma autonomia. Precisam de autorização do MEC para instituir cursos, para alterar o número de vagas, os diplomas devem ser registrados por uma universidade e, não se encontram vinculadas à obrigatoriedade de fazer pesquisa.

Sguissardi (2001) analisa a produção científica sobre a educação superior, especialmente no que se refere a natureza jurídica, organização acadêmica e gestão universitária, no período compreendido entre 1968 e 1995 e, conclui que os dados apontam para a redefinição institucional, com mudanças no caráter institucional e na remodelação organizacional das universidades brasileiras, especialmente nas federais.

Ressalta que as discussões foram se intensificando no período e que a maioria dos resultados foram no sentido de produzir modificações na administração das IES, tanto no formato organizacional como nos perfis e nas identidades das mesmas,

transformações estas que objetivam conferir maior agilidade, eficiência e produtividade para as instituições.

Barreyro (2008, p. 35), discorre acerca dos dados do Censo da Educação Superior esclarecendo que as universidades possuem a maior porcentagem dos cursos do País, perfazendo a monta de 56%. Enquanto que os centros universitários têm 11% dos cursos do país; as faculdades integradas, 5% e as faculdades, escolas e institutos, 23% dos cursos, já os centros de educação tecnológica têm 4% dos cursos do País, sintetiza o autor afirmando que: “são as universidades públicas as que possuem mais cursos, seguidas das universidades privadas e, depois das faculdades, escolas e institutos”. Logo, de acordo com a pesquisa, as maiores e as menores instituições são as que possuem maior quantidade de cursos.

As mantidas da Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu são classificadas como faculdades e, este aspecto será abordado no capítulo 3.

2.4 A Concepção de Capital Social e de Capital Humano

2.4.1 Capital Social

O Capital Social pode ser entendido como uma rede de confiança e de normas nas quais as pessoas podem buscar apoio para a resolução de problemas.

Dieter (2006, p. 40) explica que Seeley, na década de 1960, definia “capital social como as possibilidades de acesso a diversos bens, facilitadas em razão da associação entre as pessoas da comunidade”.

Foi no final da década de 1960 que James Coleman consagrou e difundiu o conceito de capital social, ensinando que o termo é utilizado para descrever as relações existentes entre as pessoas, seja no âmbito familiar ou da comunidade.

Ressaltou que as redes sociais próximas dão origem a comunidades funcionais, as quais mantêm os indivíduos unidos e reforçam as normas existentes.

Coleman (1990), ao definir capital social como componente de capital humano, que permite aos membros de uma dada sociedade confiar um no outro e cooperar na formação de novos grupos e associações, admite que, da mesma forma que outros tipos de capital, o capital social é produtivo. Um grupo cujos membros manifestam confiar amplamente uns nos outros estará habilitado a conseguir muito mais em comparação a um grupo onde não existe a confiança. Nesse sentido, o capital social aumenta na medida em que é utilizado e diminui pelo desuso, uma característica de quase todas as formas de capital intangível (DIETER, 2006, p. 40)

Assim sendo, o capital social pode ser definido como componente de capital humano, porque confere aos membros de uma comunidade a confiança recíproca e a cooperação na formação de novos grupos.

Dieter (2006, p. 41) cita Durston para o qual “o conceito de capital social faz referência às normas, instituições e organizações que promovem a confiança e a ajuda recíproca, bem como a cooperação”.

Bourdieu citado por Dieter (Ibid.), prioriza o caráter individual do capital social, expondo que cada indivíduo possui uma rede de relações que ele pode mobilizar e que esta rede possui um volume de capital (econômico, cultural ou simbólico), logo, em razão do volume da rede, pode-se buscar a mensuração do capital social daquele determinado indivíduo.

Birkner³² (2006, p. 15), também tece considerações sobre capital social, destacando que “o capital social contribui para o desenvolvimento da comunidade na qual está inserido”.

Finalmente, pode-se afirmar que há consenso em definir capital social como “a capacidade que uma comunidade tem de construir redes de cooperação social baseadas na confiança interpessoal, sempre com o objetivo de produzir bens para a coletividade, buscando prosperidade econômica e desenvolvimento sustentável” (DIETER, 2006, p. 41).

2.4.2 Capital Humano

Em conformidade com Frigotto (1984), a idéia de capital humano, historicamente, surge antes da década de 1950.

É no decorrer dessa década e início da década de 1960 que a formulação sistemática do capital humano e seu uso ideológico político se verificam, vinculando-o ao capitalismo sob a conceituação de que o capital humano é um dos elementos explicativos do desenvolvimento e da equidade social e, que tem a educação como fator de desenvolvimento e distribuição de renda.

Na década de 1950 a teoria do capital humano era fundamentada na educação, logo, quanto mais educação houvesse maior seria o desenvolvimento sócio econômico e mais empregos haveria. A educação formava para as empresas, a educação era voltada para atender o capitalismo. O homem, por intermédio de sua formação pessoal e profissional contribuía para o aumento da produção e para o aparecimento de novos bens e novos serviços.

³² Muitos autores tem se referido ao conceito de capital social, atribuindo a esse fenômeno uma importância, algumas vezes, decisiva como fator propulsor do desenvolvimento. Recorramos a algumas definições. No entendimento de Robert Putnam, o termo está relacionado à “característica da organização social como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (1996, p. 177). Em Rose, Mishler e Haerpfer, capital social é definido como o resultado de uma cadeia causal entre “conexão social, confiança social, engajamento cívico e democracia cívica” (1997, p. 87). E ainda em Portes e Sensenbrenner, citados por Woolcock, capital social é definido como um conjunto de “expectativas de ação no interior de uma coletividade que influenciam os objetivos econômicos e a busca de objetivos de seus membros, ainda que essas expectativas não sejam orientadas em direção à esfera econômica” (1998, p. 160).

Neste contexto, Birkner³³ (2006, p. 16) ressalta que “o capital humano é um importante recurso para aumentar a produção e a acumulação de capital, cuja fonte é o indivíduo”.

Portanto, nesta perspectiva, capital humano é o conjunto de conhecimentos que as pessoas possuem ou desenvolvem e que possibilitam a realização de trabalhos úteis com diferentes graus de complexidade e de especialização.

Frigotto (1984, p. 35) ensina que

O caráter circular das abordagens econômicas da educação, baseadas na perspectiva do capital humano, é decorrência do caráter positivista da teoria econômica que lhe serve de base – teoria esta que se constitui numa apologia das relações sociais de produção da sociedade burguesa.

Para Frigotto (Ibid.) o nexos existente entre educação e desenvolvimento, educação e trabalho, capital e trabalho, esconde a verdadeira natureza de exploração das relações sociais de produção capitalista, fazendo com que a teoria se constitua em instrumento de manutenção do senso comum.

A educação era o principal capital humano, concebida como produtora de capacidade de trabalho, como potenciadora do fator trabalho, portanto constituía um investimento.

Frigotto³⁴ (Ibid.) faz considerações a respeito do conceito de capital humano afirmando que este busca traduzir o montante de investimento que uma nação e seus indivíduos fazem, na expectativa de adicionais futuros.

³³ Segundo Allain Peyrefitte (1999 p. 423)., em seu livro *A sociedade da confiança*, este termo teria sido introduzido no final da década de oitenta por Robert Lucas, da Escola de Chicago, influenciado pelos trabalhos de Fary Becker, de duas décadas antes, para explicar os “índices divergentes de crescimento equilibrado” entre as nações Também denominado “terceiro fator”, o capital humano se juntava então aos fatores explicativos tradicionais do crescimento, quais sejam, capital e trabalho, da chamada “lei de Solow” [...] Tentando dar alguma interpretação, seria possível definir o capital humano como resultante de uma soma das qualidades individuais (conhecimento e capacitação técnica) aplicadas na produção. Desse modo, poder-se-ia concluir que o capital humano é um importante recurso para aumentar a produção e a acumulação de capital, cuja fonte seriam os indivíduos.

³⁴ O conceito de capital humano – ou, mais extensivamente, de recursos humanos – busca traduzir o montante de investimento que uma nação faz ou os seus indivíduos fazem, na expectativa de retornos adicionais futuros. Do ponto de vista macroeconômico, o investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista microeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social.

A educação passa a constituir um dos fatores fundamentais para explicar economicamente as diferenças de capacidade de trabalho e as diferenças de produtividade e de renda.

Tem-se que a educação não acompanhou o desenvolvimento das empresas e o capital humano é retomado pelo neoliberalismo, sob a ótica de que é considerado como uma preparação do indivíduo para ter acesso aos empregos, para ter acesso ao mercado de trabalho.

Assim, o capital humano recebe outro formato e não mais aquele de que a educação vai avalancar o desenvolvimento mas de que o capital humano é a própria formação do indivíduo para receber o emprego.

Gentili (2002, p. 80) ressalta que:

O mérito do sujeito empregado não está no seu direito social ao emprego, mas em ter conseguido se colocar em um mercado de trabalho competitivo. Todavia, como o próprio conteúdo da palavra competitividade expressa, nem todos serão vencedores. A função da escola passa a ser, então, selecionar para o emprego. Pelo seu retorno incerto, diferente da teoria do capital humano, não se justificam investimentos públicos de grande monta. Talvez este seja um dos fatores de redução da participação do Estado na atual política de educação profissional.

Em face da globalização e da reestruturação produtiva, marcada por um processo de exclusão social, o Brasil está diante da implantação de uma profunda reforma educacional e, as modificações na estrutura da educação brasileira acontecem em conjunto com a implementação de políticas sociais, que objetivam o estabelecimento de relações favoráveis às mudanças no padrão de acumulação dos países do Terceiro Mundo (Ibid.).

Diante deste cenário, a formação profissional é buscada como uma resposta estratégica, porém polêmica, aos problemas apresentados pela globalização econômica.

Gentili (Ibid.) tece críticas argumentando que, embora a formação profissional se apresente como um elemento fundamental na definição dos diferentes caminhos que uma política industrial pode seguir há que se considera que um contingente considerável de trabalhadores está sendo excluído do mercado de trabalho.

Levando em consideração as assertivas mencionadas e em face do contexto, pode-se afirmar que atualmente o mercado de trabalho tem necessidade de profissionais com perfil diferente daquele apresentado na década de 1950. O ensino superior possui a incumbência de contribuir para o desenvolvimento integral da pessoa, abrangendo a formação para a vida cidadã e também para o mercado de trabalho.

A educação, no sentido de formação para o mercado de trabalho, encontra-se em destaque na nova conjuntura da era da globalização, o elevado grau de competitividade ampliou a demanda por conhecimentos e informação, os quais são promovidos pelos diversos graus de ensino, especialmente pelo ensino superior, objeto da presente pesquisa.

É neste cenário que estão inseridas as mantidas da Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu que, entre outros aspectos igualmente relevantes, contribuem para a formação do cidadão, para a vida em comunidade e para o mercado de trabalho.

2.5 AS GÊMEAS DO IGUAÇU: UNIÃO DA VITÓRIA E PORTO UNIÃO

2.5.1 A História

Em 17 de novembro de 1769, por ordem do Governador-Geral da Capitania de São Paulo, o Capitão Antonio da Silveira Peixoto com o objetivo de explorar as regiões do sul e oeste da então 5ª Comarca de São Paulo, atingiu a localidade onde hoje se encontra a Cidade de União da Vitória, e aí fundou o Entreposto de Nossa Senhora da Vitória.

Em 1772, foi enviado pelo Governo de São Paulo o Sargento-mor Francisco José Monteiro, que veio assumir o comando e chefia do referido Entreposto. Em 1863 o Povoado já contava com 18 famílias que se dedicavam ao trabalho e cultivo das terras (IBGE, 2009).

Em 1842 houve a descoberta do Vau, no Rio Iguaçu, - lugar no rio de baixa profundidade - que facilitou as passagens das tropas que vinham dos campos de Palmas. Esse lugar passou a ser também o ponto de embarque e desembarque para quem se valia do Iguaçu como meio de transporte. Daí o primeiro nome: Porto da União.

A pequena vila cresceu e em 1855 teve seu nome mudado para Porto União da Vitória. Em 1880 chegou de Palmas, para se estabelecer no comércio, com a compra e venda de sal, o Coronel Amazonas Marcondes, que muito contribuiu para o crescimento das cidades, sendo sempre lembrado pelos munícipes de União da Vitória e de Porto União.

No ano seguinte (1881) teve início a navegação a vapor no Rio Iguaçu, transportando passageiros e mercadorias.

Em 1881, quando a povoação começou a abrigar o contingente de imigrantes europeus, atraídos pelo clima semelhante e topografia, foi que Porto da Vitória se desenvolveu realmente. Entre as diversas etnias destacam-se os ucranianos, poloneses, alemães e holandeses que contribuíram para a diversificação da cultura do solo, além do cultivo da erva-mate e extração da madeira.

Em 1908 Porto da Vitória foi desmembrado de Palmas, por meio da Lei Estadual nº 744 de 11 de março de 1908 (PARANÁ 2008).

Em 1912 foram iniciados os conflitos do Contestado que se prolongaram até 1916 (PORTO UNIÃO 2007).

Melo Junior (2001, p. 41) versa sobre a história do desmembramento da cidade de Porto União da Vitória.

À margem do rio Iguaçu, situava-se a cidade paranaense denominada Porto União da Vitória. Em virtude do acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina de 20 de outubro de 1916, essa cidade foi dividida em duas partes, passando a divisa pelo eixo da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. A parte que ficou no território catarinense tomou o nome de Porto União e a que coube ao Paraná, o nome de União da Vitória.

A assinatura do acordo de limites entre os dois estados se deu em razão da disputa de terras, denominada “Contestado”, havida entre Paraná e Santa Catarina. Esta disputa se estendia ao sul do rio Iguaçu até o norte do rio Uruguai (MELO JUNIOR, 2001, p. 39).

Em conformidade com Melo Junior (2001) provavelmente o apelido - Gêmeas do Iguaçu - tenha surgido após a divisão das terras entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, no ano de 1916, à época da celebração do acordo de limites entre os dois estados (PR e SC) vizinhos.

A respeito deste apelido Melo Junior (Id. Ibid., p. 44) comenta:

O cognome Gêmeas do Iguaçu surgiu com bastante força, não sendo o rio Iguaçu o precursor de uma divisa, mas o precursor de uma união muito forte entre as duas cidades, que antes eram uma só, e por motivos políticos, hoje, são duas, mas que, para os corações de nosso povo, continuam, após tantos anos, sendo apenas uma. ... Poderíamos definir as Gêmeas do Iguaçu como as cidades de União da Vitória (PR) e Porto União (SC) separadas geograficamente pelo rio Iguaçu, mas unidas pela luta permanente em prol do desenvolvimento desta imensa região que é o Vale do Iguaçu. Hoje o dever cívico ensina que a alcunha é sinônimo de União da Vitória e Porto União, portanto, um privilégio que simbolicamente, interpreta a renovação da homenagem permanente à memória do Rio Iguaçu.

2.6 LOCALIZAÇÃO, POPULAÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS GÊMEAS DO IGUAÇU

2.6.1 Localização

As “Gêmeas do Iguaçu” estão localizadas na região sul do Paraná e no planalto norte de Santa Catarina, sendo que União da Vitória se encontra no estado do Paraná e Porto União no estado de Santa Catarina.



Figura 2 – Vista do Morro do Cristo de União da Vitória – mostra as cidades gêmeas do Iguaçu

Fonte: Dados da Pesquisa (06.07.2008)

A figura 2 foi registrada de um dos pontos turísticos de União da Vitória, denominado Morro do Cristo, pela análise da fotografia não é possível visualizar o término de uma cidade e o início da outra, a divisão física é representada pela linha do trem, que passa pela região central das gêmeas.

2.6.2 Porto União

Em 5 de setembro de 1917 é criado o município de Porto União que a partir de então dá seguimento à convivência harmoniosa, em todos os aspectos, com a parte da cidade que ficou do lado paranaense (PORTO UNIÃO 2008)

De acordo com o IBGE, o município de Porto União possui população estimada, em 2007, de 32.256 habitantes (IBGE 2008).

2.6.3 União da Vitória

União da Vitória permaneceu com as terras destinadas ao estado do Paraná e, a comunidade também deu seguimento à convivência com aqueles que ficaram nas terras agora pertencentes ao estado de Santa Catarina (UNIÃO DA VITÓRIA, 2008).

De acordo com o IBGE União da Vitória possui população estimada, em 2007, de 51.043 habitantes (IBGE, 2008).

2.6.4 Características Gerais das Gêmeas do Iguaçu

Em conformidade com sites oficiais, as cidades Gêmeas do Iguaçu desenvolvem atividades no setor agropecuário, industrial e de prestação de serviços.

Os principais produtos agrosilvopastoris são: o milho, as aves de corte e a madeira, enquanto a indústria predominante se encontra alocada nas atividades relacionadas ao papel e ao papelão, a madeira e aos produtos alimentares. A prestação de serviços se encontra distribuída nas diversas áreas (IBGE, 2009).

A agropecuária de Porto União representa 23,97% da economia do município e, em União da Vitória representa 4,13%. O parque industrial do município de Porto União compreende 31,12% da economia municipal e, o de União da Vitória representa 34,82% e, a prestação de serviços representa 44,91% em Porto União e, 61,06% em União da Vitória.

O clima de uma região é determinado não só pelas temperaturas – frio, calor –, mas também pela umidade do ar, as chuvas, a seca e o vento, que variam de um lugar para outro, tendo grande influência para o homem e para a produção agrícola.

As cidades “Gêmeas do Iguaçu” apresentam clima subtropical úmido mesotérmico, de verões frescos e com ocorrência de geadas severas e freqüentes, não apresentando estação seca, a média de temperatura dos meses mais quentes é inferior a 22 graus centígrados e dos meses mais frios é inferior a 18 graus centígrados.

União da Vitória e Porto União são drenadas por uma vasta rede hidrográfica pertencente a grande bacia do Rio Paraná.

Os afluentes do Rio Iguaçu, dentro do Município, são: na margem direita os rios Palmital, da Prata, dos Banhados, Correntes, Guabiroba, Vermelho e do Soldado. Na margem esquerda o rio Jacu e os córregos da Areia, Lajeado, da Cachoeira, Barra Grande e Lajeadinho (PORTO UNIÃO; UNIAO DA VITÓRIA, 2009).

2.7 IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NAS GÊMEAS DO IGUAÇU

A região das gêmeas do Iguaçu, Porto União/SC e União da Vitória/PR, conta com as seguintes instituições de ensino superior, a saber: Universidade do Contestado – UnC; Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória – FAFI; Centro Universitário de União da Vitória – UNIUV e, Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu, mantenedora da Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde de União da Vitória, da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas de União da Vitória e da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de União da Vitória –UNIGUAÇU.

Destas, a Universidade do Contestado – UnC está instalada em Porto União/SC e as outras em União da Vitória/PR.

2.7.1 Universidade do Contestado – UnC

Universidade de natureza jurídica privada, filantrópica, ou seja, sem fins lucrativos, constituída por Fundação Municipal, sua história remonta à década de 1970, com a instalação do campus Universitário em Canoinhas e, em 1992 passou à categoria de universidade (UnC, 2007).

A UnC possui diversos campi e, em Porto União possui um Núcleo que oferta os seguintes cursos: Artes Visuais, Ciência da Computação, Tecnologia da Madeira, Direito, Educação Física e Psicologia (INEP, 2007).

2.7.2 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI

Faculdade de natureza jurídica pública, subordinada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, instituída em 22/12/1956, pela Lei n. 3001 (FAFI, 2007).

Oferta os seguintes cursos de graduação: Ciências Biológicas, História, Letras com habilitação em Português e em Espanhol, Matemática, Pedagogia, Administração Escolar de 1º e 2º Graus, Administração Escolar para Escolas do Ensino Fundamental e Médio, Educação Infantil, Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau, Orientação Educacional de 1º e 2º Graus, Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Supervisão Escolar de 1º e 2º Graus, Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Fundamental e Médio, Orientação Educacional, Séries Iniciais do Ensino Fundamental,

Supervisão Escolar para Escolas do Ensino Fundamental e Médio, Química. Oferta também cursos de pós-graduação *Lato sensu* (INEP 2007).

2.7.3 Centro Universitário de União da Vitória – UNIUV

Centro Universitário de natureza jurídica privada, filantrópica, sem fins lucrativos, constituída por Fundação Municipal.

Sua história teve início no ano de 1974, com a promulgação da Lei nº 974/74, que instituía a então denominada Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória – FACE e, em 2006, por intermédio de decreto fora transformada em Centro Universitário, passando a ser denominada UNIUV (FACE, 2007).

Oferta os seguintes cursos de graduação: Administração, Comércio Exterior, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Educação Física, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia Industrial da Madeira, Informática e Gestão, Licenciatura em Informática, Secretariado Executivo, Sistemas de Informações, Turismo. Conta também com o Colégio Técnico de União da Vitória – COLTEC e, ainda, com cursos de pós-graduação *Lato sensu* (INEP, 2007).

2.7.4 Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU

IES de natureza jurídica privada, particular, com fins lucrativos, constituída por sociedade mercantil por quotas de responsabilidade limitada.

A Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde de União da Vitória, a Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas de União da Vitória e a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de União da Vitória são mantidas pela Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu, criada em julho de 1999 por um grupo de professores (UNIGUAÇU, 2008, p. 01).

As mantidas da UNIGUAÇU ofertam os seguintes cursos: Administração, Nutrição, Educação Física (licenciatura e bacharelado), Enfermagem, Fisioterapia, Farmácia, Serviço Social, Direito, Agronomia, Medicina Veterinária, Sistemas de Informação, Biomedicina. Oferta, ainda, diversos cursos de pós-graduação *Lato sensu* (Id. Ibid., p. 33).

3 UNIGUAÇU

As Faculdades mantidas pela UNIGUAÇU são instituições de ensino superior particulares, integrantes do Sistema Federal de Ensino, com sede, foro e jurisdição na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, estabelecida à Rua Padre Saporiti, nº 717, Bairro Rio d'Areia, CEP 86400-000, sob os códigos do INEP 1793, 1795 e 1927, e regem-se pela Constituição da República, pela legislação do ensino superior, pelo Estatuto da Mantenedora e pelo Regimento Interno. (PDI 2008, p. 1).



Figura 3 – Vista aérea da UNIGUAÇU – Rua Padre Saporiti nº 717, Bairro Rio D'Areia, União da Vitória/PR

Fonte: (UNIGUAÇU, 2009)

A figura 3 retrata parcialmente a IES, a identificação A se refere a sede, com construção de aproximadamente 6.000 metros quadrados, que faz divisa com o rio Iguaçu, nesta edificação estão instalados os laboratórios de saúde, laboratório de nutrição, ambulatório de nutrição, laboratório de análises clínicas, laboratório de solos, laboratórios de informática, academia de musculação, clínica de fisioterapia, piscina térmica, quadra poliesportiva, auditórios, salas de aula, área administrativa, cantina, fotocopiadora, estacionamentos.

Do outro lado da rua Padre Saporiti está o Edifício Francisco Clève, identificado com a letra B, com aproximadamente 4.200 metros quadrados, distribuídos em três andares, nos quais estão instalados a biblioteca, o núcleo de práticas jurídicas e de serviço social, laboratórios de informática, empresa júnior, salas de aula, área administrativa, cantina, fotocopiadora, estacionamento.

Os espaços da IES são utilizados para realização de aulas teóricas e práticas e, também, para prestação de serviços por meio de projetos sociais, que atendem a comunidade das cidades gêmeas e região.

Na parte superior da Figura 3, também na Rua Padre Saporiti, identificados com a letra C, encontram-se o Hospital Veterinário Linus Brauchner, inaugurado no segundo semestre de 2008 para atendimento de animais de pequeno porte. Na parte de trás está o Hospital Veterinário José Fernando Dissenha, inaugurado no primeiro semestre de 2009, para atendimento de animais de grande porte.

Os hospitais têm como missão primária servir de espaço para o ensino e pesquisa dos acadêmicos do Curso de Medicina Veterinária da UNIGUAÇU. A vivência da profissão na atividade clínica possibilita o reconhecimento dos métodos pertinentes a patologias distintas dos animais.

Nos fundos dos hospitais se encontra a área experimental de produção vegetal, identificada com a letra D, utilizada para os experimentos dos cursos de farmácia e de agronomia.

A UNIGUAÇU possui também com área rural para atendimento de aulas práticas dos cursos, localizada no Bairro São Gabriel, próximo à sede da IES, nesta área os acadêmicos contam com espaços para as aulas práticas dos diversos cursos, especialmente de educação física, agronomia e veterinária.

A IES disponibiliza também o Centro Esportivo UNIGUAÇU - CEU, que possui sala de aula, piscina, pista de atletismo, campo de futebol e laboratório de nutrição, espaço destinado às aulas práticas dos cursos.



Figura 4 – Vista aérea do Centro Esportivo UNIGUAÇU - Av. Bento Munhoz da Rocha

Fonte: (UNIGUAÇU, 2009)

3.1 Sistema de Ensino, Natureza Jurídica e Organização Acadêmica das mantidas da Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu

A Unidade de Ensino Superior do Vale do Iguaçu Ltda. – UNIGUAÇU, fundada em 30 de novembro de 1999, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.564.489/0001-12, sob o código do INEP 1191, é entidade de natureza educacional com objetivo de criar e manter estabelecimento de ensino superior, responsável pelas seguintes faculdades: Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas de União da Vitória, Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de União da Vitória e Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde de União da Vitória (UNIGUAÇU - PDI 2008, p. 1).

3.2 Missão das Mantidas da Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu

A missão das IES, mantidas pela UNIGUAÇU, é de serem referência no Estado, assumindo o compromisso institucional de promover o desenvolvimento educacional da região por meio da oferta do Ensino Superior de qualidade nas diferentes áreas do

conhecimento, integrando a pesquisa e a extensão, valorizando, sobretudo, o compromisso social. Essa meta coloca-se como uma forma de atingir a maioria dos campos profissionais da sociedade. A Instituição entende necessário definir campos de atuação acadêmica para o presente e para o futuro numa interação dinâmica com a sociedade (UNIGUAÇU - PDI 2008, p. 2).

3.3 Histórico de Implantação e Desenvolvimento da Instituição: Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI

A Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu surgiu da iniciativa de um grupo de professores. A idéia tomou força após contato com os dirigentes do município de União da Vitória que relataram a necessidade de ampliação da oferta de ensino superior na cidade e na região.

No dia 11 de setembro de 1999 representantes da UNIGUAÇU estiveram reunidos com as lideranças municipais para discussão de questões pertinentes à instalação da IES e, também, sobre os cursos a serem ofertados. Esta reunião se deu na prefeitura municipal e, em 16 de setembro de 1999 o jornal A Cidade veiculou matéria sobre a instalação da UNIGUAÇU na cidade, conforme se infere nos anexos desta pesquisa.

No dia 06 de outubro de 1999, no Cine Teatro Luz, foi lançado o projeto de instalação da UNIGUAÇU, neste evento estiveram presentes as autoridades locais e regionais, bem como a comunidade das cidades gêmeas.

Todos os segmentos da sociedade participaram da discussão para a escolha dos cursos a serem ofertados pelas mantidas da UNIGUAÇU e, por meio de cartas entregaram os manifestos indicando os cursos de interesse da região.

Além dos documentos oficiais do MEC e da IES, a história da UNIGUAÇU também se encontra registrada na imprensa, que sempre se fez presente levando as notícias do desenvolvimento da IES para a comunidade, conforme se infere nas inclusas matérias constantes nos anexos que passam a fazer parte integrante desta pesquisa.

Com relação à implantação dos cursos, cumpre reiterar que os projetos foram apresentados com base em pesquisas de interesse promovidas na região do Vale do Iguaçu e, fundamentado nestas pesquisas a UNIGUAÇU se reuniu com as lideranças dos municípios da região e discutiu a importância da oferta dos cursos.

Desta forma, sempre em consonância com o anseio e necessidade da comunidade regional a Uniguauçu construiu seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

Assim sendo, pode-se afirmar que após diversas pesquisas, discussões com educadores e com lideranças, elaboração dos projetos, solicitação de autorização dos cursos, visitas *in loco* e atendimento de diligências, foram credenciadas, ao final do ano de 1999, a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de União da Vitória e a Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas de União da Vitória.

As atividades tiveram início no segundo semestre do ano de 2001, com os cursos de graduação em Administração com habilitação em Administração Pública, Agronegócios e *Marketing* e, graduação em Sistemas de Informação. No início do ano de 2002, foi credenciada a Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde de União da Vitória, e então autorizados os cursos de Nutrição, Educação Física, Enfermagem. No mesmo ano foi autorizado o curso de Fisioterapia (UNIGUAÇU - PDI, 2004, p. 3).

Com edição do Decreto n. 3860/2001, tornou-se necessário a introdução como parte integrante do Projeto Institucional das Instituições de Ensino Superior, o seu planejamento estratégico, sintetizado no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Assim, as Faculdades mantidas tiveram desenvolvidos seus PDIs e, à partir deste planejamento e compromisso, a Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu, definiu sua política de trabalho em consonância com as necessidades e expectativas gerais da sociedade local e em interface permanente com o mercado global (Id. Ibid.)

A partir deste planejamento e compromisso, a Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu, definiu sua política de trabalho em consonância com as necessidades e expectativas gerais da sociedade local e em interface permanente com o mercado global (Id. Ibid.).

Tomando como base o ensino de qualidade e os projetos desenvolvidos junto à comunidade mais carente da região, as IES procuram criar, promover e executar atividades acadêmicas, nas quais os conhecimentos e as atitudes essenciais à formação humana e profissional são consideradas. Os projetos pedagógicos dos cursos da Instituição estão sendo configurados num conjunto de princípios que expressam a missão de servir como elemento de desenvolvimento e construção do saber, criando alternativas de soluções para os problemas postos pela sociedade. Essas diretrizes norteadoras requerem ações que atendam as expectativas da sociedade e sejam adaptadas às realidades regionais (UNIGUAÇU – PDI, 2004, p. 3).

Diante disto, a Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu, por ocasião da elaboração dos Planos de Desenvolvimento Institucional de suas mantidas, período de 2002 a 2006, definiu em seu quadro de expansão a criação dos cursos de graduação de Farmácia, Serviço Social (que foram autorizados no final do ano de 2003), de Direito (autorizado em 2005) e de Odontologia (Id. Ibid.).

Com a emissão da Portaria n. 7 de 19 de março de 2004, que dispõe sobre o Aditamento de PDI, a Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu, de acordo com o artº 1º da referida Portaria e tendo em vista o cumprimento dos compromissos assumidos junto ao MEC, promoveu modificações, considerando a inclusão e exclusão de cursos (Id. Ibid., p. 4).

O Aditamento do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu, justificou-se pelo fato da necessidade de adaptação à legislação e também em função do atendimento às expectativas da comunidade e em atenção às características sócio econômicas da região sul paranaense e norte catarinense (Id. Ibid., p. 5).

Desta forma, a solicitação do curso de graduação de Odontologia foi substituída, em aditamento de PDI, pela solicitação do curso de graduação em Medicina Veterinária e o curso de Agronomia foi acrescentado, em PDI, à proposta de expansão da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas (Id. Ibid.).

Em maio do ano de 2005, a instituição recebeu a visita de comissão de especialistas no MEC para a verificação das condições existentes para a implantação dos cursos de Medicina Veterinária e Agronomia e, a autorização dos cursos ocorreu no final do ano de 2005 (Ibid., 2008, p. 5)

Em 2008 foi solicitada autorização para oferta do curso de Biomedicina e de Bacharelado em Educação Física, à época não se fez necessário o aditamento do PDI em razão da Portaria Normativa 40/2007, que dispensou o aditamento para inclusão de novos cursos por meio do § 1º do art. 68 da referida portaria³⁵.

No final do ano de 2008 os cursos de Biomedicina e de Bacharelado em Educação Física foram autorizados (UNIGUAÇU, 2009).

³⁵ Art. 68. O sistema será implantado à medida da conclusão e comprovação da segurança de cada um de seus módulos, com base em critérios técnicos próprios da tecnologia da informação. § 1º O aditamento do ato de credenciamento, para inclusão de novos cursos no PDI não será exigido nas avaliações realizados no ciclo avaliativo 2007/2009 e atos autorizativos correspondentes.

Além do embasamento no PDI das IES, para versar sobre a implantação dos cursos ofertados pelas mantidas da UNIGUAÇU, esta pesquisa buscou outras fontes de informação, tais como matérias veiculadas na imprensa.

As matérias noticiam a primeira reunião para implantação da IES, a participação da comunidade na implantação e na escolha dos cursos.

Estas matérias dizem respeito também aos projetos sociais desenvolvidos pela UNIGUAÇU e sobre a inserção e importância desta IES no cenário regional, tópicos que serão abordados nos itens seguintes.

Assim sendo, matérias veiculadas na imprensa fazem parte integrante desta pesquisa e se encontram colacionadas sob a denominação de Anexos, ao final deste documento.

3.4 Situação legal dos cursos ofertados pelas mantidas da Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu

O quadro 3 apresenta a situação atual, junto ao MEC, de cada curso ofertado pelas faculdades mantidas pela Uniguaçu:

Faculdade	Curso	Autorização	Reconhecimento
Sociais Aplicadas	Administração de Agronegócios	1.701 de 01/08/2001	2.883 de 24/08/2005
Sociais Aplicadas	Administração em Marketing	1.701 de 01/08/2001	2.883 de 24/08/2005
Sociais Aplicadas	Administração Pública	1.701 de 01/08/2001	2.883 de 24/08/2005
Exatas e Tecnológicas	Sistemas de Informação	1.679 de 01/08/2001	1.835 de 30/05/2005
Biológicas e da Saúde	Enfermagem	12 de 04/01/2002	4.440 de 22/12/2005
Biológicas e da Saúde	Educação Física – Licenciatura	13 de 04/01/2002	4.442 de 22/12/2005
Biológicas e da Saúde	Nutrição	14 de 04/01/2002	4.441 de 22/12/2005
Biológicas e da Saúde	Fisioterapia	2.540 de 06/09/2002	1.087 de 14/12/2006
Biológicas e da Saúde	Farmácia	3.769 de 12/12/2003	985 de 01/12/2008
Biológicas e da Saúde	Serviço Social	3.770 de 12/12/2003	em tramitação
Sociais Aplicadas	Direito	543 de 22/02/2005	em tramitação
Biológicas e da Saúde	Medicina Veterinária	3.920 de 14/11/2005	109 de 28/01/2009

Exatas e Tecnológicas	Agronomia	4.166 de 02/12/2005	em tramitação
Biológicas e da Saúde	Educação Física – Bacharelado	1.019 de 04/12/2008	não solicitado
Biológicas e da Saúde	Biomedicina	1.020 de 04/12/2008	não solicitado

Quadro 3 – Faculdade, Curso e Portarias de Autorização e de Recredenciamento

Fonte: (UNIGUAÇU, 2009)

3.5 Desenvolvimento dos Cursos Ofertados pelas Mantidas da Uniguaçu e a Importância destes no Cenário Regional

Com o objetivo de identificar a causa das mudanças das matrizes curriculares e as contribuições trazidas pelos cursos de graduação para as cidades gêmeas, foram realizadas entrevistas no período compreendido entre dezembro de 2008 e fevereiro de 2009.

As entrevistas foram compostas por questões abertas, que foram respondidas pelos coordenadores dos cursos ofertados pelas mantidas da UNIGUAÇU, as perguntas que nortearam as entrevistas foram elaboradas a partir da análise dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos.

Por meio da análise dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos observou-se que estão em consonância com o PDI da IES, com a formação profissional almejada pelos cursos, bem como com os princípios e diretrizes que fundamentam as atividades da IES.

As Faculdades mantidas pela Uniguaçu objetivam a formação de profissionais competentes e aptos, éticos e comprometidos com o melhoramento da realidade regional e brasileira (UNIGUAÇU – PDI, 2008, p. 6).

Os princípios filosófico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas das mantidas da UNIGUAÇU levam em consideração que o homem age na realidade em que vive e, nessa relação, busca compreendê-la utilizando-se de diversas formas de mediação. Logo, a aprendizagem reflete um processo de aquisição e reconstrução do conhecimento, que se dá pela constante mediação entre sua representação teórica e a prática social (Id. Ibid., 2008, p. 17).

Assumindo essa perspectiva, as faculdades elegem como eixo central de suas diretrizes pedagógicas a aprendizagem em sua relação dialética com o ensino. Entende-se o aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, capaz de, numa ação

deliberada e consciente, buscar o domínio dos conteúdos necessários à vida cidadã e à profissionalização (Id. Ibid., p. 18).

Os projetos dos cursos levam em consideração que cidade de União da Vitória é pólo de uma microrregião que abrange dezesseis municípios num raio de 150 quilômetros, com mais de 300.000 habitantes (Id. Ibid., p. 418).

3.5.1 Implantação e desenvolvimento do Curso de Administração

O Curso de Administração foi autorizado em 01/08/2001, por meio da Portaria n. 1.701 e, reconhecido em 24/08/2005 pela Portaria n. 2.883. À época eram ofertadas Administração com habilitação em Agronegócios, *Marketing* e em Administração Pública.

Com a necessidade de melhorar a oferta dos cursos de Administração no Brasil, o Conselho Nacional de Educação (CNE) instituiu a Resolução n. 4, em 13 de julho de 2005, esclarecendo sobre a necessidade de adequações no curso de Bacharelado em Administração. Essa mudança teve como objetivo formar profissionais com formação generalista, extinguindo as diversas habilitações (UNIGUAÇU - PPC ADMINISTRAÇÃO, 2008, p. 11)

O Professor Mestre Antonio Carlos Minussi Righes é professor da IES desde 2002 e, Coordenador do Curso de Administração desde 2005. No decorrer da entrevista, Righes esclareceu que as mudanças na matriz curricular se deram por vários motivos, citando a Resolução n. 4 de 13 de julho de 2005, instituída pelo MEC, já argumentada acima e, também porque o colegiado do curso verificou a necessidade de atender o perfil do egresso, implementando novas disciplinas e, ofertando diferencial para a busca da vantagem competitiva nos vários segmentos do campo de atuação do administrador.

Argumentou Righes (2009) que:

[...] o mercado de trabalho exigente excelência na formação dos egressos, que o perfil esperado compreende um profissional generalista, inovador, humanista, crítico e reflexivo, devidamente qualificado para o exercício da Administração. Que devem estar presentes habilidades para tomadas de decisões (informação verbal).

No que se refere a matriz curricular Righes explica que:

[...] na matriz curricular, as alterações se deram nas disciplinas básicas, nas disciplinas de formação e nas profissionalizantes, ou seja, houve reestruturação em razão da necessidade de atender o perfil do egresso. O curso apresenta uma matriz curricular inovadora caracterizada pela interdisciplinaridade e pela flexibilidade, atrelado ao perfil esperado dos egressos, intercalando disciplinas obrigatórias, estágio curricular supervisionado, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares. As disciplinas básicas estão relacionadas com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas. As disciplinas contribuem para a compreensão da importância do homem conviver com as normas da sociedade e o entendimento da sua participação cidadã para o contexto histórico da humanidade (informação verbal).

Sobre o perfil do egresso, Righes ressalta que:

A capacidade empreendedora do aluno que se deseja formar no curso está pautada na disciplina de Empreendedorismo e Plano de Negócios, Técnicas de Negociação, entretanto todas as disciplinas voltam para o desenvolvimento de habilidades e competências que permitam a observação e a implantação de modelos inovadores de gestão na administração com capacidade tanto de gerar novos negócios quanto de promover mudanças nas organizações existentes, de modo a atender as necessidades atuais e futuras das empresas e da sociedade (informação verbal).

Acrescenta que:

As disciplinas de Técnicas de Pesquisa e Comunicação Empresarial são importantes no sentido de entender que o aluno do curso de Administração precisa indiscutivelmente comunicar-se oralmente e por escrito, expressando suas idéias através da abstração e crítica (informação verbal).

O administrador deverá ter a capacidade de conhecer o ambiente global em que as empresas estão inseridas e tomar decisões que possibilitem a aquisição de vantagens competitivas sustentáveis no mercado.

Para tanto, os administradores deverão possuir sólida formação em disciplinas profissionalizantes como *marketing*, finanças, logística, sistemas de informação, gestão de recursos humanos, gestão de produção e operações, análise organizacional, dentre outras. E ainda ter habilidades para entender o raciocínio lógico qualitativo e quantitativo auxiliando nas decisões das disciplinas de Jogos de empresa, estatística e estratégias.

Righes (2009) ressalta que a proposta de formar os profissionais de Administração da IES atende as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação do Governo Federal, que defende o estabelecimento de diretrizes curriculares que assegurem a flexibilidade e a diversidade dos programas de estudos oferecidos, visando elevar o grau de atendimento às necessidades específicas da

população e da região no qual os cursos superiores estão inseridos. Que o impacto das mudanças da grade promoveram o aumento do número de ingressantes no curso, posto que este se tornou mais atrativo e, ocasionou maior satisfação aos acadêmicos.

Quando perguntado sobre a contribuição do curso que coordena para o desenvolvimento local e regional, respondeu que:

[...] o curso é importante por vários motivos: a) administrar é o ato de gerir, sendo assim, todo o crescimento de um local depende de uma boa gestão, contribuindo assim para o desenvolvimento local e regional; b) a região a que pertencemos exige egressos administradores. Que o perfil profissional proposto pelo Curso de Administração da IES contempla a realidade sócio-econômica da região em que está inserido, tendo em vista as diversas atividades empresariais de produtos e serviços e sua contribuição econômica e social da região. A Microrregião conta com a atuação de entidades de caráter governamental e não governamental que atuam nos processos de formação, organização e apoio às empresas. Em todas essas entidades, no entanto, há o consenso da necessidade de fortalecimento do processo de desenvolvimento local, e da participação do curso de Administração neste processo, pois o desenvolvimento acontece quando existe o planejamento dos objetivos nas empresas (informação verbal).

Sobre a importância das mudanças na matriz curricular na formação do egresso, respondeu que contempla disciplinas e ementas com conteúdo aprofundado e importante para a formação do administrador e que o curso tem como finalidade promover, por meio dos recursos disponíveis, o preparo do Bacharel em Administração cidadão, empreendedor, com capacidade de atender as diversas áreas de atuação, comprometido com a melhoria das condições de vida da população, intervindo no crescimento sustentável tanto local como regional.

As alterações foram discutidas e implementadas pelo Colegiado do Curso e, as últimas alterações foram discutidas também pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE). A última alteração da matriz curricular do Curso de Administração, além de atender as diretrizes curriculares nacionais, busca atender o perfil desejado para gerir as organizações da região e auxiliar o desenvolvimento do Vale do Iguaçu. Essa matriz foi aprovada em Ata, no ano de 2008 e foi discutida pelo NDE e teve a participação nas decisões a Direção, a Coordenação Acadêmica, e o Colegiado de Administração.

No ano de 2001 foi implantado o curso de Administração. Desde então, o curso formou várias turmas e os egressos estão desempenhando o seu papel de gestão em diversas empresas localizadas na região, na nação e também no exterior. Que há egressos do curso trabalhando na Itália, atuando na área da administração e, há diversos egressos que foram aprovados em concursos públicos, que estão trabalhando

na área da administração nas empresas locais e regionais e, também há aqueles que empreenderam e montaram suas empresas nas gêmeas do Iguazu.

3.5.2 Implantação e desenvolvimento do Curso de Sistemas de Informação

O Curso de Sistemas de Informação foi autorizado em 01/08/2001, por meio da Portaria n. 1.679 e, reconhecido em 30/05/2005 pela Portaria n. 1.835.

O Corpo dirigente, docente e técnico administrativo da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas de União da Vitória concentram-se na busca permanente de qualidade no desempenho de suas funções, com vistas a garantir o aperfeiçoamento constante dos serviços prestados à sociedade (UNIGUAÇU - PPC SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, 2008, p. 6).

Destaca-se, nesse empenho, o esforço em adequar a estrutura curricular do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação aos critérios de qualificação estabelecidos pelo Ministério de Educação e Cultura e também para atender as necessidades locais e regionais (Id. Ibid.).

O Professor Mestre André Weizmann é professor da IES desde 2002 e, Coordenador do Curso de Sistemas de Informação desde 2006. A respeito da mudança da matriz curricular, Weizmann (2009) explicou que:

[...] as mudanças foram realizadas visando adequar as necessidades de formação profissional, voltadas para o mercado de trabalho regional e que foram realizadas alterações em conformidade com as sugestões do MEC, bem como em cumprimento da necessidade de atender o perfil do egresso, que as mudanças se deram nas disciplinas básicas, nas de formação e nas profissionalizantes (informação oral).

Explica Weizmann que o impacto destas mudanças foi a melhor adequação dos conteúdos, visando a continuidade do aprendizado e a correlação entre os conteúdos.

Considerando que um dos motivos da mudança de matriz foram as recomendações do MEC, Weizmann pontuou que:

A matriz estava com muitas disciplinas voltadas para a Ciência da Computação como: Introdução a Álgebra Linear; Introdução ao Cálculo Diferencial e Integral. Disciplinas com conteúdos repetidos em mesmo período como: Algoritmos e Programação e Programação e Sistemas Computacionais II (informação oral).

A respeito da contribuição do curso para o desenvolvimento local e regional, Professor André explica que:

As contribuições estão ligadas diretamente ao perfil do egresso: prover soluções computacionais para problemas viáveis do mundo real; programar computadores; analisar sistemas e conceber projetos que permitam visualizar soluções para tais sistemas; gerar novos empreendimentos na área de Informática; ter conhecimento crítico para se adaptar e conceber novos conhecimentos da área de Informática. Atuar como Gestor de informações, para a tomada de decisões estratégicas. Analisar e prover informações à estrutura administrativa. Administrar os investimentos e projetos, para a melhoria na disseminação de informações administrativas (informação oral).

Quanto a importância das mudanças de matriz curricular na formação do egresso, explicou o Coordenador que: “Houve maior direcionamento dentro das diretrizes propostas, focando a formação do Gestor em Tecnologia da Informação, mesclando conhecimentos em Administração e Tecnologia” (informação oral). O que auxiliou o ingresso do egresso no mercado de trabalho.

Professor André expôs que as mudanças de matriz foram realizadas após discussão do Colegiado do curso e, a última alteração de grade, implementada no início de 2008 foi amplamente discutida.

Ao final, Professor André discorre sobre a instalação do curso de Sistemas de Informação, sobre a necessidade social e sobre a importância do curso no cenário regional.

A instalação do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação nas cidades ‘Gêmeas do Iguazu’ atende às seguintes necessidades: permitir que os segmentos produtivos (industriais, comerciais e de classe) busquem na formação dos egressos o perfil para o estabelecimento de recursos tecnológicos em seus segmentos; garantir que as inovações e avanços tecnológicos sejam assimilados pelos egressos e por eles aplicados na sociedade; aproximar outros segmentos de formação específica na sociedade, tais como, técnico, secundarista, médio e os profissionais estabelecidos no mercado, através de cursos de extensão, encontros, seminários e workshops; formar um profissional que tenha senso crítico implementar melhoria na arquitetura e no planejamento de informática empresarial; formar um profissional que se adapte criativamente às inovações tecnológicas, e que seja capaz de avaliar criticamente qualquer processo de mudança; propiciar aos egressos, capacitação atualizada e adequada para darem continuidade à sua formação nos diferentes níveis; incentivar o espírito empreendedor e inovador, de forma a gerar novos empregos, investimentos e incentivos regionais na área tecnológica; permitir que o espírito crítico do aluno possibilite-o a interferir e discutir nas decisões tecnológicas (em todos os níveis); servir de referência regional em decisões, discussões, referendos e concepções que envolvam a área tecnológica, especificamente, a Informática.

Ao final, o Coordenador menciona que os egressos do curso estão inseridos no mercado de trabalho local e regional, atuando em empresas públicas ou privadas.

3.5.3 Implantação e desenvolvimento do Curso de Enfermagem

O Curso de Enfermagem foi autorizado em 04/01/2002, por meio da Portaria n. 12 e, reconhecido em 22/12/2005 pela Portaria n. 4.440.

A Professora Mestre Marly Terezinha Della Latta é professora da IES e Coordenadora do Curso de Enfermagem desde 2002.

O Projeto prevê a formação de um profissional de saúde com ênfase na essência do cuidado, no domínio de competências e habilidades, na interdisciplinaridade, garantindo a integração entre a formação profissional e o mercado de trabalho, com postura ética e profissional relevante (UNIGUAÇU - PPC ENFERMAGEM, 2008, p. 5).

A importância da Enfermagem revela-se na atuação de profissionais em diferentes instâncias assistenciais, de gestão e educacionais, intervindo significativamente na formação cultural da sociedade, levando-a assim a uma melhor inserção qualificada e crítica no âmbito da saúde, da vida com melhor qualidade, das práticas que ampliam o diálogo consigo mesmo e com o mundo, através do cuidado ao ser humano. O profissional enfermeiro poderá atuar em diversas áreas da saúde, todas as que comportam a assistência de enfermagem, em todo o ciclo de vida, desde a educação em saúde que se fundamenta na prevenção e promoção da saúde; gestão de serviços; auditoria, entre outros (Ibid., p. 6).

O curso de Bacharelado em Enfermagem em União da Vitória tem como objetivos: a otimização das possibilidades do ensino superior através da disponibilização de um currículo que atenda às necessidades da sociedade e ao mesmo tempo permita a ampliação do campo de atuação do profissional sendo imperativo formar um profissional cidadão do mundo, diante do processo educativo-cuidativo, com postura ética e profissional (Id. Ibid.).

Destaca-se o esforço em adequar a estrutura curricular do Curso de Enfermagem aos critérios de qualificação estabelecidos pelo Ministério de Educação e Cultura através do Conselho Nacional de Educação, bem como no atendimento das necessidades da comunidade local e regional (Id. Ibid.).

Em entrevista, Della Latta (2009) argumentou que a mudança da matriz curricular se deu para atender a necessidade de formar o egresso, bem como para atender a realidade local e regional de acordo com os indicadores epidemiológicos, em

razão do aumento de carga horária determinada pela legislação. As alterações ocorreram antes da visita de especialistas do MEC.

As alterações se deram principalmente nas disciplinas de formação e nas disciplinas profissionalizantes e, foram discutidas e promovidas pelo Colegiado do Curso.

A respeito das mudanças, Della Latta (2009) explicou que:

O primeiro impacto na primeira mudança de grade foi que a redução de um semestre (era quatro anos e meio e passou para quatro anos) oportunizou ao aluno o acesso mais rápido ao mercado de trabalho, havia carência de profissionais na região. Adequação das disciplinas de maior importância com carga horária menor, ocasionando melhor aproveitamento pelos acadêmicos.

O curso de Enfermagem contribui para o desenvolvimento local e regional por meio de concessão de qualificação para o mercado de trabalho, melhoria na qualidade de vida da população, competitividade no mercado de trabalho com a busca de novos conhecimentos, reforço da profissão, aparecimento de novas modalidades de empregabilidade.

Della Latta (Ibid.) explica que as mudanças nas matrizes são importantes na formação do egresso porque buscam “adequar a disciplina oferecida com as cargas horárias disponíveis, equilibrando o número das aulas com os assuntos a serem abordados (readequação de carga horária para as disciplinas mais importantes para a formação do enfermeiro)” (Informação oral).

Sobre a motivação para promover as mudanças de grade, Della Latta explicou que:

Em 2002 houve a implantação do curso 4 anos e meio – 3996h. Em julho de 2002 houve a mudança de matriz para 4 anos – 3852h, diminuindo a carga horária de administração que era muito alta. Por exemplo: na grade antiga havia, no 4º período a disciplina de fundamentos de administração com 144h; no 5º período havia a disciplina de administração em enfermagem com 144h; no 6º período havia a disciplina administração em enfermagem em saúde pública com 144h; no 7º período havia a disciplina gerência de serviços de saúde com 144h. Com a diminuição da carga horária da parte administrativa, que é importante mas estava muito grande, diminui-se o nº de horas totais do curso também, ficando: no 4º período a disciplina de fundamentos de administração com 54h; no 5º período a disciplina de administração em enfermagem com 72h; no 8º período a disciplina de planejamento e gestão em saúde com 72h. Em 2008, reestruturação da matriz do curso para nº de horas aula relógio (60 minutos), com 4 aulas por dia – 3620h relógio (Informação oral).

Historicamente, o Curso de Bacharelado em Enfermagem pretende, além de uma boa formação técnica e científica, a formação de cidadãos, os quais deverão lutar em favor de uma sociedade mais digna e justa, a fim de garantir um futuro próspero

para as gerações que virão. Também a profissão de Enfermeiro busca um embasamento próprio de saberes, e para tanto os profissionais se preocupam com as questões relativas ao desenvolvimento do conhecimento na área específica da enfermagem, bem como em outras referentes a administração, psicologia, sociologia, antropologia, ética, bioética, entre outras que integram os processos preventivos e curativos do fazer da enfermagem. Confirma-se mais uma vez que a profissão busca desenvolver seus próprios e específicos conhecimentos, que a caracterizam enquanto ciência, mas sem deixar de manter uma articulação com as demais ciências do conhecimento humano, nas diferentes áreas (UNIGUAÇU - PPC ENFERMAGEM, 2008, p. 12).

Della Latta conclui a entrevista noticiando que os egressos do curso estão trabalhando na área da enfermagem, que muitos foram aprovados em concursos públicos e atuam na área da saúde na região, que alguns foram contratados para laborar na região nordeste do Brasil e, muitos outros estão na iniciativa privada, nas gêmeas do Iguaçu.

3.5.4 Implantação e desenvolvimento do Curso de Educação Física

O Curso de Educação Física foi autorizado em 04/01/2002, por meio da Portaria n. 13 e, reconhecido em 22/12/2005 pela Portaria n. 4.442.

A Professora Mestre Rosicler Duarte Barbosa da Silva é professora da IES desde 2002 e Coordenadora do Curso desde 2003.

O Projeto Pedagógico busca atender as necessidades do curso, articulando o perfil do Profissional da Educação Física com as necessidades da sociedade, de forma a não constituir-lo em uma relação de ação/reação, mas de propor um perfil de profissional que se preocupe fundamentalmente com o movimento humano e suas articulações com o mundo (UNIGUAÇU - PPC EDUCAÇÃO FÍSICA – LICENCIATURA, 2008, p. 6).

A importância da educação física se revela na atuação de seus egressos em diferentes instâncias educacionais: formais, não-formais e informais, intervindo na formação de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, levando-os a uma inserção qualificada e crítica no âmbito do lazer, da vida com melhor qualidade, das práticas corporais que ampliam o diálogo consigo mesmo e com o mundo, através do movimento humano (Id. Ibid.).

Neste contexto, a IES, na qualidade de agente de transformação social, capaz de contribuir para a formação de atitudes que propiciem uma melhor qualidade de vida, e buscando ampliar a oferta nas áreas de conhecimento, implantou o curso de educação física, colocando-o à disposição da comunidade local e regional (Ibid., p. 7).

A respeito das alterações na matriz curricular do curso, respondeu a coordenadora que a alteração se deu em 2004, em razão da necessidade de formar o egresso bem como para atender as sugestões da comissão de especialistas do MEC.

As solicitações foram: retirar estágio Supervisionado do 4º período e só oferecer após metade do curso concluindo, ou seja, 5º período em diante por entenderem que estariam mais aptos a executarem as atividades profissionais de uma forma mais fundamentada. Outra solicitação foi incluir na matriz curricular as horas de atividades complementares (informação oral).

Esclarece Silva (2009) que:

Outra alteração passou a ser estudada pelo colegiado do curso desde 2005 e teve sua alteração primeira em 2006. O curso obteve nesta mudança característica específica do licenciado, uma vez que a proposta pedagógica conduzia para a formação de professores, houve uma diminuição da carga horária e conseqüentemente do tempo mínimo do curso que antes era de quatro anos passando para três anos. Esta alteração se deu primeiramente pensando na característica da IES, onde maioria de seus acadêmicos reside em municípios vizinhos e deslocam-se para União da Vitória para estudarem, frente à possibilidade prevista nas diretrizes curriculares do curso de licenciatura em educação física o colegiado do curso optou por reduzir o tempo de permanência dos acadêmicos no ensino superior a fim de diminuir o índice de evasão por questões financeiras (informação oral).

Explica que a mudança das disciplinas ocorreu para descaracterizar uma formação ampla e caracterizar o licenciado enfocando o ensino da educação física no contexto escolar.

A respeito das disciplinas, Silva (2009) justificou que as de formação profissional foram retiradas e citou as atividades de academia, tópicos especiais em educação física, e que houve o agrupamento de outras, tais como ginástica II que uniu todas as modalidades de ginástica competitiva. Sobre os impactos que as mudanças causaram, explicou que:

Curto prazo houve formação mais centralizada na atuação docente, promovendo o ensino de forma efetiva nas escolas, valorizando a qualificação desse profissional, em razão disso procura para especialização na área da educação aumentou. Longo prazo, a formação específica, tem auxiliado os egressos nos concursos públicos realizados na região, onde as primeiras colocações têm sido ocupadas por egressos da IES, esse instrumento nos permite dizer que a formação dos docentes de educação física da IES tem se mostrado de qualidade (informação oral).

Perguntado sobre a contribuição do curso para o desenvolvimento regional, a coordenadora afirmou que:

O curso de educação física no que tange o desenvolvimento regional vem contribuindo de forma significativa, uma vez que contribui para a formação do egresso e porque atua diretamente nas atividades sociais, promovendo a saúde, o lazer, à ocupação do tempo livre de crianças e adolescentes, auxiliando na formação do cidadão de fato. Algumas políticas públicas, principalmente na área do lazer e do idoso, vêm utilizando - se da formação desse profissional. Com a finalidade de realizar atividade acadêmica, investigar, bem como a prestar serviços à comunidade e o desenvolvimento de atividades de extensão, assumindo-se, no âmbito das suas áreas de saber, como um pólo de desenvolvimento regional (informação oral).

Sobre a importância das alterações da matriz curricular na formação do egresso, respondeu que auxiliaram na preparação de profissionais voltados para a formação básica, sendo essa preparação específica, auxiliou na inserção dos egressos no mercado de trabalho, como por exemplo, na aprovação em concursos.

Sobre a iniciativa em alterar as matrizes, Silva explicou que as alterações ocorridas se deram mediante estudo e discussões promovidos pelo colegiado do curso.

Por meio da Portaria n. 1.019 de 04/12/2008 a IES foi autorizada a ofertar o curso de Educação Física – Bacharelado, então foi solicitado à coordenadora que esclarecesse sobre a oferta deste curso.

A região de União da Vitória apresenta-se em localização privilegiada para a prática de atividades de aventura e da natureza, conhecedora dessa informação a IES, implantou neste ano, o curso de bacharelado em educação física (área de esportes de aventura e da natureza é do bacharel em educação física), pretende-se em longo prazo alavancar a turismo regional, transformando União da Vitória em um pólo desta modalidade. Sabe-se que o turismo auxilia no crescimento regional, promovendo aumento na economia do comércio, movimentando financeiramente os municípios circunvizinhos (informação oral).

A missão do Curso de Bacharelado em Educação Física da Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde de União da Vitória, mantida pela UNIGUAÇU é capacitar plenamente o aluno para atuação no ensino não formal. Considerando a formação física, intelectual e moral de indivíduos em suas diferentes faixas etárias, desde a criança até o idoso. Utilizando-se de abordagem voltada à visão global, integrada e crítica da profissão de educador físico e de sua atuação profissional (UNIGUAÇU - PPC EDUCAÇÃO FÍSICA – BACHARELADO, 2008, p. 13).

Prover a sociedade de profissionais aptos a valorizar a promoção e manutenção da saúde humana, as habilidades e competências para trabalhar questões relacionadas ao lazer e a recreação e ao treinamento técnico e tático das diversas

modalidades esportivas, profissionais estes calcados no conhecimento científico, na reflexão filosófica e na conduta ética (Id. Ibid.).

3.5.5 Implantação e desenvolvimento do Curso de Nutrição

O Curso de Nutrição foi autorizado em 04/01/2002, por meio da Portaria n. 14 e, reconhecido em 22/12/2005 pela Portaria n. 4.441. A Professora Mestre Lina Claudia Sant'Anna é professora da IES desde 2005 e Coordenadora do Curso desde 2009.

Diante de todo o contexto criado pela modernidade, pós-modernidade e pela globalização, a atitude adequada que futuros profissionais devem saber tomar em face dos impactos destes fenômenos estruturais na sociedade é um desafio (UNIGUAÇU - PPC NUTRIÇÃO 2008, p. 11).

Desta forma, partindo deste enfoque, percebe-se que a preocupação em âmbito mundial está em encontrar soluções e possibilidades para que as sociedades possam caminhar para a construção de modos de vida e de estruturas sociais que favoreçam uma vida mais saudável, com adoção de práticas alimentares de forma mais responsável e consciente para que se possa almejar uma experiência de vida mais longa e feliz, com ausência das patologias que se fazem presentes hoje nos diferentes ciclos de vida, como: as doenças crônicas não transmissíveis, a fome, as carências nutricionais por macro e micronutrientes, e outras (UNIGUAÇU - PPC NUTRIÇÃO, 2008, p. 11).

O nutricionista é, por excelência, o profissional da ciência da alimentação e nutrição. No Brasil, a legislação que disciplina o exercício profissional estabelece competência dos nutricionistas para o planejamento, execução, controle e supervisão de serviços de alimentação e nutrição humana em todos os níveis. Ou seja, a responsabilidade técnica pela produção de refeições em escala, a consulta nutricional em ambulatórios públicos ou clínicas particulares, educação nutricional, planejamento e execução alimentar e nutricional da política de saúde. Esta compreende a chamada área de nutrição social no sistema de saúde. A pesquisa alimentar e nutricional aplicada em humanos é também campo de atuação desta profissão, sobretudo os inquéritos de população que compreendem a dieta social, por exemplo, a merenda escolar (Ibid., p. 12).

A respeito da alteração da matriz curricular, Lina esclareceu que as mudanças foram discutidas e implementadas pelo colegiado do curso e que foram promovidas em

face da necessidade de atender o perfil do egresso e para atender as diretrizes do MEC, havendo alterações nas disciplinas básicas, nas de formação e nas disciplinas profissionalizantes.

Sant'anna (2009) cita e comenta as disciplinas implementadas:

Segurança Alimentar: disciplina que abrange também a questão de saneamento e meio ambiente e proporciona ao acadêmico reconhecer a alimentação como um direito humano de responsabilidade intersectorial (indústria, governo e consumidor) identificando o papel dos distintos setores que atuam com vistas à garantia da qualidade de vida da população. Além disso, também trabalha atuando em projetos de preservação ao meio ambiente, principalmente com a população ribeirinha do Rio Iguaçu. Estágio supervisionado I (Prática ambulatorial): desenvolve atividades ambulatoriais junto à comunidade carente que necessita de avaliação e orientação nutricional além de prescrição de dietas e planos alimentares. Proporciona qualidade de vida à população em geral. Terapias integrativas (Eletiva): fornece subsídios para a criação de hortos medicinais na comunidade e em escolas e possível geração de renda para as mesmas. Capacita os acadêmicos a melhor utilizarem ervas medicinais e também a orientar a população quanto à melhor forma de utilização. Antropologia aplicada à nutrição: disciplina criada com o objetivo de fazer com que o acadêmico conheça a importância da antropologia nas ações coletivas e de que alimentação é resultado de múltiplos fatos socioculturais. Nutrição aplicada ao esporte, *home care* e *personal diet*: disciplina criada com o objetivo de atender à demanda de egressos do curso de educação física e de nutrição da UNIGUAÇU realizando um trabalho multidisciplinar com a população através de orientações alimentares e de atividade física (informação oral).

A respeito do mercado de trabalho e da contribuição do curso para o desenvolvimento local e regional, Sant'anna (2009) explicou que, no âmbito regional, a demanda social se encontra em hospitais e clínicas especializadas, consultórios, cozinhas industriais, alimentação coletiva, indústrias de alimentos, creches, secretarias da educação, secretarias de saúde, academias de ginástica, áreas de ensino, consultoria técnica, restaurantes, entre outros.

Restou demonstrado que a caracterização econômico-social possui um amplo espaço a ser completado e desenvolvido pelo profissional nutricionista nas diferentes áreas de atuação e que os egressos do curso tem se destacado no cenário regional em razão das aprovações em concursos públicos e em razão da facilidade de adaptação no mercado de trabalho.

3.5.6 Implantação e desenvolvimento do Curso de Fisioterapia

O Curso de Fisioterapia foi autorizado em 06/09/2002, por meio da Portaria n. 2.540 e, reconhecido em 14/12/2006 pela Portaria n. 10.087.

A Professora Mestranda Giovana Simas de Melo Ilkiu é professora da IES desde 2002 e foi Coordenadora do Curso desde 2002 até 2005 e, à partir de 2008.

O projeto pedagógico do curso de Bacharelado em Fisioterapia da Faculdade de Ciências da Saúde de União da Vitória, mantida pela UNIGUAÇU apresenta um currículo voltado para conteúdos essenciais relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade.

Este currículo está integrado à realidade epidemiológica e profissional da região, proporcionando formação integral para o atendimento primário, secundário e terciário em fisioterapia.

O currículo pleno do curso de Fisioterapia apresenta disciplinas básicas e instrumentais, teóricas e práticas, disciplinas de formação profissional e disciplinas de formação complementar (UNIGUAÇU - PPC FISIOTERAPIA, 2008, p. 13).

A instalação do curso de Bacharelado em Fisioterapia na região atende a formação generalista de profissionais fisioterapeutas, qualificados para a atuação em todos os níveis de atenção à saúde, com uma visão ampla e global, respeitando os princípios éticos e bioéticos, morais e culturais do indivíduo e da coletividade.

O curso visa preservar, desenvolver e restaurar a integridade de órgãos, sistemas e funções, sendo um profissional voltado ao desenvolvimento científico e apto a adquirir por iniciativa própria, conhecimentos que possam garantir uma educação continuada e permanente (Ibid., p. 10).

O curso é fundamentado numa abordagem multidisciplinar, voltada à visão global, integrada e crítica da profissão e da atuação profissional, dotando o egresso de competência técnica, científica e administrativa, tornando-o apto para a atenção à saúde, à tomada de decisões, à comunicação, à liderança, ao gerenciamento e à administração e fundamentalmente, à educação continuada (Id. Ibid.).

É proporcionada ao aluno, sólida formação básica e de conteúdos específicos, inerentes ao conhecimento e à prática da Fisioterapia. Tal formação possibilitará ao educando condições plenas de exercer a profissão em seus diferentes campos de atuação (Id. Ibid.).

Além de prover recursos para o desenvolvimento e domínio dos conteúdos específicos em qualquer nível de atenção à saúde, seja promocional/preventivo, curativo e reabilitacional o curso objetiva proporcionar uma maior qualidade de vida à população, difundindo esse valor à sociedade em geral (Id. Ibid.).

O currículo pleno do Curso proposto é estruturado para a formação de profissionais com perfil compatível com o padrão de qualidade de serviços de Fisioterapia desejável para a população. O formando terá uma visão ampla da profissão, que lhe possibilitará escolher a área de atuação profissional com critérios de afinidade pessoal e demanda do mercado de trabalho. O Curso de Fisioterapia forma profissionais aptos a prestar assistência nas áreas de Ortopedia e Traumatologia, Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria, Geriatria, Cardiologia, Pneumologia, Neurologia e Reumatologia, bem como na área Preventiva (Ibid., p. 11).

A respeito da mudança de matriz curricular, Ilkiu (2009) esclareceu que a mudança se deu em razão da necessidade de adequação do perfil do egresso, vem como em atendimento ao Parecer n. CNE/CES 329/2004 e que as mudanças promovidas foram nas disciplinas básicas, de formação e profissionalizantes e, foram discutidas e implementadas pelo colegiado do curso.

A respeito do reflexo da mudança da matriz, a coordenadora argumentou que:

O impacto das mudanças foi no sentido de tornar o curso mais competitivo no mercado, otimizando cargas horárias das disciplinas e do estágio supervisionado. Influenciando diretamente no perfil do curso principalmente com a valorização mais apurada das disciplinas profissionalizantes do curso. Em curto prazo houve a diminuição do número de horas aula/dia (informação oral).

Sobre a contribuição do curso para o desenvolvimento regional, Ilkiu respondeu que:

A contribuição do curso de fisioterapia é grande, pois possibilita a população das cidades de Porto União da Vitória e de toda a região o atendimento na clínica escola e a participação nos projetos sociais do curso. Bem como porque possibilita à população o acesso a um curso superior de qualidade, com equipamentos modernos e corpo docente altamente qualificado (informação oral).

Com relação as mudanças na matriz curricular, Ilkiu explicou que são “importantes para a formação do egresso porque colaboraram para a formação de um profissional generalista, porém crítico e reflexivo capacitado à atuar em todos os níveis de atenção à saúde com base no rigor científico e cultural”.

A respeito da substituição de disciplinas, esclareceu a coordenadora que houve a associação das disciplinas de sociologia com antropologia e passou a chamar “ciências sociais aplicadas à saúde”, à partir de 2008/1 para adequar a carga horária na matriz curricular e também porque o docente pode trabalhar de forma mais interativa estes conteúdos.

3.5.7 Implantação e desenvolvimento do Curso de Farmácia

O Curso de Farmácia foi autorizado em 12/12/2003, por meio da Portaria 3.769 e, reconhecido em 01/12/2008 pela Portaria n. 985.

O Professor Mestre Marcos Joaquim Vieira é professor da IES desde 2001 e Coordenador do Curso desde 2004.

A Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde de União da Vitória, ao propor o Curso de Graduação em Farmácia – Bacharelado, tem como objetivo a formação de profissionais generalistas. O pressuposto é uma abordagem multidisciplinar voltada à visão global, integrada, crítica da profissão, da atuação profissional e competência técnica, científica, administrativa e política para atuar nos diferentes serviços desta área. O Curso estará focado no conjunto de experiências de aprendizagem organizadas em níveis de complexidade, capacitando o aluno ao desenvolvimento da assistência farmacêutica em várias áreas (UNIGUAÇU - PPC FARMÁCIA, 2008, p. 8).

Tem como finalidade promover através de processo coletivo, o preparo do farmacêutico cidadão, empreendedor, com capacidade de atender um mercado globalizado, comprometido com a melhoria das condições de vida e de saúde da população por meio de intervenção na realidade, proporcionado ao aluno egresso, sólida formação básica e de conteúdos específicos, inerentes ao conhecimento e à prática farmacêutica (UNIGUAÇU - PPC FARMÁCIA, 2008, p. 8).

Professor Marcos argumenta que a mudança da matriz se deu para atender recomendações do MEC e em razão da necessidade de atender o mercado de trabalho, compondo o perfil do egresso, que os ajustes foram implementados para uma formação mais flexível e competitiva, no sentido de uma profissão mais completa.

Vieira (2009) explica que houve inserção por meio de acréscimo de três disciplinas na matriz curricular:

No primeiro semestre de 2008 houve a inserção das disciplinas: 1 - Urinálises, 2 – Interpretação de laudos clínicos, 3 – biologia molecular aplicada ao diagnóstico. A mudança se deu para atender uma melhor distribuição dos conteúdos, conteúdos esses que estavam inseridos em outras disciplinas. A discussão ocorreu em função do desdobramento dos programas, em função de uma melhoria didática. Tanto a discussão como a decisão ocorreram em reunião de colegiado.

Acrescenta que, em curto prazo as alterações foram importantes para a inserção no mercado de trabalho.

Sobre a contribuição do curso para o desenvolvimento local e regional, o Coordenador argumentou a oferta de profissionais com formação generalista e explicou que:

A natureza generosa da microrregião contribui para que o ecossistema fornecesse uma biodiversidade floral de plantas nativas medicinais. O somatório destes fatores, vem ao encontro de uma proposta, de um curso de Farmácia que tem em sua estrutura pedagógica a oferta de disciplinas e atividades que contemplam o estudo de plantas medicinais, entre outras características do curso. O setor fitoterápico é um desafio para a região, juntamente com outras propostas que aliam teoria e prática. No setor de saúde o Farmacêutico é um profissional imprescindível, que atua cada vez mais com uma visão holística, considerando as últimas ações de natureza profissional, vale destacar as práticas e iniciativas de atenção farmacêutica, característica atual e marcante do profissional farmacêutico, que o curso de Farmácia da UNIGUAÇU tem inserido em suas propostas didático pedagógicas.

Vieira (2009) ressaltou também que “o Curso de Farmácia intenciona, além de formar bons técnicos, a formação de cidadãos, os quais lutarão em favor de uma sociedade mais digna e justa, a fim de garantir um futuro próspero para as gerações que virão”. Que os egressos do curso tem se destacado no mercado de trabalho, especialmente em razão da facilidade de atender as necessidades profissionais impostas pela sociedade.

3.5.8 Implantação e desenvolvimento do Curso de Serviço Social

O Curso de Serviço Social foi autorizado em 12/12/2003, por meio da Portaria n. 3.770 e, o procedimento de reconhecimento está em trâmite. A Professora Mestre Josiane Bortoluzzi é professora da IES desde 2004 e Coordenadora do Curso desde 2005.

O Curso de Serviço Social da IES foi concebido em função de necessidades da sociedade paranaense, em especial a Região Sul do Paraná, necessidades estas ligadas a realidade regional que historicamente fomentou-se numa economia extrativista da madeira.

A economia extrativista da madeira entrou em declínio nas últimas décadas, deixando como herança uma diversidade multiracial, uma população migrante sem alternativa sócio-econômica e uma limitação histórica para o estabelecimento de um desenvolvimento sustentável.

Outra questão relevante para a leitura da realidade social, e por fim da necessidade do curso é a exploração operária, marcante característica do extrativismo (UNIGUAÇU - PPC SERVIÇO SOCIAL, 2008, p. 5).

Foi considerada a necessidade imprescindível da participação do assistente social na realidade social ligada a pobreza, deficiências mentais, físicas, violência, alcoolismo, dependência química, desemprego, qualificação profissional, geração de renda, planejamento familiar, entre outros, contribuindo na melhoria da qualidade de vida da população paranaense (Id. Ibid.).

O Serviço Social possui na sua essência caráter sócio-político, técnico-operativo e utiliza o instrumental científico e multidisciplinar das ciências humanas e sociais, a fim de analisar e intervir nas questões sociais em suas múltiplas expressões presentes no cotidiano da sociedade, fortalecendo o compromisso com os princípios éticos-políticos para “promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho”, conforme o estabelecido na Resolução n. 15 do CNE/CES, de 13 de março de 2002, que aponta as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Bacharelado em Serviço Social (Id. Ibid., p. 9).

A respeito da matriz curricular, Bortoluzzi (2009) esclarece que:

O Curso de Serviço Social, por meio de sua matriz curricular, instrumentaliza teórica-metodologicamente os acadêmicos para uma leitura crítica da sociedade, desenvolve e implementa propostas para o enfrentamento das contradições estruturais e dos antagonismos presentes, por meio da elaboração, gerenciamento e avaliação de políticas sociais. Assim, o Assistente Social poderá atuar em instâncias públicas, empresariais, de mobilização e organização da sociedade civil (informação oral).

Bortoluzzi cita as disciplinas da matriz curricular que foram atualizadas e ressalta que se deram após discussão e deliberação do colegiado do curso:

Nos dois primeiros períodos houve remanejamento de disciplinas de outras áreas para implementar a primeira disciplina da área específica e informática aplicada foi substituída por serviço social, produção capitalista e questão social (05.12.2006) em reunião de colegiado. A disciplina de Política Social I, II e III, que iniciava no terceiro período, passa a iniciar no segundo período, ganhando novos nomes e passa para seis disciplinas, cito serviço social e política social: modelos de proteção, política social: criança e adolescente; política social: idoso e pessoas portadoras de deficiência; e, avaliação de políticas sociais (05.12.2006). Disciplina seminários interdisciplinares em serviço social foi substituída por seminário temático: educação, meio ambiente, empresas (05.12.2006). Inclusão da disciplina seminário de estágio I, II, III e IV (05.12.2006) (informação oral).

A respeito da motivação da atualização da matriz curricular, esclarece que:

[...] foram implementadas para conferir flexibilidade ao profissional, bem como para atender aos critérios de qualificação estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação, bem como as orientações da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social de 1996 (informação oral).

Acerca do perfil do egresso, menciona a Coordenadora que o curso visa a formação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com a realidade regional e nacional.

Para atender esta necessidade é oportunizado o (re)conhecimento da complexidade das relações presentes no âmbito da sociedade... assumindo o caráter mediador das transformações da sociedade, na defesa dos direitos humanos e da justiça social. Inclusive o curso conta com o NPJSS – Núcleo de Práticas Jurídicas e de Serviço Social e que atendeu mais de 1.000 pessoas carentes da região, promovendo a triagem para encaminhamento aos serviços prestados pela IES, tais como assessoria jurídica, clínica de fisioterapia, ambulatório de nutrição, ambulatório de pequenos animais, laboratório de análises clínicas, entre outros. Que esta atividade é importante porque possibilita a formação integral do profissional, que tem a oportunidade de vivenciar situações reais de trabalho (informação oral).

Bortoluzzi (2009) ressalta que os egressos do curso tem se destacado no mercado de trabalho, especialmente em razão da facilidade de atender as necessidades profissionais impostas pela sociedade, especialmente em face da missão do assistente social de defender os direitos sociais e de promover a cidadania.

3.5.9 Implantação e desenvolvimento do Curso de Direito

O Curso de Direito foi autorizado em 22/02/2005, por meio da Portaria n. 543 e, o procedimento de reconhecimento está em trâmite.

O Professor Mestre Celso Luiz Nunes é professor da IES e Coordenador do Curso desde 2005.

O Curso de Direito se credencia como instrumento de qualificação profissional, propiciando o preparo técnico, operacional e intelectual com qualidade para o acadêmico no desenvolvimento de todas as profissões jurídicas, com destaque para o exercício da advocacia (UNIGUAÇU - PPC DIREITO, 2008, p. 17).

O exercício da advocacia é necessário para todos os profissionais do Direito uma vez que, a partir da Emenda Constitucional n. 45/2004 a maioria dos concursos públicos no Brasil exigem a prática advocatícia por três anos (embora alguns concursos tenham a faculdade de exigir tempo de experiência inferior). Nessa perspectiva, todos os bacharéis voltam-se aos estudos para o Exame de Ordem, ainda que a opção profissional não seja o exercício da advocacia (Id. Ibid.).

O Curso de Direito também se destaca como parceiro das instituições públicas e privadas, na busca incessante, de políticas públicas e sociais, de emancipação e promoção da dignidade humana. O espaço da produção do conhecimento jurídico deve ser um espaço permanente de formação cidadã, na perspectiva de que cada conteúdo apreendido possa servir de veículo social para a população beneficiária do serviço público (Id. Ibid.).

Nunes (2009), a respeito do perfil do egresso, esclarece que:

Em consonância com as orientações das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Direito, da Ordem dos Advogados do Brasil e com os seus próprios ideais de ensino, a IES busca a formação de profissionais de Direito com competência (conhecimentos, habilidades e atitudes) para atuar no cenário jurídico nacional e desempenhar atividade de planejamento, organização e gestão de serviços públicos ou privados, além de assessorar, prestar consultorias e auditorias no âmbito de sua competência profissional. E, seguindo o Art. 3º da Resolução CNE/CES n. 09, de 29 de setembro de 2004, das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Graduação em Direito, busca como perfil do egresso, um profissional crítico, reflexivo, ético, responsável, capacitado a atuar em todos os níveis do universo jurídico, baseado no rigor científico, com capacidade para desenvolver projetos e iniciação científica visando a produção de conhecimento, respeitando sempre os princípios do direito. O formado deverá possuir também habilidades na gestão de negócios, comunicação oral/escrita e nas inter-relações humanas (informação verbal).

Esclarece o Coordenador que após discussão e deliberação do colegiado, houve mudanças nas disciplinas básicas e nas disciplinas de formação, que as mudanças se deram antes da visita da comissão de especialistas do MEC e, que as foram implementadas para atendimento de recomendação do MEC e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), bem como para manter coerência entre as disciplinas e para corrigir eventuais problemas de carga horária que foram verificadas com o funcionamento do curso.

Perguntado sobre a importância das mudanças da matriz na formação do egresso, Nunes respondeu que:

Com a inclusão de disciplinas propedêuticas, e com a valorização de disciplinas focadas na cidadania, o egresso será um ser humano mais solidário e comprometido com a justiça social e, estarão capacitados para responder às demandas jurídicas e aos conflitos dos atores sociais, políticos e econômicos locais sem perder a perspectiva das grandes transformações, processos e conflitos do Direito e da sociedade pós-moderna (informação verbal).

Acrescentou o Coordenador que a mudança da matriz foi importante, no primeiro momento “para facilitar a administração das duas matrizes e, em longo prazo, porque confere a certeza de estar sempre mudando para melhoria da qualidade do ensino” (informação verbal).

Sobre a contribuição do curso para o desenvolvimento local e regional, o Coordenador explicou que O curso conta com o Núcleo de Práticas Jurídicas e de Serviço Social (NPJSS) e que atendeu mais de 500 pessoas carentes da região, prestando assessoria jurídica. Nesta atividade, os acadêmicos participam ativamente do processo de formação da cidadania, deles, dos parentes e amigos, e da sociedade em geral.

3.5.10 Implantação e desenvolvimento do Curso de Medicina Veterinária

O Curso de Medicina Veterinária foi autorizado em 14/11/2005, por meio da Portaria n. 3.920 e, reconhecido em 28/01/2009 pela Portaria n. 109.

O Professor Mestrando João Estevão Sebben é professor da IES e Coordenador do Curso desde 2006.

O Curso de Medicina Veterinária foi concebido em função de necessidades da sociedade paranaense e catarinense, em especial a Região Sul do Paraná e Planalto Norte de Santa Catarina, necessidades estas ligadas ao setor agropecuário (UNIGUAÇU - PPC MEDICINA VETERINÁRIA, 2008, p. 7).

A área urbana é caracterizada pela presença cada vez mais significativa de animais de companhia, enquanto na área rural, tem acentuada vocação agrícola e é importante produtor de alimentos de origem animal. Tal cenário enfatiza a importância da participação do médico veterinário nos aspectos clínicos, e em todas as áreas da produção animal, da criação ao abate, finalizando na comercialização dos produtos e subprodutos de origem animal, observando a preservação do meio ambiente que garantirá a biodiversidade e o futuro das novas gerações (UNIGUAÇU - PPC MEDICINA VETERINÁRIA, 2008, p. 7).

Foi considerada a necessidade imprescindível da participação do médico veterinário nos problemas ligados à saúde pública, contribuindo na melhoria da qualidade de vida da população, já que o Estado do Paraná lidera nacionalmente diversos segmentos da produção pecuária (Id. Ibid., p. 8).

A respeito da matriz curricular do curso, o Coordenador informou que:

As mudanças se deram antes da visita do MEC e que foram implementadas pelo colegiado do curso para atender as recomendações da matriz curricular nacional e também em razão da necessidade de atender o perfil do egresso e, ainda, para conferir atualização, flexibilização e interdisciplinaridade, sendo oportunizado aos alunos cursarem disciplinas fora da matriz curricular, em seu Curso ou em outros, estimulando assim a interdisciplinaridade, aspecto

importante na formação de profissionais comprometidos com todas as dificuldades e limitações da sociedade em que vivem (informação verbal).

Sobre o impacto das mudanças, Sebben (2009) esclareceu as mudanças se deram na disciplinas de formação o que contribuiu para a motivação dos acadêmicos, diferencial para escolha pelos ingressantes e para melhorar a preparação dos futuros profissionais.

A respeito da contribuição do curso para o desenvolvimento regional, Sebben explicou que:

O curso tem por objetivo formar profissionais que sejam capazes de serem atores de desenvolvimento com tecnologia moderna, levando aos produtores rurais, empresas e à população urbana o que existe de mais moderno no campo da medicina veterinária. Como, por exemplo, os projetos desenvolvidos e o hospital veterinário. A implementação de um Curso de Medicina Veterinária na cidade de União da Vitória é perspectiva de progresso nas áreas sócio-econômica e cultural. Os habitantes da região precisam reaprender a conservar o meio ambiente em que vive para voltar a desfrutar as belezas naturais da região. Pretende-se alavancar o setor agropecuário, melhorando os índices de produtividade, pesquisando e sugerindo tecnologias alternativas, favorecendo a introdução de novas culturas que poderão gerar distribuição de renda, conhecimento, e acima de tudo, estabelecer uma íntima relação de respeito ao meio ambiente e ao mercado consumidor, por intermédio da oferta de alimentos de origem animal de qualidade (informação verbal).

A formação do egresso também foi pontuada por Sebben (2009):

A importância da mudança de grade na formação do perfil do egresso é o preparo para o mercado de trabalho, a atualização e o diferencial na concorrência. O curso busca, além de formar bons técnicos, à formação de cidadãos, os quais lutarão em favor de uma sociedade mais digna e justa, a fim de garantir um futuro próspero para as gerações que virão. Assim, objetivo geral é formar um profissional com formação generalista, baseada no desenvolvimento da polivalência para estabelecimento de sistema produtivos da formação e reconhecida capacidade de raciocínio lógico, de observação, de interpretação e de análise de dados e informações. Deve ainda ser conhecedor dos aspectos essenciais da Medicina Veterinária, para identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética, humanística e sociocultural, em atendimento às demandas da sociedade (informação verbal).

Sebben discorreu sobre a alteração da matriz curricular, citando as disciplinas e mencionando a motivação para as alterações:

1 - Administração rural por administração em *marketing* aplicados a medicina veterinária. Atualização da grade para atender um nicho de mercado mais focado e falho na medicina veterinária que é o marketing. O veterinário é falho neste aspecto. Esta mudança foi discutida e decidida em reunião de colegiado; 2 - Bem estar animal – esta disciplina foi incluída na grade por apresentar-se como ponto decisivo na mudança de hábito dos proprietários. Hoje não se admite mais maus tratos a animais, sejam de pequeno ou de grande porte. Esta inclusão atende as recomendações das diretrizes curriculares; 3 – extensão rural – esta teve a carga horária aumentada. O foco passou a visão prática do acadêmico. A situação real do trabalho, com inclusão de telejornalismo, rádio, jornal escrito, reuniões, etc (informação verbal).

Ao final o coordenador ressaltou as atividades desenvolvidas no hospital veterinário, destacando, além do aprendizado, os serviços prestados à comunidade carente, por meio do atendimento dos animais cujos proprietários não possuem recursos para custear o tratamento veterinário.

3.5.11 Implantação e desenvolvimento do Curso de Agronomia

O Curso de Agronomia foi autorizado em 04/12/2005, por meio da Portaria n. 4.166 e, o procedimento de reconhecimento está em tramite.

A Professora Doutora Patrícia Cambrussi Bortolini é professora da IES e Coordenadora do Curso desde 2006.

A formação no curso de Agronomia idealizado pela IES objetiva ser compatível com as necessidades de um profissional e cidadão que atue como agente de transformações, que tenha inserção na realidade, valores sócio-culturais e ambientais e um compromisso com o todo que compõe a sociedade em que atua (UNIGUAÇU - PPC – AGRONOMIA, 2008, p. 11).

Para alcançar esse objetivo, o curso de Agronomia desta instituição parte na busca de uma clara opção pela interdisciplinaridade, no sentido de entendimento e viabilização dos valores essenciais da vida. Dessa forma, incorpora a seus conteúdos programáticos, enfoques sistêmicos e agroecológicos que possibilitem ao profissional-cidadão de Agronomia identificar diferentes espaços sociais de atuação e contribuam para uma formação capacitadora de um profissional com perfil fortalecido para a concepção, aliada à execução (Id. Ibid.).

A respeito da motivação para a mudança da matriz curricular, Patrícia argumentou que foram importantes para promover a formação profissional do acadêmico de Agronomia no aspecto crítico e reflexivo, visão cultural ampla e compromisso social, onde o mesmo possa intervir no processo agropecuário regional.

Ainda sobre a mudança da grade, acrescentou que as mudanças realizadas se deram em razão da necessidade de atender o perfil do egresso, que não houve influência do MEC e que as alterações foram discutidas nas reuniões de colegiado dos cursos. as mudanças aconteceram nas disciplinas básicas, nas disciplinas de formação e, disciplinas profissionalizantes e:

Que a matriz curricular contribui para a construção de um modelo pedagógico com cunho interdisciplinar e com inserção na realidade do meio rural e no meio

acadêmico em que os formandos se inserem, esse curso procura proporcionar aos egressos oportunidades de atividades complementares através de estágios, intercâmbios, trabalhos de extensão, grupos temáticos de estudo e diversas outras formas que se constituam em um processo seqüencial e constante de formação e ampliação de espaços de compreensão de seu papel como profissional-cidadão (informação verbal).

Que, em curto prazo, a mudança promove a formação dos alunos, mais direcionado à abordagem técnica e social. A longo prazo, promove a integralização das disciplinas para a formação pluriativa dos acadêmicos de agronomia.

Sobre a contribuição do curso para o desenvolvimento local e regional, a Coordenadora argumentou:

Pelo fato da instituição pertencer a uma região com características de agricultura familiar, pequenas propriedades rurais com mão-de-obra familiar, alternativas viáveis de produção devem ser propostas para o desenvolvimento sustentável agrícola da região. O potencial econômico dos municípios de União da Vitória e Porto União gira em torno da indústria da madeira, celulose, comércio, prestação de serviços e mais recentemente, turismo. A base da indústria do município é a madeira, com grandes complexos industriais deste ramo, tais como a laminação e compensados, serrarias, móveis e papelão. No entanto, enquanto União da Vitória como município pólo da Microrregião destaca-se a nível de comércio e prestação de serviços, no nível de Microrregião como um todo, a economia está baseada na indústria madeireira e na exploração de atividades agropecuárias o que a torna um local ímpar para o desenvolvimento de programas de desenvolvimento local sustentável (informação verbal).

Bortolini (2009) esclareceu que a importância das mudanças das matrizes curriculares na formação do egresso então presentes na ação de capacitar os futuros profissionais da agronomia para a proposição e execução de processos pluriativos que possibilitem ações equilibradas entre desenvolvimento social às famílias rurais, sustentabilidade ambiental e, economia nos processos de produção agrícola.

Comenta a coordenadora que as disciplinas alteradas, mencionando as datas de mudança e a motivação para implementação.

A disciplina Sistemática vegetal (primeiro período) foi incluída em morfologia vegetal, por se perceber a relação entre ambos (2/2008) e redução da carga horária do período e, a disciplina Ecotoxicologia foi substituída por toxicologia, a fim de proporcionar uma visão mais ampla da toxicologia para os alunos (06/2008).

Ao final, a coordenadora ressaltou a importância das aulas práticas e mencionou os projetos sociais nos quais o curso de agronomia está inserido, projetos que serão expostos nesta pesquisa em item próprio, sob o número 3.5.13.

3.5.12 Implantação do Curso de Biomedicina

O Curso de Biomedicina foi autorizado em 04/12/2008, por meio da Portaria n.1.020 e será ofertado no primeiro semestre de 2009.

A profissão de Biomédico foi regulamentada pela Lei 6.684/79 com as modificações impostas pelas Leis n. 7.017/83, 7.135/83 e Resolução n. 86/86 do Senado Federal. Com a evolução tecnológica atual, a demanda do mercado propiciou a ampliação do campo de atuação profissional do biomédico, integrando novas alternativas nas áreas de saúde e biotecnologia (UNIGUAÇU - PPC BIOMEDICINA, 2008, p. 7).

A missão do Curso de Biomedicina é oferecer um curso com qualidade, focado na formação do biomédico, capacitando-o para desempenhar as profissões da área da saúde, com ética e competência profissional, valorizando o compromisso social (Ibid., p. 7).

Em União da Vitória (PR) e Porto União (SC), os operadores da saúde deverão estar capacitados para responder às demandas de intervenção, prevenção e orientação no campo da saúde e a busca da qualidade de vida (Ibid., p. 11).

3.5.13 Implantação e Desenvolvimento dos Projetos Sociais e a Inserção da IES na Comunidade

A missão da UNIGUAÇU é Ensino para valer com compromisso social e para cumprir a missão busca construir conhecimentos visando um universo mais justo, humano e com responsabilidade social, entende não ser, este compromisso, somente do Estado, mas sim de toda a sociedade.

A gestão com responsabilidade social é uma realidade na UNIGUAÇU e cada vez mais as relações com a comunidade são intensificadas por meio de parcerias e prestação de serviços sociais, com o objetivo de socializar os conhecimentos.

Abaixo são citados e descritos brevemente os principais projetos sociais desenvolvidos pela IES, inseridos por ordem de curso e, ao final deste capítulo estão inseridos projetos multidisciplinares.

As informações sobre os projetos foram obtidas por meio da análise de documentos oficiais da IES, tais como relatório de atividades complementares e sociais (UNIGUAÇU, 2008) e por meio de visita ao site da IES (UNIGUAÇU, 2009).

Alguns Projetos Desenvolvidos pelo Curso de Administração

- a) Paisagismo e reconstituição das matas ciliares do Rio Iguaçu no entorno da UNIGUAÇU - o objetivo deste projeto é contribuir para a preservação do meio ambiente, tendo como propósito inicial a reconstituição das matas ciliares do Rio Iguaçu, o paisagismo, a conscientização da importância da preservação do meio ambiente para as gerações futuras.
- b) Diagnóstico no Bairro Dona Mercedes - projeto desenvolvido em parceria com a Associação de Moradores e os acadêmicos da UNIGUAÇU. Busca colocar em prática as teorias abordadas em sala de aula e visa identificar os pontos fracos e fortes do bairro a fim de propor ações estratégicas para o desenvolvimento do mesmo.
- c) Diagnóstico como base para ações de Políticas Públicas estratégicas: o caso do bairro Rio D'Areia - o bairro em pesquisa se encontra em processo de desenvolvimento e o diagnóstico possibilitou ações de políticas públicas estratégicas para favorecer o desenvolvimento do citado bairro.
- d) Ciclista Consciente - este projeto tem por objetivo conscientizar a população de União da Vitória (PR) e Porto União (SC) sobre a importância da consciência do ciclista em trafegar nas vias públicas primando pela sua vida.

Alguns projetos desenvolvidos pelo Curso de Agronomia:

- a) Projeto Horta Tátil - projeto desenvolvido em parceria com a Secretaria de Educação e da Agricultura de União da Vitória (PR), tem como objetivo orientar e conduzir o manejo de espécies vegetais olerícola e medicinais em sistemas de canteiros, na Escola Vitória Fernandes.
- b) Projeto Bairro Amigo - em atividade desde março de 2007, projeto de atividades complementares desenvolvido em parceria com a Sociedade Espírita de Porto União (SC), na Vila Esperança, e com a Associação dos Moradores do Bairro Rio D'Areia em União da Vitória. As duas comunidades

têm características semelhantes de necessidades econômicas e sociais. O projeto oportuniza aos acadêmicos o desenvolvimento de técnicas de manejo de olerícolas e plantas medicinais, estudadas nas disciplinas do curso, bem como possibilita a oferta de olerícolas e plantas medicinais nas refeições dos cidadãos do bairro além de envolvê-los na produção e instruí-los sobre o manejo dessas plantas.

- c) Inventário Florístico da Arborização das vias públicas do centro de União da Vitória (PR) - a arborização em vias públicas exerce grande influência sobre a qualidade de vida da população, além de tornar a paisagem mais bela e agradável. O projeto realizou um inventário florístico para implantar a arborização nas vias públicas centrais e fez a recomendação das espécies arbóreas adequadas para compor a vegetação das ruas centrais analisadas em União da Vitória.
- d) Diagnóstico técnico-ambiental das margens do Rio Iguaçu - a poluição da água é causada pelo lançamento de esgoto residencial ou industrial não tratados em cursos de água (rios, lagos ou mares) ou ainda pelo lançamento de fertilizantes agrícolas, em quantidade demasiadamente alta que o corpo da água não pode absorver naturalmente. A poluição altera as características da água enquanto a contaminação pode afetar a saúde do consumidor da água. Assim uma água pode estar poluída sem estar contaminada. O Projeto objetivou, num primeiro momento, diagnosticar as principais fontes de descarga de substâncias orgânicas fosfatadas nas margens do rio Iguaçu, acarretando o processo de eutrofização da água. Além disso, realizou um levantamento das espécies vegetais nativas e exóticas, cultivadas ou não, bem como a utilização e manejo do solo em parte das margens do Rio Iguaçu, no perímetro urbano de União da Vitória.

Alguns Projetos Desenvolvidos pelo Curso de Direito

- a) Defesa do Direito das Crianças e dos Adolescentes - o projeto é desenvolvido junto à Secretaria de Ação Social da Prefeitura Municipal de União da Vitória e visa a educação social, humanização, atendimento social a criança e adolescentes, abordagem dos aspectos jurídicos em relação à violência, análise da legislação, relacionamento familiar e social. Há

orientação para que tenham uma conduta de vida adequada, incentivando-os a dar continuidade nos estudos, levando-os a descobrir a responsabilidade de suas ações, para melhor relacionamento familiar, comunitário e futuro profissional.

- b) Violência Doméstica contra a Mulher – o projeto visa o atendimento, por meio de palestras e orientação à mulheres associadas ao Sindicato dos Empregados na Área de Saúde de União da Vitória (funcionárias do Hospital São Camilo e Maternidade de União da Vitória), com a elaboração de cartilhas e apostilas com informações sobre a Lei Maria da Penha, enfocando o direito violado e o tipo de agente violador
- c) Saúde e seus Direitos - o projeto visa a prestação de orientações sobre os direitos do cidadão na área de saúde, bem como a elaboração de um projeto lei junto ao Poder Legislativo Municipal, com a previsão de isenção da tarifa de ônibus urbanos para pessoas com neoplasias malignas. Elaboração de Manual de orientação dos direitos do portador de câncer.
- d) As leis de Trânsito e a Sinalização - Estatuto do Idoso - o projeto visa orientar pessoas de terceira idade sobre as leis de trânsito e a sinalização, com noções do direito, composição do sistema nacional de trânsito, o ser humano no trânsito, pedestres, o veículo, documentação, classificação das vias, infrações, garantias individuais, normas gerais de circulação, direção defensiva.
- e) Violência e Exploração de Crianças e Adolescentes - o projeto é direcionado as escolas de ensino fundamental e médio, visando a orientação e a prestação de informações sobre os direitos em relação a violência e exploração de crianças e adolescentes. O projeto atendeu diversas escolas, atingindo um total de 532 crianças e adolescentes.
- f) Educação Ambiental Infantil - protegendo o meio ambiente - o projeto é desenvolvido em parceria com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Escola Municipal Clementina Lona, Núcleo Regional de Educação – SEED e Centro Municipal de Educação Infantil Odete Conti (CEMEI).

Alguns Projetos Desenvolvidos pelo Curso de Educação Física

- a) **Mestres da Alegria** - formado por um grupo de acadêmicos (caracterizados de palhaços e outros personagens folclóricos e de desenhos animados) assessorados por professores orientadores, que fazem visitas em unidades de saúde, asilos, escolas, presídios, etc., levando orientações nas diversas áreas das ciências biológicas, saúde, agrárias, tecnológicas e sociais.
- b) **Escola do Circo** - formado por um grupo de acadêmicos dos Cursos de Educação Física, Fisioterapia, Enfermagem e Nutrição, assessorados por professores orientadores, que desenvolvem atividades educativas, lúdicas e culturais com crianças e adolescentes de comunidades parceiras, levando orientações nas diversas áreas das ciências biológicas, saúde, agrárias, tecnológicas e sociais, além da execução de artes circenses.
- c) **Projeto de Dança** - aberto para atendimento a crianças de escolas parceiras, oportuniza a participação de acadêmicos nas diversas áreas das ciências biológicas, saúde e sociais. O projeto já atendeu mais de 350 crianças.
- d) **Projeto Terceira Idade** - aberto para atendimento para pessoas da terceira idade e que oportuniza a participação de acadêmicos nas diversas áreas das ciências biológicas, saúde e sociais, nas atividades tais como: dança, academia de musculação e ginástica. Projeto atendeu mais de 250 pessoas de terceira idade nas áreas de dança, musculação e exercícios físicos.
- e) **Passo a Passo** - projeto que visa a prestação de orientação técnicas às pessoas que caminham nas vias públicas das cidades de União da Vitória e Porto União. Projeto já prestou mais de 1500 orientações e atendimentos diversos aos populares.
- f) **Brinquedoteca** - projeto destinado a estimulação da criatividade da criança, por meio do qual são realizadas atividades dirigidas como brincadeiras, brinquedo cantado e jogos recreativos. A principal atividade desenvolvida é a construção de brinquedos a partir de materiais recicláveis bem como demonstrar a importância do lúdico, pois é possível estimular a criatividade, desenvolver a imaginação, habilidades e a socialização das crianças da maneira que elas mais gostam, que é brincando. Já participaram do projeto aproximadamente 60 crianças de 1ª a 4ª série do ensino fundamental das escolas Antonieta Montanari e Lina.

- g) Ginástica Rítmica - o projeto social tem a participação de crianças de 6 a 12 anos de escolas do município, são repassadas as técnicas de Ginástica Rítmica, manuseio de aparelhos característicos como bola, corda, arco e fita e ensaio de algumas coreografias. As crianças da região têm perfil adequado, com grande tendência a uma boa flexibilidade e coordenação motora, fatores fundamentais na Ginástica Rítmica.
- h) Uniação - o projeto incentiva a população para a prática de atividades físicas. A preocupação com o estilo de vida saudável e a importância da qualidade de vida na manutenção da saúde está levando cada vez mais pessoas a aderirem a atividade física como prática regular em busca desses benefícios. O projeto Uniação apresenta o envolvimento de várias atividades práticas voltadas para a população que frequenta, nos finais de semana, o Parque Ambiental, em União da Vitória. Além do incentivo às atividades físicas, a UNIGUAÇU está valorizando as áreas ao ar livre da cidade.

Alguns Projetos Desenvolvidos pelo Curso de Enfermagem

- a) Doenças sexualmente transmissíveis: DST & AIDS - o Projeto tem o objetivo de realizar palestras e orientações com a temática voltada para as doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, direcionadas para escolares do ensino médio em escolas dos municípios de União da Vitória e Porto União. O Projeto já atendeu mais de 15 escolas, num total de aproximadamente 1.200 pessoas.
- b) Combate ao Tabagismo - o Projeto visa a realização de palestras e orientações sobre os danos causados pelo consumo do tabaco à saúde humana, direcionado à todas as classes sociais. O Projeto atende grupos organizados de diversos municípios da Região do Vale do Iguaçu, foram atendidas mais de 450 pessoas.
- c) Câncer de Mama - o Projeto tem como objetivo prestar orientações sobre o câncer de mama, bem como, orientações sobre auto-exame das mamas, sendo desenvolvido em diversas escolas, associações de moradores de bairros, instituições, asilos, grupos organizados. O Projeto já atendeu mais de 700 pessoas, prestando orientações sobre os riscos do câncer de mama, auto-exame e encaminhamentos.

- d) Câncer de Boca - presta orientações sobre o câncer de boca, bem como, orientações sobre higiene bucal, sendo desenvolvido em diversas escolas, associações de moradores de bairros, instituições, asilos, grupos organizados. O Projeto já atendeu mais de 700 pessoas, prestando orientações sobre os riscos do câncer de boca, higiene bucal e encaminhamentos à dentistas.
- e) Infância Saudável - crianças de escolas são convidadas para conhecer as dependências da UNIGUAÇU, onde os acadêmicos desenvolvem diversas atividades de orientação sobre higiene corporal, higiene bucal, prevenção às verminoses, pediculose e escabiose, importância da preservação ambiental, além da distribuição de escovas de dente, pinturas faciais, brincadeiras lúdicas, atividades recreativas e culturais e o encerramento é realizado com a distribuição de lanches.
- f) Cuidado ao Idoso - o Projeto visa o atendimento e orientações aos idosos em Asilos, são desenvolvidas diversas atividades junto com idosos, no sentido de prestar orientações, cuidados à saúde, bem como desenvolvimento de variadas atividades lúdicas. O Projeto atualmente atende 33 moradores de Asilos.
- g) Tipagem Sangüínea & Campanha do Alimento - o Projeto tem por objetivo verificar a tipagem sanguínea (A, B, AB e O) das pessoas interessadas, é desenvolvido em parceria com as Farmácias Rodocentro e o Supermercado Macliv, cada pessoa beneficiada doa 1 kg de alimento, que é posteriormente distribuído às comunidades carentes.

Alguns Projetos Desenvolvidos pelo Curso de Farmácia

- a) Uso de Medicamentos Manipulados - o objetivo do projeto é a verificação dos costumes dos usuários de medicamentos, se utilizam medicamentos manipulados e se trocam medicamentos de dispensação por medicamentos manipulados. O projeto é desenvolvido por meio da divulgação de informações sobre os benefícios e custo final dos medicamentos manipulados, enfatizando que a automedicação não é uma prática correta e que as conseqüências podem ser danosas à saúde.

- b) Assistência farmacêutica em pacientes de diabetes Tipo 2 - o projeto visa prestar orientações à pacientes de diabetes Tipo 2. Dos pacientes estudados, 19 estavam acima do peso, 25 são hipertensos. Este dado é preocupante, pois o tratamento da hipertensão reduz drasticamente os episódios cardiovasculares e as complicações micro angiopáticas em doentes diabéticos e os efeitos são superiores aos obtidos pela simples melhoria do controle da glicemia. Observou-se ainda o resultado positivo na glicemia dos pacientes pós acompanhamento farmacoterapêutico. A desinformação sobre a doença e o uso inadequado dos medicamentos prescritos foram os principais problemas detectados no início do acompanhamento da maioria dos casos estudados.
- c) Métodos de prevenção da cárie dentária - a cárie dentária é uma das doenças de maior prevalência no mundo ocidental. Embora não se trate de uma doença mortal, tem conseqüências econômicas consideráveis. Muitos profissionais envolvidos com a saúde reconhecem a necessidade de ajudar a população através de estratégias preventivas. Contudo, ainda é muito discutido qual é a opção que proporciona o melhor benefício e quais delas são mais facilmente colocadas em prática em nível individual tanto para crianças como para adultos. O projeto foi desenvolvido por meio da realização de métodos educativos para higiene bucal e prevenção de cáries no Centro Municipal De Educação Infantil Ruth Yolyta Forte, os pais e os professores também participaram das atividades.
- d) Plantas medicinais utilizadas na Pastoral da Saúde do Bairro Rio D'Areia de União da Vitória - as plantas medicinais são largamente utilizadas como fontes medicinais para a saúde das pessoas, desta forma, o presente projeto visa conhecer as espécies mais indicadas pela Pastoral da Saúde às pessoas da comunidade Bairro Rio D'Areia, bem como a realização de estudos botânicos sobre as mesmas.
- e) Presença de fungos patógenos em processos do arquivo e cartório do Fórum de União da Vitória - fungos são seres vivos que se originam de uma única célula ou de um fragmento da hifa, pertencentes ao reino *Fungi*. No meio ambiente podem ser saprófitas ou patogênicos, podendo causar inflamações na pele, unhas, boca, vagina e também nos órgãos internos, sendo dispersos por várias vias como animais, homem, insetos, água e ar através dos ventos,

no meio ambiente, em vegetais, ar atmosférico, solo e água. Foi realizada coleta nos processos do fórum e após realizou-se a cultura. Foram identificados fungos patogênicos dos gêneros *Microsporum*, *Cladosporium*, *Penicillium*, *Aspergillus* e *Cryptococcus*, os quais são capazes de gerar doenças alérgicas, tóxicas e infecciosas e micoses superficiais, cutâneas, subcutâneas e sistêmicas, dependendo da forma como atuam.

- f) Escaras ou Úlceras de Decúbito - a temática deste projeto é alertar e orientar a equipe hospitalar sobre a importância da mudança de posição dos pacientes, com o objetivo de prevenir as escaras de decúbito nos pacientes dos Hospitais de União da Vitória e Porto União. Foram realizadas diversas palestras à acadêmicos e profissionais da saúde em Hospitais de União da Vitória e Porto União.

Alguns Projetos Desenvolvidos pelo Curso de Fisioterapia

- a) Bebe Clínica - o Projeto visa atendimento a crianças com limitações de motricidade, que são atendidas na piscina da Clínica de Fisioterapia da UNIGUAÇU, devidamente acompanhadas por professores/profissionais da fisioterapia.
- b) Clínica Escola: Fisioterapia e a Comunidade - o projeto consiste no atendimento do excedente do SUS e também da comunidade acadêmica. Há também atendimento dos idosos dos Municípios de União da Vitória e Porto União.
- c) Clínica Escola: Fisioterapia e APAE'S - o Projeto visa o atendimento à pessoas com necessidades especiais, oriundas das APAE's dos diversos Municípios da Região, são prestadas assistência e orientações na clínica escola de fisioterapia da UNIGUAÇU.

Alguns Projetos Desenvolvidos pelo Curso de Medicina Veterinária

- a) Posse responsável de cães e de gatos dos municípios de União da Vitória e de Porto União - o projeto visa a prestação de orientações sobre os cuidados básicos em relação a posse de cães e gatos, bem como a imunização contras

as principais doenças que acometem estes animais. O projeto também visa prestar orientações e executar a imunização por meio da vacinação.

- b) Contaminação Ambiental com ovos potencialmente infectantes de *ANCYLOSTOMA* (Dubini, 1843) Creplin, 1845 em praças públicas da cidade de União da Vitória - as espécies *Ancylostoma caninum* e *Ancylostoma braziliense* parasitam cães e gatos e suas fêmeas produzem individualmente em torno de dez mil a vinte e cinco mil ovos diários, eliminados nas fezes dos hospedeiros. O objetivo é avaliar a prevalência de ovos de *Ancylostoma spp* em locais públicos da cidade de União da Vitória e a relevância destes dados em relação à contaminação ambiental por agentes de doenças parasitárias transmissíveis aos animais e ao homem.
- c) Contaminação do solo com ovos de *TOXOCARA* Styles, 1905 em logradouros públicos da cidade de União da Vitória - os logradouros públicos das cidades recebem diariamente número significativo de cães e gatos que freqüentemente utilizam estes locais para defecar e urinar e em caso de serem portadores de parasitas, suas fezes contendo ovos de helmintos e/ou cistos de protozoários podem contaminar o solo, com risco de infecção mediante ingestão de ovos ou cistos ou penetração ativa de larvas através da pele, principalmente em crianças que brincam nestes locais. O objetivo do projeto é a avaliação da prevalência de ovos de *Toxocara spp.* em fezes de cães que freqüentam locais abertos à população, como praças e parque públicos.
- d) Avaliação da eficiência reprodutiva de rebanhos bovinos - as diversas alternativas de manejo têm como objetivo principal a otimização do desempenho reprodutivo e produtivo do rebanho de cria, de forma racional, econômica e sem promover a degradação ambiental. Para tanto, o enfoque é voltado à prevenção de doenças, ao atendimento das exigências nutricionais nas diversas fases da vida reprodutiva e à exploração do potencial genético dos animais. O projeto teve seu início no 1º semestre do ano de 2007 e é realizado em propriedade conveniada da IES.

Alguns Projetos Desenvolvidos pelo Curso de Nutrição

- a) Clínica Nutricional - a UNIGUAÇU mantém a clínica nutricional, que visa o atendimento de pessoas da comunidade, prestando avaliações, orientações clínicas e acompanhamento na área nutricional. O projeto atende anualmente mais de 500 pessoas de comunidades carentes.
- b) Aproveitamento integral dos alimentos - acadêmicos do Curso de Nutrição desenvolveram uma série de atividades no Batalhão 5º BEC Blindado de Porto União, com o objetivo de avaliar os alimentos utilizados pelos militares, bem como prestar orientações de aproveitamento de alimentos que vinham sendo descartados. O projeto beneficiou todos os militares do 5º Batalhão do Exército Brasileiro de Porto União.
- c) Orientação e avaliação nutricional para pessoas da terceira idade – o projeto visa dar orientações e realizar avaliações nutricionais para pessoas da terceira idade que visitam ou freqüentam as agências bancárias nos municípios de União da Vitória e Porto União. O projeto atendeu mais de 400 pessoas de terceira idade, prestando avaliações e orientações nutricionais.
- d) Dia do Anjo - o evento “Dia do Anjo”, acontece todos os anos no mês de outubro, tendo a participação de todas as instituições de União da Vitória, a UNIGUAÇU tem participação com acadêmicos de diversos cursos, inclusive o Curso de Nutrição, fazendo avaliações e orientações nutricionais, bem como, distribuição de sucos e alimentos. Anualmente são atendidas mais de 1.500 pessoas com avaliação nutricional, orientações e distribuição de alimentos.
- e) Envelhecimento com Saúde Alimentar - o projeto consiste na elaboração do *check list* para verificação das conformidades e não conformidades dentro da cozinha de asilos e visa a melhoria na qualidade alimentar e, conseqüentemente na qualidade de vida de idosos residentes em Asilos dos municípios de União da Vitória e Porto União.
- f) Elaboração de folders sobre hipercolesterolemia e obesidade - o projeto consiste na elaboração dos folders e a distribuição dos mesmos à comunidade.
- g) Elaboração de atividades de educação nutricional para crianças de 1ª à 4ª séries de escolas de União da Vitória e Porto União - o projeto atende

anualmente mais de 500 crianças, visando a melhoria na qualidade nutricional e, conseqüentemente na saúde dessas crianças.

- h) Avaliação higiênico-sanitária de bares e lanchonetes do centro de União da Vitória - o projeto visa o desenvolvimento da capacitação para manipuladores de alimentos e elaboração de manual de boas práticas. São prestadas orientações em cerca de 20 estabelecimentos comerciais (bares e lanchonetes), visando a melhoria na manipulação dos alimentos, bem como a aplicação das boas práticas.

Alguns Projetos Desenvolvidos pelo Curso de Serviço Social

- a) Conhecimento sobre doação de sangue no meio acadêmico - o projeto está sendo desenvolvido desde o 1º semestre de 2007; foi implementado a partir das observações de estágios. O projeto visa sensibilizar a população em geral sobre a necessidade sempre iminente de doação de sangue, de forma que possa haver “estoque” suficiente para as demandas emergenciais.
- b) Tabagismo no meio acadêmico da UNIGUAÇU - o projeto está sendo desenvolvido desde o início do 1º Semestre de 2007. As atividades consistem em: entrevistas/questionários a acadêmicos sobre uso de tabagismo; exposição pública de temas relativos à periculosidade do uso do tabaco quanto à saúde individual e coletiva, tais como exposição em murais na interior da faculdade e em locais de aglomeração pública não acadêmica, na cidade de União da Vitória.
- c) Campanha permanente de doação de medula óssea - projeto de cunho permanente que visa fazer o público em geral entender a necessidade de sensibilizar-se e sensibilizar aos outros para a doação de medula óssea. Ainda não houve aumento significativo de doadores, no entanto, vê-se que o projeto já está bastante divulgado e há, no meio acadêmico, mobilização interna e externa para que o projeto tome vulto e a doação de medula óssea passe a ser uma prática comum.
- d) I Feira da Sensibilidade Ecológica - projeto que visa o encontro de diversos e diferentes grupos, governamentais e não governamentais, envolvidos com a questão ambiental, a fim de promover um debate permanente acerca da questão ambiental na região de União da Vitória.

- e) Cartilha Cidadã - o projeto foi pensado a partir da percepção da necessidade de um esclarecimento coletivo dos direitos de todo cidadão. Elaborou-se um estudo a respeito dos principais temas que devem ser de conhecimento público: saúde, educação, consumo, criança e adolescente, mulheres, idosos. O resultado parcial é um arrazoado temático de linguagem popular e, portanto acessível à população em geral.

Alguns Projetos Desenvolvidos pelo Curso de Sistemas de Informação:

- a) Informática Básica - o projeto está sendo desenvolvido na instituição filantrópica Instituto Piamarta, que é situada no Bairro Mallon, BR 476 - Km 225, que tem por objetivo dar condições necessárias a menores carentes de União da Vitória e região.
- b) Jovem Cidadão - tem por objetivo a criação de um sistema automatizado para controle de cadastro das crianças pertencentes ao Projeto Jovem Cidadão, do bairro Rio D' Areia. O sistema de controle de alunos que foi proposto pela Associação, para melhor controle dos mesmos, facilitando assim o cadastro, obtendo maior agilidade e organização.
- c) Tecnologias da Informática na Educação Infantil - a importância das Tecnologias da Informação (TI) na vida das pessoas é cada vez maior. O projeto consiste na realização de estágio de monitoramento na Secretaria Municipal de Educação de União da Vitória e se justifica pela aplicabilidade na área da informática evidenciando uma excelente abrangência.
- d) Informática na Terceira Idade - o presente trabalho visa a inserção das pessoas integrantes da terceira idade no mundo digital, através de aulas de informática nos laboratórios da UNIGUAÇU.
- e) Informática para Crianças - esta atividade tem como principal objetivo levar para as crianças carentes do município condições de adquirirem conhecimento na área de informática básica. No espaço físico da UNIGUAÇU é possível instruir crianças com faixa etária entre 07 e 14 anos, a condição para participação do projeto é que a criança esteja matriculada e freqüentando diariamente as aulas do ensino fundamental.

Alguns Projetos Sociais Multidisciplinares

a) UNIGUAÇU de Portas Abertas – UPA



Figura 5 - Participantes do UPA no aquecimento realizado na quadra poliesportiva da IES

Fonte: (UNIGUAÇU, 2009)

Evento realizado anualmente geralmente no mês de setembro, por meio do qual a UNIGUAÇU recebe toda a comunidade regional, tais como estudantes, associações de moradores de bairros, grupos organizados. Os acadêmicos e professores da UNIGUAÇU passam aos visitantes diversas orientações, informações, palestras e ministram aulas nas áreas dos cursos ofertados pela IES. Desta forma a IES cumpre seu papel de responsabilidade social, prestando informações e orientações nas diversas áreas de atuação da UNIGUAÇU.

b) Projeto Bairro Melhor



Figura 6 - Atendimento à comunidade no evento Bairro Melhor

Fonte: (UNIGUAÇU, 2009)

Projeto idealizado pelo Poder Público de Porto União (Prefeitura Municipal de Porto União/SC), realizado por meio da escolha de um Bairro a cada sábado. A Prefeitura monta uma estrutura de atendimento social, envolvendo a sociedade de maneira geral. A UNIGUAÇU tem participação com a estrutura de seus diversos cursos, realizando atendimentos e orientações tais como: orientação postural, orientação nutricional, atividades lúdicas, vacinação de humanos, cães e gatos, aferição de pressão arterial, testes de tipagem sanguínea, testes de glicemia, orientações sobre DST's AIDS, orientações sobre câncer de mamas, câncer bucal, câncer de pele, direitos da criança, da mulher, do idoso, orientações jurídicas, etc.

A UNIGUAÇU atende a cada sábado de atividades, aproximadamente 1200 pessoas dentro das diversas áreas de atuação, com a participação de professores e acadêmicos dos cursos de administração, agronomia, direito, enfermagem, educação física, fisioterapia, nutrição, serviço social, sistemas de informação, farmácia e medicina veterinária.

c) Prefeito com o Povo



Figura 7 - Atendimento à comunidade no evento Prefeito com o Povo

Fonte: (UNIGUAÇU, 2009)

Projeto idealizado pelo Poder Público do Município de União da Vitória (Prefeitura Municipal de União da Vitória - PR), por meio da escolha de um Bairro a cada sábado. A Prefeitura monta uma estrutura de atendimento social, envolvendo a sociedade de maneira geral. A UNIGUAÇU tem participação com a estrutura de seus diversos cursos, realizando atendimentos e orientações tais como: orientação postural, orientação nutricional, atividades lúdicas, vacinação de humanos, cães e gatos, verificação de pressão arterial, testes de tipagem sanguínea, testes de glicemia, orientações sobre DST's AIDS, orientações sobre câncer de mamas, câncer bucal, câncer de pele, direitos da criança, da mulher, do idoso, orientações jurídicas, etc.

A UNIGUAÇU atende a cada sábado de atividades, aproximadamente 1600 pessoas dentro das diversas áreas de atuação, com a participação de professores e acadêmicos dos cursos de administração, agronomia, direito, enfermagem, educação física, fisioterapia, nutrição, serviço social, sistemas de informação, farmácia e medicina veterinária.

d) UNIGUAÇU na Praça

Projeto que visa o atendimento e orientações prestadas às comunidades diretamente nas praças públicas das diversas cidades da região, onde a UNIGUAÇU instala uma estrutura para prestar atendimentos, orientações e informações às comunidades.



Figura 8 - Atendimento à comunidade no evento UNIGUAÇU na Praça

Fonte: (UNIGUAÇU, 2009)

Atividades realizadas bimestralmente são atendidas cerca de 700 a 1000 pessoas, dentro das diversas áreas de atuação, com a participação de professores e acadêmicos dos cursos de administração, agronomia, direito, enfermagem, educação física, fisioterapia, nutrição, serviço social, sistemas de informação, farmácia e medicina veterinária.

e) Recepção ao Calouro



Figura 9 - Acadêmicos da IES na festa de recepção aos calouros
Fonte: (UNIGUAÇU, 2009)

Anualmente ao início das atividades letivas, a UNIGUAÇU recebe seus calouros com uma festa, na qual os calouros se apresentam por meio de atividades idealizadas pelos próprios calouros, havendo um caráter social e cultural.

A entrada para a participação e recepção ao calouro é um quilo de alimento, que é posteriormente distribuído às comunidades carentes. Aproximadamente 8.000 pessoas participam da atividade, com arrecadação de 8 toneladas de alimentos.

f) Dia do Anjo

Atividade que ocorre anualmente nas cidades de União da Vitória e Porto União, com o objetivo de oportunizar atividades às crianças e arrecadar moedas, que são destinadas à projetos sociais.

A UNIGUAÇU participa realizando orientações, aferimento de pressão, testes de glicose, diabetes, informações sobre higiene bucal, higiene corporal, DST's e diversas atividades sociais e fornecendo lanches e sucos às crianças e outros participantes.

Aproximadamente 5.000 pessoas são atendidas no decorrer da atividade, com a participação de professores e acadêmicos da UNIGUAÇU.



Figura 10 - Acadêmicas do Curso de Nutrição preparando os lanches para distribuição no “Dia do Anjo”

Fonte: (UNIGUAÇU, 2009)

g) Projeto Viva vida

Projeto que tem como objetivo a prevenção ao uso de drogas no meio universitário, com o envolvimento de toda a comunidade acadêmica. Há conscientização sobre os danos causados pelas drogas no corpo humano e na sociedade.



Figura 11 - Lançamento do projeto, realizado no hall de entrada da IES, no Edifício Francisco Clève
Fonte: (UNIGUAÇU, 2009)

h) Mestres da Alegria

O projeto visa levar alegria aos hospitais, asilos, creches e outros ambientes e é realizado pelos professores e acadêmicos dos cursos da IES. Diversas visitas são realizadas anualmente, com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida por meio de recuperação de enfermos, melhora na auto-estima, etc.



Figura 12 - Participantes do projeto em atividade na quadra poliesportiva da IES
Fonte: (UNIGUAÇU, 2009)

i) Justiça no Bairro

Projeto desenvolvido em parceria com a direção do Fórum da Comarca de União da Vitória/, SESC e outras instituições, a UNIGUAÇU participa, entre outras atividades, com orientações, prestação de informações, vacinação, triagem, atividades lúdicas, assistência judiciária. Cerca 800 à 1200 pessoas são atendidas pelos professores e acadêmicos dos cursos da IES.

Professores e acadêmicos do curso de direito também participaram do evento, especialmente no atendimento jurídico prestado à comunidade, por meio de orientação e de ajuizamento de ações. No decorrer do dia foram tomadas informações e, posteriormente, por meio do Núcleo de Práticas Jurídicas e de Serviço Social, a IES promoveu o ajuizamento e o acompanhamento do processo até o trânsito em julgado. No evento também foram realizadas diversas audiências, das quais os professores da IES participaram na qualidade de advogados de uma das partes interessadas.



Figura 13 - Alguns participantes do evento Justiça no Bairro, realizado no Estádio Antiocho Pereira, em União da Vitória

Fonte: (UNIGUAÇU, 2009)

j) UNIGUAÇU na Escola

Projeto desenvolvido em parceria com as escolas estaduais e particulares, a UNIGUAÇU transfere parte de sua estrutura para a escola, onde os professores e acadêmicos passam a desenvolver diversas atividades práticas voltadas para os estudantes daquela escola.

Diversos estudantes de ensino fundamental e médio passam a conhecer as atividades desenvolvidas pela UNIGUAÇU, despertando nos mesmos a vocação profissional. Todas as atividades contam com a participação efetiva dos professores e acadêmicos dos cursos da IES.



Figura 14 - Acadêmicos da IES no evento UNIGUAÇU na Escola

Fonte: (UNIGUAÇU, 2009)

k) UNIGUAÇU na Escola/Colégio Bernardina Schleder



Figura 15 - Participantes da UNIGUAÇU na Escola/Colégio Bernardina Schleder

Fonte: (UNIGUAÇU, 2009)

Projeto executado no dia 07 de junho de 2008, em um trabalho de parceria entre UNIGUAÇU e Colégio Estadual Bernardina Schleder, localizado no Bairro Limeira, que contou com a participação dos Cursos de Agronomia (apresentação e maquetes simulando uma propriedade rural), Administração (projeto de combate às drogas), Direito (orientações direito da criança e da mulher), Enfermagem (orientações DST's X AIDS e aferimento de pressão), Educação Física (atividades lúdicas, exercícios, Fisioterapia, Nutrição, Serviço Social, Sistemas de Informação, Farmácia e Medicina Veterinária, contando com a participação de Coordenadores de Cursos, Professores e Acadêmicos, quais desenvolveram inúmeras atividades em suas áreas de atuação

I) UNIAQUECENDO

O projeto visa a arrecadação de agasalhos para distribuição à pessoas carentes das comunidades de União da Vitória e Porto União. A IES realiza uma gincana da qual participam os cursos e é vencedora a equipe que arrecadar mais agasalhos. A equipe vencedora recebe como prêmio uma viagem técnica de estudos a combinar com a Coordenação de Curso. O projeto busca promover a prática da cidadania entre os seus participantes e beneficiar a população das cidades-gêmeas.



Figura 16 - Acadêmicos vencedores da Gincana da atividade UNIAQUECENDO
Fonte: (UNIGUAÇU, 2009)

m) Festival de Arte da Rede Estudantil (Fera) e o Projeto Educação Com Ciência

Consiste em atividades integradoras de grande expressão educacional. Durante as atividades os estudantes participaram de oficinas de conhecimento artístico e científico e de atividades culturais, como passeio ecológico e cultural, exposição de trabalhos e apresentações artísticas.

A Uniguaçu esteve neste evento e foi representada por acadêmicos e professores dos Cursos de Farmácia, Nutrição, Educação Física e Sistemas de Informação.



Figura 17 - Participantes do FERA COM CIÊNCIA

Fonte: (UNIGUAÇU, 2009)

O projeto FERA com Ciência desenvolve a interdisciplinaridade, trabalha o conhecimento da arte, da cultura e da ciência, promove o intercâmbio entre alunos e escolas e, principalmente, incentiva os estudantes a prática de estudos e pesquisas.

As informações dos projetos sociais corroboram as assertivas dos coordenadores de curso e das matérias veiculadas na imprensa, no sentido de que há efetiva inserção da IES na comunidade.

Assim sendo, pode-se afirmar que a IES se encontra plenamente inserida na comunidade regional e que tem cumprido sua missão: “Ensino pra valer com compromisso social”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a educação é o portal que conduz ao desenvolvimento de um povo e da região em que está inserido é que foi desenvolvida a presente pesquisa cujo objeto foi verificar os determinantes sócio-econômicos para o desenvolvimento regional das cidades gêmeas do Iguaçu, Porto União e União da Vitória, proporcionados pelo ensino superior e viabilizados pela legislação.

Assim sendo, pode-se afirmar que as mantidas da Uniguaçu contribuíram e contribuem para o desenvolvimento regional, especialmente por meio da promoção da formação do capital humano para o mercado de trabalho e para a vida cidadã.

O início da pesquisa se deu por meio da análise da história da educação superior no Brasil, especialmente no que se refere à legislação educacional, trazendo à colação as normas Constitucionais, a LDB e as principais leis esparsas, bem como comentários a respeito da legislação educacional.

Foram abordados aspectos relacionados a distinção entre IES públicas e privadas, esclarecendo que as IES privadas podem ser classificadas de acordo com sua finalidade lucrativa, se possuem ou não fins lucrativos. As IES privadas, que não possuem fins lucrativos, podem ser comunitárias, confessionais ou filantrópicas e, o que caracteriza a finalidade não lucrativa da IES privada é o fato de não distribuir resultados aos seus mantenedores, devendo aplicá-los na própria IES.

Levantou-se parte da história das cidades “Gêmeas do Iguaçu” e as características econômicas e sociais atuais.

Foram brevemente apresentadas as IES instaladas nas Gêmeas do Iguaçu e foi estudada a implantação e desenvolvimento das mantidas da Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu.

Considerando que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 205 prevê que a educação deve atender o pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para o exercício da cidadania e qualificando-a para o trabalho, partiu-se do pressuposto de que a educação superior desempenhou e desempenha papel relevante no desenvolvimento da região, haja vista que além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, também forma cidadãos e os prepara para o ingresso e manutenção no mercado de trabalho.

Diferente da concepção atribuída ao capital humano nos anos compreendidos no período de 1950 e 1960, quando o trabalhador representava o capital humano que

iria alavancar o desenvolvimento, hoje o capital humano é formado com o intuito de se tornar apto a ingressar no mercado de trabalho.

Silva Junior (2002, p. 83) discorre a respeito do perfil do trabalhador buscado pelo mercado de trabalho na atualidade, considerando que “a nova formação do trabalhador e do cidadão é conformada pelas demandas postas pelas novas tecnologias de base física ou organizacional”. Salaria ainda que o novo ser social trabalhador deve possuir habilidades de gestão e espírito para o trabalho em equipe, bem como a sensibilidade para, a partir de seus saberes explícitos e tácitos, refinar a qualidade do processo de trabalho.

Por meio da análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), das entrevistas com os coordenadores de curso e, pela leitura das obras de Saviani e Frigotto, pode-se afirmar que o mercado de trabalho busca profissionais com processo cognitivo capaz de lidar com conceitos, aptos a resolver problemas e que se adaptem às circunstâncias e necessidades inesperadas, que possuam habilidade para atuar em situações imprevisíveis.

Por isso, foi relevante abordar os princípios defendidos por Silva Junior (2002) e liderada por Delors, parte integrante do Relatório para a Unesco da Comissão Internacional para a Educação no Século XXI, a saber: a) aprender a conhecer (saber); b) aprender a fazer; c) aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros; e a inconsistente máxima d) aprender a ser (O ser humano é, aprende e se forma por meio de suas atividades em geral, dentre elas a educacional e a escolar) esse ‘ pilar’ de Delors expressa os pressupostos cognitivistas e adaptativos, que constituem o paradigma para a educação do século XXI.

Assim sendo, pode-se afirmar que é pacífico o entendimento de que as mudanças que ocorreram no processo de trabalho exigem a formação de um trabalhador mais flexível, eficiente e polivalente.

Desta forma, o presente estudo foi desenvolvido com o intuito de demonstrar se as IES mantidas pela Uniguaçu preparam os egressos para o mercado e se contribuem para a formação dos valores humanos, imprescindíveis para o cidadão.

Partiu-se do pressuposto de que a formação do profissional apto para atender as necessidades do mercado é viabilizada por meio da educação.

Ressalte-se que o MEC por meio do CNE estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação e estas diretrizes contemplam o perfil do

egresso. Diretrizes estas que estão presentes nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação ofertados pelas mantidas da Uniguaçu.

Nesta perspectiva, o ensino superior contribui para a formação do capital humano capaz de dominar a enorme gama de conteúdos e técnicas, capaz de aprender e de se relacionar com o conhecimento de forma ativa, construtiva, criadora e ética.

Pela análise da história das cidades gêmeas, por meio dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, dos Projetos Sociais desenvolvidos pelas mantidas da Uniguaçu e especialmente pelas entrevistas, com questões abertas, realizadas com os coordenadores dos cursos no período de dezembro de 2008 a fevereiro de 2009, pode-se afirmar que o ensino superior tem contribuído para o atendimento da premissa da Constituição Federal, no sentido de preparar os egressos para o exercício da cidadania e promovendo a sua qualificação para o trabalho.

Neste momento, cumpre destacar que a pesquisa contou com a colaboração dos coordenadores dos cursos das mantidas da Uniguaçu, os quais contribuíram para a realização dessa por meio da concessão de entrevista.

A seleção dos entrevistados foi pautada no critério de ser coordenador de curso e o instrumento de coleta de dados foi dividido em duas partes, as questões iniciais buscaram obter informações acerca do perfil dos docentes quanto à idade, sexo, formação, tempo de atuação na docência e fora dela. A segunda parte do questionário foi composta de questões abertas que abordavam aspectos inerentes a alteração de matriz curricular e o impacto destas modificações, bem como nos motivos que levaram a estas mudanças e a contribuição dos cursos para o desenvolvimento local e regional.

Os resultados da primeira parte da entrevista apontaram que 54% dos docentes entrevistados encontram-se na faixa etária acima de 41 anos de idade, 38% têm idade entre 35 e 40 anos de idade e, 8% apresentam idade inferior a 34 anos de idade. No que se refere ao sexo, 54% dos entrevistados são do sexo feminino e 46% do sexo masculino.

Quanto à formação acadêmica, 100% dos entrevistados possuem graduação na área do curso que coordenam e, destes 8% tem doutorado, 61% mestrado e 31% estavam concluindo o mestrado. Quanto à experiência docente, 62% tem mais de 10 anos de experiência e 38% com menos de 10 anos de experiência docente. Quanto à experiência profissional fora da docência, 100% dos entrevistados afirmaram ter experiência profissional, atual ou anterior.

Considerando a experiência do corpo docente pode-se afirmar que estes possuem conhecimentos para a condução dos cursos com qualidade de ensino.

Quanto aos resultados da segunda parte da entrevista, com questões abertas, 100% dos entrevistados revelaram que o curso que coordenam tiveram a matriz curricular alterada e que estas alterações se deram tanto em razão da necessidade de adequação do perfil do egresso como em razão das diretrizes curriculares nacionais.

As entrevistas esclareceram que o perfil profissional promovido pelos cursos contempla a realidade sócio-econômica da região em que estão inseridos. Contribuem para desenvolvimento local e regional por meio de concessão de qualificação para o mercado de trabalho, melhoria na qualidade de vida da população, competitividade no mercado de trabalho com a busca de novos conhecimentos, reforço da profissão, aparecimento de novas modalidades de empregabilidade. Que os cursos contribuem de forma significativa uma vez que atuam diretamente nas atividades sociais, auxiliando na formação do cidadão.

A respeito do preparo para o mercado de trabalho, afirmou-se que os egressos da IES têm se destacado no cenário regional e nacional, haja vista que há elevado índice de aprovação em concursos públicos, muitos atuam nas empresas da região e também em outros estados e, outros têm implementado seu próprio negócio, tais como: clínicas de saúde, restaurantes, empresas prestadoras de serviços, entre outros.

No caso em tela, as contribuições dos cursos na formação do egresso têm *status* de determinante sócio-econômico que contribui para o desenvolvimento regional, desenvolvimento este demonstrado pelos cursos ofertados pelas faculdades mantidas pela Unidade de Ensino Superior e proporcionados pela legislação educacional.

Assim sendo, pode-se afirmar que as mantidas da Uniguaçu, por meio da oferta de seus cursos, desempenham papel imprescindível na construção e aperfeiçoamento dos acadêmicos para a obtenção do perfil buscado pelo mercado de trabalho.

Por outro lado, contatou-se também que desenvolvimento foi proporcionado pela legislação educacional porque, além das necessidades sócio-econômicas, um dos motivos da instalação das faculdades mantidas pela UNIGUAÇU na região foi a abertura à livre iniciativa privada.

E, também, porque a legislação da educação superior promove a melhoria da qualidade de ensino por meio das diretrizes curriculares, das avaliações institucionais e, por meio da exigência de corpo docente qualificado.

Quando se menciona que foram viabilizados pelas IES refere-se ao fato de que os cursos de graduação desenvolveram projetos pedagógicos que responderam e respondem as demandas postas pela sociedade e pela legislação e que estão em constante adaptação dos programas, das estruturas e das práticas pedagógicas, sempre com o intuito de promover educação com qualidade e preparar o egresso para a vida cidadã e para o mercado de trabalho.

Fagundes (1993) discorre a respeito do compromisso social da IES, argumentando que o ensino satisfaz uma clientela. Assim, a IES ressalta o seu compromisso social ao buscar cumprir seu papel na oferta de cursos superiores, preparando pessoas para o exercício da plena cidadania e para o mercado de trabalho. O autor acrescenta ainda que o ensino, ao transmitir conhecimento, oscila entre a formação cultural e a formação profissional dos cidadãos; sendo que a formação cultural privilegia a socialização do indivíduo e a formação profissional configura-se como meio de ascensão social.

Assim sendo, no decorrer da pesquisa foi possível constatar que, além da formação profissional e cidadã dos acadêmicos, a Uniguaçu, por meio dos cursos de extensão, socializa com a sociedade o conhecimento produzido pela comunidade acadêmica, buscando promover benefícios à população e, também desta forma cumprir sua função social no sentido de oportunizar à comunidade da região o acesso gratuito à inúmeros serviços, tais como, entre outros, acesso à justiça e à cidadania por meio do núcleo de práticas jurídicas e de serviço social, acesso ao atendimento e acompanhamento nutricional, acesso à saúde por meio da clínica de fisioterapia, dos ambulatórios de enfermagem e das práticas farmacêuticas, atendimento e consultoria empresarial para empresas de pequeno porte por meio da Empresa Júnior, acesso ao atendimento de animais de pequeno e de grande porte no hospital veterinário, acesso a atividades físicas por meio do curso de educação física, acesso a cursos de informática por meio do curso de sistemas de informação e, acesso a consultoria e orientação sobre solos e produção vegetal por meio do curso de agronomia.

Logo, pode-se afirmar que a contribuição das mantidas da Uniguaçu vão além da formação profissional e cidadã de seus acadêmicos posto que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da comunidade da região na qual se encontra inserida.

Finalmente, considerando a pesquisa bibliográfica, os projetos sociais desenvolvidos e as entrevistas com os coordenadores de curso, pode-se concluir que os egressos da UNIGUAÇU desenvolvem as aptidões para a vida cidadã, haja vista

que no decorrer dos estudos tem a oportunidade de vivenciar situações reais que proporcionam o desenvolvimento da consciência e da necessidade de se promover o bem comum, bem como da valorização do ser humano.

Conclui-se também que além dessa consciência, são desenvolvidas no egresso aptidões que possibilitam seu ingresso e/ou sua manutenção no mercado de trabalho e, que o desenvolvimento das atividades destes egressos contribuem para o desenvolvimento da região, razão pela qual pode se afirmar que os cursos de graduação das faculdades mantidas pela UNIGUAÇU constituem os determinantes sócio-econômicos para o desenvolvimento regional.

Por meio da análise da pesquisa realizada, das entrevistas dos coordenadores dos cursos ofertados pelas mantidas da UNIGUAÇU e também pela leitura das matérias veiculadas na imprensa, que fazem parte integrante desta pesquisa na forma de anexos, é possível afirmar que os cursos têm contribuído de forma significativa para o desenvolvimento regional, uma vez que promovem a formação de profissionais aptos a ingressar no mercado de trabalho, bem como porque atuam diretamente nas atividades sociais, promovendo cidadania, saúde, lazer; assumindo, no âmbito das suas áreas de conhecimento, a qualidade de pólo de desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ABMES; FUNADESP. **Políticas Públicas de Educação Superior: desafios e proposições**. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior; Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular – Brasília: ABMES; FUNADESP, 2002.

BARREYRO, Gladys Beatriz. **Mapa do ensino superior privado**./Gladys Beatriz Barreyro. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. **Capital social em Santa Catarina: o caso dos Fóruns de Desenvolvimento Regional**. Blumenau: Furb, 2006.

BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Orgs.). **Educação superior no Brasil – 10 anos pós LDB**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

BRASIL. **Decreto n.5.773, de 9 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm>. Acesso em: 28 out. 2008.

_____. **Decreto n. 2.306, de 19 de agosto de 1997**. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória n.1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D2306.htm>. Acesso em 28 out. 2008.

_____. **Lei n. 9.532, de 10 de dezembro de 1997**. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/ant2001/lei953297.htm>>. Acesso em: 28 out. 2008.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm. Acesso em: 03 jan.2009.

_____. **Lei n. 4.506, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o imposto que recai sobre as rendas e proventos de qualquer natureza. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L4506.htm>. Acesso em: 27 out.2008.

_____. **Lei n. 9.870 de 23 de novembro de 1999.** Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9870.htm>. Acesso em: 28 out. 2008.

_____. **Lei n. 10.861 de 14 de abril DE 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf> >. Acesso em: 28 out. 2008.

_____. **Medida provisória n. 1.477-45, de 29 de janeiro de 1998.** Dispõe sobre o valor total das mensalidades escolares e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=359683&seqTexto=1&PalavrasDestaque>>. Acesso em: 28 out. 2008.

_____. **Medida provisória n. 1.477-46 de 27 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre o Valor Total Anual das Mensalidades Escolares e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jurisdoctor.adv.br/legis/mp1477.htm>>. Acesso em: 28 out. 2008.

_____. **Portaria normativa n. 40, de 12 de dezembro de 2007.** Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação. Disponível em: <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/port40.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2008.

BRZEZINSKI, Iria (Org.). **LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares.** São Paulo: Cortez, 2008.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo.** Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de direito constitucional tributário.** São Paulo: Malheiros Editora, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: Lopes, E.M.T. et al. **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DALBELLO, Liliane; GRÜTZMANN, André (Coords.). **Normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade do Contestado.** Universidade do Contestado. Caçador: UnC, 2008.

DENARI, Zelmo. **Curso de direito tributário.** São Paulo: Atlas, 2002.

DIAS SOBRINHO, José; BRITO, Márcia Regina F. de La Educación Superior em Brasil: Principales tendencias y desafios. In: SEGRERA, Francisco Lopez e outros (Orgs.). **Avaliação - Revista da Avaliação da Educação Superior.** Sorocaba: Universidade de Sorocaba, 2008.

BORTOLINI, Patrícia Cambrussi. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Agronomia e as alterações de matriz curricular.** UNIGUAÇU. União da Vitória, 2009. Entrevista com questões abertas à Jane Silva.

BORTOLUZZI, Josiane. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social e as alterações de matriz curricular**. UNIGUAÇU. União da Vitória, 2009. Entrevista com questões abertas à Jane Silva.

DELLA LATTA, Marly Terezinha. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Enfermagem e as alterações de matriz curricular**. UNIGUAÇU. União da Vitória, 2009. Entrevista com questões abertas à Jane Silva.

FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE UNIÃO DA VITÓRIA - FAFI. União da Vitória, 2007. Disponível em: <<http://www.fafiuiv.br>>. Acesso em: 17 ago. 2007.

_____. União da Vitória, 2007. Disponível em: <<http://www.fafiuiv.br/historico.php>>. Acesso em: 17 ago. 2007.

FAGUNDES, José. **Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas**. União da Vitória: UNIPORTO – Gráfica e Editora Ltda., 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

FUNDAÇÃO FACULDADE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE UNIÃO DA VITÓRIA - FACE. União da Vitória, 2007. Disponível em: <<http://www.face.br/>>. Acesso em: 17 ago. 2007.

GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **A Cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, 2002.

HADDAD, Fernando. **O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais** 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 28 out. 2008.

_____. **Síntese de indicadores sociais** 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 04 de jan. 2009.

_____. **Resultados da amostra do censo demográfico 2000 - Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

ILKIU, Giovana Simas de Melo. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Fisioterapia e as alterações de matriz curricular**. UNIGUAÇU. União da Vitória, 2009. Entrevista com questões abertas à Jane Silva.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. **Indicadores sobre a educação superior**. 2007. Disponível em:

<http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/inst_municipio.asp>. Acesso em: 17 ago. 2007.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – Censo Educacional 2006.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – Censo da Educação, 2005.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP. **Indicadores sobre a superior**, 2007. Disponível em: <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_cursosies.asp?pIES=441&pNomeIES=Universidade+do+Contestado+%2D+UnC>. Acesso em: 17 ago. 2007.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas EDUCACIONAIS - INEP. **Indicadores sobre a educação superior**. 2009. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 04 jan. 2009.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELO JUNIOR. Cordovan Frederico. **Porto União da Vitória: um rio em minha vida**. União da Vitória: FACE, 2001.

NUNES, Celso Luiz. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Direito e as alterações de matriz curricular**. UNIGUAÇU. União da Vitória, 2009. Entrevista com questões abertas à Jane Silva.

PORTO UNIÃO. Prefeitura Municipal. Governo do Estado de Santa Catarina. Porto União, 2007. Disponível em: <<http://www.portouniao.sc.gov.br/conteudo/?item=18042&fa=7736&PHPSESSID=e45317678b3c4cbaf13f1294636e8388>> . Acesso em: 16 mar. 2007.

_____. Prefeitura Municipal. Governo do Estado de Santa Catarina. Porto União, 2009. Disponível em: <<http://www.portouniao.sc.gov.br/conteudo/?item=11289&fa=11239&PHPSESSID=ca4aa37cf6340a1a8714688f0de0d63b>>. Acesso em: 04 de jan. 2009.

_____. Prefeitura Municipal. Governo do Estado de Santa Catarina. Porto União, 2008. Disponível em: <<http://www.portouniao.sc.gov.br/conteudo/?item=18042&fa=7736&PHPSESSID=e45317678b3c4cbaf13f1294636e8388>>. Acesso em: 28 out. 2008.

RIGHES, Antônio Carlos Minussi. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração e as alterações de matriz curricular**. UNIGUAÇU. União da Vitória, 2009. Entrevista com questões abertas à Jane Silva.

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime (Orgs). **Educação superior brasileira: 1991-2004 (Paraná)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

SANT'ANNA, Lina Claudia. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Nutrição e as alterações de matriz curricular**. UNIGUAÇU. União da Vitória, 2009. Entrevista com questões abertas à Jane Silva.

SEBBEN, João Estevão. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Medicina Veterinária e as alterações de matriz curricular**. UNIGUAÇU. União da Vitória, 2009. Entrevista com questões abertas à Jane Silva.

SILVA, Rosicler Duarte Barbosa da. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física e as alterações de matriz curricular**. UNIGUAÇU. União da Vitória, 2009. Entrevista com questões abertas à Jane Silva.

SAMPAIO, Helena Maria Sant'Anna. **O ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2000.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 2001. [Coleção Educação Contemporânea].

_____. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 36. ed. Campinas: Autores Associados, v.5, 2003. [Coleção Polêmicas do Nosso Tempo].

_____. **Do senso comum à consciência filosófica**. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 1996. [Coleção Educação Contemporânea].

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JUNIOR, João dos Reis (Org.). **Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa**. São Paulo: Xamã, 2001.

SIEDENBERG, Dieter Rugar (Coord). **Dicionário do desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. **Reforma do estado e da educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

SIQUEIRA, Ângela C. de; NEVES, Lúcia Maria W. (Orgs.). LIMA, Kátia Regina de S.; CÊA, Geórgia Sobreira dos S; MELO, Adriana Almeida de S. Melo. **Educação superior: uma reforma em processo**. São Paulo: Xamã, 2006.

SOARES, Orlando. **Comentários à Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIÃO DA VITÓRIA. **Prefeitura Municipal. Governo do Estado do Paraná**. União da Vitória, 2008. Disponível em: <<http://www.pmuniaodavitoria.com.br/index.php?exibir=secoes&ID=52>>. Acesso em: 28 out. 2008.

_____. Prefeitura Municipal. Governo do Estado do Paraná. União da Vitória, 2008. Disponível em: <<http://www.pmuniaodavitoria.com.br/index.php?exibir=secoes&ID=45>>. Acesso em: 04 de jan. 2009.

UNC - Universidade do Contestado. Núcleo Universitário de Porto União, 2007. Disponível em: <<http://www.cni.unc.br>>. Acesso em: 17 ago. 2007.

UNIGUAÇU - Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI**. União da Vitória, 2002.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional – Aditamento ao PDI**. União da Vitória, 2004.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional – Segundo Aditamento ao PDI**. União da Vitória, 2008.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Administração – PPC Administração**. União da Vitória, 2008.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia – PPC Agronomia**. União da Vitória, 2008.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Biomedicina – PPC Biomedicina**. União da Vitória, 2008.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Direito – PPC Direito**. União da Vitória, 2008.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física – Licenciatura – PPC Educação Física**. União da Vitória, 2008.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem – PPC Enfermagem**. União da Vitória, 2008.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Farmácia – PPC Farmácia**. União da Vitória, 2008.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Fisioterapia – PPC Fisioterapia**. União da Vitória, 2008.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina Veterinária – PPC Medicina Veterinária**. União da Vitória, 2008.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social – PPC Serviço Social**. União da Vitória, 2008.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Sistemas de Informação – PPC Sistemas de Informação**. União da Vitória, 2008.

_____. **Relatório de Atividades Complementares e Sociais**. União da Vitória, 2008.

_____. União da Vitória, 2007. Disponível em: <www.uniguacu.edu.br>. Acesso em 17 ago. 2007.

_____. União da Vitória, 2008. Disponível em: <http://www.uniguacu.edu.br/portalacd/sis_cpa/>. Acesso em: 17 set. 2008.

_____. União da Vitória, 2009. Disponível em: <http://www.uniguacu.edu.br/sociais/index.php?id=projetos>>. Acesso em 01 jul. 2009.

VIEIRA, Marcos Joaquim. **Projeto Pedagógico do Curso de Farmácia e as alterações de matriz curricular**. UNIGUAÇU. União da Vitória, 2009. Entrevista com questões abertas à Jane Silva.

WEIZMANN, André. **Projeto Pedagógico do Curso de Sistemas de Informação e as alterações de matriz curricular**. UNIGUAÇU. União da Vitória, 2009. Entrevista com questões abertas à Jane Silva.

WEREBE. Maria José Garcia. **30 anos depois: grandezas e misérias do ensino superior no Brasil**. São Paulo: Ática, 1997.

ANEXOS

ANEXO A – Discussão sobre os cursos a serem ofertados pela Uniguaçu em União da Vitória

União da Vitória (PR.) Porto União (S.C.) Quinta-feira, 16 de Setembro de 1999

A CIDADE GERAL 13

Universidade em União da Vitória

A Prefeitura de União da Vitória recebeu representantes da UniBrasil, universidade com sede em Curitiba, no último sábado, dia 11 de setembro. Os diretores da UniBrasil confirmaram a instalação da UNIGUAÇU em União da Vitória a partir do ano que vem.

O Prefeito Pedro Ivo, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Márcio Slomp, e o Secretário de Agricultura, Anésio Marques, visitaram os locais onde a Universidade pode ser instalada com os advogados e professores Wilson Ramos Filho, Cleverson Cleve e o juiz Célio Waldraff.

Após as visitas, o grupo reuniu-se no gabinete do Prefeito para discutir detalhes da universidade, entre eles os cursos que virão para o município. Entre os 12 apresentados, estão Arquitetura e Urbanismo, Direito, Relações Internacionais, Fisioterapia, Enfermagem.

No dia 7 de outubro, a Prefeitura e os diretores da UniBrasil apresentarão sua proposta para a população do município, no Clube Apolo, às 19:30 horas.



Prefeito Pedro Ivo, secretários, Senhores Célio Waldraff e Wilson Ramos Filho, da UniBrasil.

Anexo A – Universidade em União da Vitória

Fonte: Jornal A Cidade, 16 de setembro de 1999.

ANEXO B – Solenidade de instalação da Uniguauçu em União da Vitória

A CIDADE **GERAL** **13**

UNIGUAÇU em União da Vitória



UNIGUAÇU I

A solenidade que marcou a passagem das instalações do SENAI, via Prefeitura Municipal de União da Vitória à UNIGUAÇU, foi uma daquelas poucas que, muitos, deveriam ter assistido. Pelo aspecto solene, pela emoção. Pela leveza da atmosfera cultural vivida no auditório do Senai. Pela mudança de mentalidade que a sociedade pode vir a experimentar com este esforço em busca de uma "parceria forte", nas palavras do Diretor do SENAI, Sr. Ito Vieira.

O Professor Ito, que de japonês não tem nada, arrancou um aplauso demorado naquele dia 2 de março. "Na história de 18 anos da entidade (inaugurada em 1982), começa o meu discurso. Na curva do rio, começa o discurso da vida, na procura de um espaço, na busca da sobrevivência, no coração e na mente, nas mãos de profissionais" disse o professor, numa referência aos tantos alunos que puderam, através da formação e a interação com os professores e funcionários do SENAI, dar suporte à sobrevivência.

"O meu discurso incorpora novas vozes" prosseguiu o diretor, lembrando a integração com o SESI, "e tem um novo palco, nesta parceria muito forte que hoje estamos concretizando. Que Deus nos ilumine, para trazeremos felicidade a tantos que precisam", disse.

O Sr. Ito Vieira aproveitou a oportunidade para ratificar, alto e em bom tom, que o SENAI vai permanecer em União da Vitória, com a base de operações sendo ampliada (eletro eletrônica + equipamentos de alta tecnologia) e funcionando nas instalações do SESI.

UNIGUAÇU II

O prefeito Pedro Ivo Ilkiv disse que os compromissos que o município assume participando do projeto, serão revertidos em benefícios (bolsas de estudo) a futuros alunos carentes.

Mário Slomp informou terem sido protocolados 11 cursos junto ao MEC em dezembro último. "Esperamos para o futuro próximo uma revolução cultural na região com 10 000 estudantes. Estima-se que 2000 alunos sejam das cidades. Prevê-se o aquecimento da economia local com a incorporação de 8 a 10 milhões de reais a cada mês", disse o secretário. Também fez alusão ao fato de que, a partir da iniciativa da UNIGUAÇU de solicitar ao MEC autorização para funcionamento, as comissões verificadoras estariam emitindo seus pareceres em até 90 dias.

UNIGUAÇU III

"Uma força irresistível nos atrai para um lugar e para uma causa". Palavras de Clemerson Merlin Clève, Diretor da Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu Ltda., numa referência também histórica sobre momento da sua vida quando da redação de uma peça sobre a Guerra do Contestado, com episódios tendo como "lugar", a cidade de União da Vitória.

A causa, é "a UNIGUAÇU e o seu compromisso com um ensino de excelência, perseguindo a mesma conceituação A, dados pelo Ministério de Educação e Cultura ao curso de direito da UNIBRASIL (o curso, que teve autorização para funcionamento dia 8, em Curitiba, recebeu conceito A nos 52 requisitos analisados pelo MEC. Isto significa que o padrão esperado deve ser atingido dentro do período da autorização de funcionamento de cada curso e, depois, mantido por ocasião dos provões realizados pelo ministério).

Em tempo: os compromissos da UNIGUAÇU são da entidade mantenedora, que é a UNIBRASIL. "O projeto é chegarmos, em seis anos, à uma UNIVERSIDADE, acrescentando cursos na área da engenharia da produção, da engenharia ambiental, e da indústria madeireira. Depois, porque não, psicologia, fisioterapia ou educação física? "É de sonhos e de planejamento sério que se alcançam objetivos. Espero por, como antes, meus pés aqui. E agora, para sempre", concluiu Clemerson.

UNIGUAÇU IV

Padrão de excelência na educação no ensino superior tem tudo a ver com pequenos grandes detalhes: a política educacional de FHC tem uma concepção pedagógica que prevê a formação profissional para o mundo globalizado.

Como em números, temos metade de alunos cursando uma universidade, quando se contabilizam estudantes na vizinha Argentina, Chile ou Uruguai, é imprescindível estimular e dotar o país de uma estrutura particular de ensino superior. Para se ter uma idéia, as universidades brasileiras - públicas e privadas - atendem a 2 milhões de estudantes. Para alcançarmos os Estados Unidos, teríamos que investir pelo menos 4 VEZES em novas unidades de ensino. Ou, quadruplicar a capacidade das existentes.

Padrão de excelência, então, é preparar um número maior de profissionais capazes de se inserir no mercado mundial. Capazes de interagir com a sociedade local, estimulando oportunidades de negócio, levando o conhecimento auferido na universidade para a cidade; produzir pesquisa, democratizando o mesmo conhecimento auferido na universidade para a comunidade.

Anexo B – Uniguauçu em União da Vitória

Fonte: Jornal A Cidade, 16 de março de 2000.

ANEXO C – Uniguaçu recebe autorização para ofertar o curso de enfermagem, conceito A

Uniguaçu tem curso avaliado pelo MEC com conceito A

A Unidade de Ensino Superior do Vale do Iguaçu - UNIGUAÇU, recebeu nesta semana a comissão verificadora designada pelo Ministério da Educação (MEC), que veio ver "in loco" as condições para início de funcionamento do curso de Enfermagem naquela Instituição. A comissão formada pelas professoras, Dra. Inês Sampaio Neri (UFPI) e Dra. Vilani Guedes (Universidade Estadual do Ceará), permaneceu na cidade por três dias analisando desde o projeto do curso, qualificação do corpo docente, instalações físicas, biblioteca e laboratórios. Também foram feitas visitas técnicas em todos os hospitais das duas cidades e outros órgãos de saúde. Ao final do seu relatório que será agora enviado ao MEC, a comissão concluiu pela recomendação de aprovação do curso, com o conceito "A".

Com este, são 9 os cursos da Uniguaçu que já foram avaliados, sendo que outros seis também obtiveram o conceito "A". A Instituição aguarda apenas a publicação das portarias do MEC autorizando o primeiro vestibular.

Nas próximas semanas, serão recebidas as comissões do Ministério que, virão avaliar os demais cursos da área de saúde: Fisioterapia, Educação Física e Nutrição.

As professoras cederam uma entrevista exclusiva para a Folha do Contestado onde falaram sobre como funciona o processo de avaliação dos cursos de Enfermagem pleiteados pelas Universidades.

Páginas 15 e 16



Anexo C – Uniguaçu tem curso avaliado pelo MEC com conceito "A"

Fonte: Folha do Contestado, 04 de maio de 2001.

ANEXO D – Lançamento do primeiro vestibular da UNIGUAÇU e planejamento sobre novos cursos a serem ofertados

UNIGUAÇU apresenta seu primeiro vestibular

Um dia histórico para toda a região. Esta foi a impressão que ficou em todas as pessoas que estiveram no clube Apolo, no lançamento do primeiro vestibular da Uniguaçu, sexta-feira passada.

Passados quase dois anos depois da apresentação do projeto, a concretização da nova Universidade irá contribuir no fortalecimento econômico da Região Sul do Paraná e Norte de Santa Catarina, conforme afirmaram o prefeito Hussein Bakri e Renato Stasiak, vice-prefeito de Porto União que, na oportunidade representou o prefeito Eliseu Mibach. Wilson Ramos. Foi advogado e professor da UFPR é um dos diretores da Instituição, lembrou suas raízes com União da Vitória, quando seu pai trabalhou na cidade. Célio Waldraff, juiz do trabalho em Curitiba, filho de União da Vitória, falou da satisfação em estar podendo contribuir para que boa parte dos nossos jovens não precisem mais ir para outros centros, bus-



Prefeito Hussein e Diretores da Uniguaçu

cando a formação profissional.

As inscrições para o vestibular, que acontece dia 12 de agosto, estarão abertas a partir de segunda-feira e os 6 primeiros cursos oferecidos são: Ad-

ministração Pública, Bacharelado em Sistemas de Informação, Letras Português-Espanhol, Agronegócios, Secretariado Executivo Bilingue e Marketing.

Novos cursos para o próximo ano

Além destes cursos, já foram avaliados pelo Ministério da Educação, os cursos de Enfermagem e Educação Física. Nesta última semana, a UNIGUAÇU recebeu a Comissão Verificadora do curso de Fisioterapia, e no final do mês, será feita a avaliação do curso de Nutrição.

Outros cursos, que ainda estão em trâmite junto ao MEC são: Arquitetura e Urbanismo, Direito, Jornalismo e Publicidade e Propaganda.

Anexo D – Uniguaçu apresenta seu primeiro vestibular

Fonte: Folha do Contestado, 27 de julho de 2001.

ANEXO E – Comunidade se reúne no Clube Apolo, em União da Vitória, para conhecer os projetos dos cursos propostos pela UNIGUAÇU

Do sonho à realidade:

União da Vitória já é uma Cidade Universitária

Na última Sexta-feira, toda a comunidade de União da Vitória, representada pelas suas principais lideranças, se fez presente no Clube Apolo, no lançamento do primeiro vestibular da Unidade de Ensino Superior do Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU.

A nova instituição de ensino superior de União da Vitória apresentou seus projetos atuais e futuros para a região, mostrando uma proposta arrojada de ensino.

Na oportunidade, além dos dois diretores da UNIGUAÇU presentes, drs. Wilson Ramos e Célio Waldraff, também falaram o prefeito de União da Vitória, Hussein Bakri e o vice-prefeito de Porto União, Renato Stasiak. Wanda Carmargo, profa. aposentada da UFPR será a coordenadora pedagógica da instituição, falando na oportunidade sobre o perfil de cada um dos 6 cursos que terão vestibular já no dia 12 de agosto.

O prefeito Hussein Bakri parabenizou o ex-prefeito Pedro Ivo, também presente no evento, pela iniciativa de trazer a UNIGUAÇU para União da Vitória, dizendo ser este um grande marco para o desenvolvimento de toda a região. Junto com a FAFI, FACE e UnC Porto União da Vitória já é uma cidade universitária.



Página 06

Anexo E – União da Vitória já é uma Cidade Universitária

Fonte: Folha do Contestado, 27 de julho de 2001.

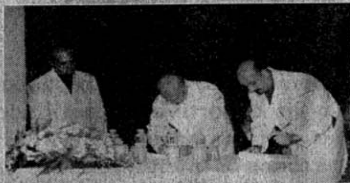
ANEXO F – UNIGUAÇU firma convênios para desenvolver Projetos Sociais na comunidade e nas escolas e promove Ciclo de Palestras

UNIGUAÇU firma convênios para projetos sociais

Dia 16 de maio, quinta-feira, no auditório da Uniguaçu, com a presença de muitos acadêmicos, professores e visitantes, foram assinados os termos de cooperação para convênios entre a UNIGUAÇU e a Prefeitura Municipal de Porto União, projeto destinado ao grupo da Terceira Idade, e UNIGUAÇU e o Colégio Estadual Bernardina Schleder, para o desenvolvimento de projetos sociais.

Com a assinatura do convênio a UNIGUAÇU estará desenvolvendo um grande projeto junto ao Colégio Estadual Bernardina Schleder com o intuito de oferecer aos alunos e professores cursos de informática básica; proporcionar o acesso à Biblioteca Virtual, além de atividades de esporte e palestras.

Já o grupo da Terceira Idade terá a oportunidade de familiarizar-se com os computadores, uma vez que se percebe a curiosidade dos idosos quanto ao computador.



• Diretor Edson, Jayme, coordenador de Projetos Sociais, e Elton Dal Bem Galvão, coordenador de Sistemas de Informação



• Diretor Edson Ayres da Silva e prefeito Eliseu Mibach, no momento da assinatura do convênio

Com isso poderão adquirir um estímulo por pesquisas via Internet, entretenimentos, diversões e bate papos. Outra atividade que será desenvolvida com o grupo será Dança de Salão, pois através dela é possível alcançar níveis satisfatórios em termos de desempenho físico, gerando bem-estar

e autoconfiança.

A Direção Geral da Uniguaçu, representada pelo professor Edson Ayres da Silva, agradece às autoridades presentes ao ato: Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e Isabel Mibach, primeira-dama; Renato Stasiak, vice-prefeito; Sandro Kalicoski, vice-Presidente da Câmara dos Vereadores de Porto União; Ari Passos, Coordenador da Cultura; Carlos Romeu Bueno, Diretor do Colégio Estadual Bernardina Schleder; Adriano Lara, vice-diretor do Colégio; vereadora Shirley Faerber e demais autoridades presentes. Agradece também aos órgãos de imprensa (rádio e jornais) que estiveram prestigiando o evento.



• Diretor do Colégio Bernardina Schleder, Carlos Bueno

Qualidade de vida e saúde será tema de mais uma palestra na UNIGUAÇU

Dando continuidade ao Ciclo de Palestras, a Uniguaçu realiza na próxima sexta-feira dia 24, às 19:15h, mais uma palestra de demonstração prática para os acadêmicos do curso de Educação Física, coordenado pela professora Jussara Moreira, tendo como tema "Qualidade de vida e saúde" com o professor de Curitiba Rodolfo Reolon, Faixa Preta 4.º Dan e Presidente da Associação Paranaense de AIKIDÔ, que é uma arte marcial japonesa que proporciona a harmonia do corpo e da mente. Serão realizados no mês de junho mais dois dias de atividades de apresentações de trabalhos, seminários e palestras sobre ensino de Educação Física, sob orientação da professora Simone



Anexo F – UNIGUAÇU firma convênios para projetos sociais/Qualidade de Vida e saúde será tema de mais uma palestra na UNIGUAÇU

Fonte: O Comércio, 24 de maio de 2002.

ANEXO G – UNIGUAÇU propõe parceria com Câmara de Diretores Lojistas – CDL oportunizando benefícios para funcionários das empresas conveniadas

UNIGUAÇU apresenta projeto ao CDL

O professor Edson Aires da Silva, Diretor Geral da UNIGUAÇU, participou dia 27 de maio de uma importante reunião com dirigentes e empresários da CDL - Câmara de Diretores Lojistas de União da Vitória para apresentar a parceria que pode ser firmada entre a UNIGUAÇU e as empresas. Essa parceria prevê benefícios para os funcionários das empresas conveniadas e que venham a estudar na UNIGUAÇU. Segundo o professor Edson Aires, será uma das muitas outras contribuições que a instituição vem trazendo ao desenvolvimento da comunidade de Porto União da Vitória, em especial no estímulo à formação profissional. Ao lado o professor Edson Aires da Silva.



Anexo G – UNIGUAÇU apresenta projeto ao CDL

Fonte: O Comércio, 07 de junho de 2002.

ANEXO H – Acadêmicos da UNIGUAÇU desenvolvem atividades diversificadas que contribuem para a formação plena em suas áreas de atuação

Ensino pra valer na Uniguaçu

Acadêmicos da Uniguaçu desenvolvem durante as aulas de todas as disciplinas inúmeras atividades diversificadas e que contribuem para a formação plena em suas áreas de atuação.

Uma das atividades mais recentes foi o ciclo de “mesas-redondas” realizadas pelos acadêmicos nas aulas de comunicação e Expressão sob orientação do professor Acir Mario Karwoski.

Pode-se perceber a seriedade, organização e espírito acadêmico que norteou as apresentações. Todos tiveram a oportunidade de se sentir conferencistas, fazendo uso dos microfones, recursos de multimídia e enfrentar um seleta e crítica

platéia constituída pelos colegas alunos que criticamente formularam perguntas e participaram dos debates durante as conferências.

“Queremos oportunizar a experiência de os alunos sentirem na realidade como é uma exposição oral diante de uma platéia, contribuindo, dessa forma para o aprimoramento da formação individual”, comenta o professor Acir Mario Karwoski, orientador das atividades realizadas no auditório da Uniguaçu.

A comunidade UNIGUAÇU sente-se honrada com esse tipo de atividade e parabeniza pela espetacular atuação de todos acadêmicos ao longo do semestre.



• Acadêmicos de Nutrição durante apresentação de mesa-redonda

Anexo H – Ensino pra valer na Uniguaçu

Fonte: O Comércio, 21 de junho de 2002.

ANEXO I – Realização do Projeto UNIGUAÇU na Praça por meio do qual a UNIGUAÇU presta diversos serviços à comunidade

UNIGUAÇU na praça



O projeto UNIGUAÇU NA PRAÇA foi realizado sexta-feira, dia 28 de junho, durante o dia todo na praça Coronel Amazonas. Muitos visitantes prestigiaram o evento, em sua maioria estudantes, e lotaram os espaços do circo especialmente armado para a ocasião.

Foram demonstrados na prática, vários serviços prestados pela UNIGUAÇU, especialmente os cursos das áreas de saúde. Profissionais realizaram exames de saúde, orientações nutricionais e atividades físicas. Duas grandes atrações foram as apresentações da APAE e do grupo de Capoeira. Alunos do curso de Agronegócios apresentaram diversos produtos orgânicos comercializados na região.

Outra atração foram os computadores com acesso à internet e jogos. Alunos e professores do curso de Sistemas de Informação atenderam aos interessados orientando sobre o uso do computador em sociedade. A NET-UNIAO, parceira da UNIGUAÇU neste evento, distribuiu vários CD's grátis de acesso à internet. Percebeu-se que a tecnologia e a informática movem as pessoas e chamam a atenção.

A atividade foi encerrada com um grande show da banda AERO 1, que empolgou o público presente.



s os trabalhos da



Acadêmica do curso de Educação Física animando o pessoal da APE



de capoeira. (Dilúvio)

Profº do curso de Sistemas de Informações orientando interessados.

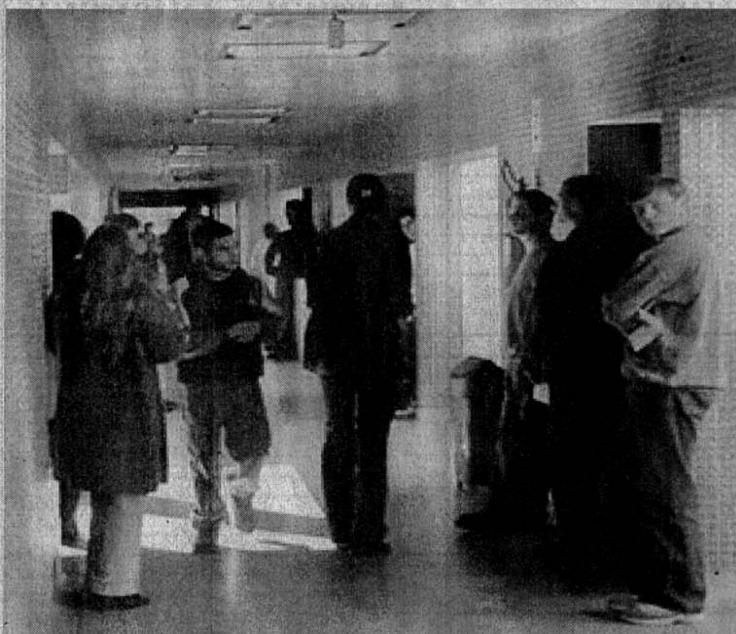
Anexo I – UNIGUAÇU na praça

Fonte: Folha do Contestado, 05 de julho de 2002.

ANEXO J – Aula Inaugural do segundo semestre letivo de 2002

UNIGUAÇU: ensino e compromisso social

A Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu - UNIGUAÇU - iniciou as aulas desse segundo semestre no dia 29 de julho, após uma brilhante palestra, show de motivação e sucesso com o professor e consultor Osmar Coutinho. Os primeiros dias de aula comprovam a qualidade e a satisfação dos alunos em estudar numa faculdade que, além do compromisso social, vem consolidar o ensino na região de Porto União da Vitória, tornando as cidades gêmeas do Iguaçu uma cidade universitária. Junto com as demais instituições de ensino superior que oferecem variadas opções em cursos de graduação e pós-graduação, a UNIGUAÇU firma a sua atuação junto à comunidade. Uma aluna do curso de Nu-



trição disse que gostou muito da recepção que teve na UNIGUAÇU e elogiou os espaços físicos, os laboratórios, biblioteca, organização e, principalmente, a motivação e ale-

gria dos professores e funcionários. Essa aluna, que vem de um município vizinho, sai cedo e chega tarde da noite em casa, iniciou a concretização de um antigo sonho de infância: ser nutricionista.



O crescimento da UNIGUAÇU é visível. Iniciou as atividades em 20 de agosto de 2001 com 60 alunos e 6 professores. Atualmente, encontram-se matriculados aproximadamente 450 alunos e possui um corpo docente de 34 profissionais, em sua maioria mestres. É um significativo crescimento do ensino superior no Vale do Iguaçu e toda a região, já que a UNIGUAÇU busca oferecer ensino com qualidade, diferencial e compromisso social. A direção geral, em conjunto com a "Família Uniguaçu" está organizando as atividades que serão realizadas em comemoração ao primeiro aniversá-

Anexo J – UNIGUAÇU: ensino e compromisso social

Fonte: O Comércio, 09 de agosto de 2002.

ANEXO K – UNIGUAÇU coloca toda a estrutura á disposição dos alunos participantes do Projeto Terceira Idade e comemora seu primeiro aniversário com grande festa de recepção aos calouros

Terceira idade na UNIGUAÇU

Dia 30 de agosto, sexta-feira, às 14 horas, foi realizada a AULA INAUGURAL lançando oficialmente o projeto para a terceira idade, uma parceria dos cursos da UNIGUAÇU e a Prefeitura Municipal de Porto União. Os grupos participarão de diversas atividades esportivas como ginástica, dança de salão, aeróbica e qualidade de vida, além de cursos de informática e noções sobre a conservação da saúde. “Os alunos da terceira idade formam um grupo atuante e que poderá fazer das salas de aula, biblioteca e laboratórios da UNIGUAÇU um espaço para a aprendizagem e lazer, garantindo a qualidade de vida. A UNIGUAÇU foi criada para que a comunidade de Porto União da Vitória faça dos espaços disponíveis o local de aprendizagem e desenvolvi-



Terceira idade de Porto União visitou a UNIGUAÇU conhecendo toda estrutura da entidade

mento pessoal e social”, destacou o professor Acir Mário Karwoski, Coordenador Acadêmico da Uniguauçu, que em nome da Instituição e representando a Direção Geral saudou a todos os presentes. O vice-prefeito de Porto União Renato Stasiak e sua esposa Sirlete, representando o prefeito Municipal Eliseu Mibach, afirmou a importância desse projeto e agradeceu o empenho dos professores, alunos e funcionários da UNIGUA-

ÇU pela atenção e compromisso com os membros dos grupos da terceira idade. Disse que a Prefeitura Municipal de Porto União está satisfeita em ter parceiros como a UNIGUAÇU, ambos comprometidos com a questão social. Neste primeiro dia de aulas, o grupo da terceira idade conheceu as instalações e teve aulas de Educação Física, Informática e noções básicas de saúde e qualidade de vida.

UNIGUAÇU comemora aniversário com festa aos calouros

A Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu - UNIGUAÇU - para comemorar o seu primeiro aniversário, organizou uma grande festa. A tradicional recepção aos calouros deverá reunir muita gente; professores, funcionários, acadêmicos e convidados. Espera-se mais de 800 pessoas. Na ocasião será inaugurada a QUADRA DE ESPORTES

COBERTA. Além das apresentações artísticas dos alunos, professores e funcionários; haverá um SHOW com a banda RG, de Londrina.

A festa será um evento cultural e social, pois, na recepção deverá ser entregue um quilo de alimento não perecível que será doado a instituições filantrópicas de Porto União e União da Vitória. A

comissão organizadora está preparando essa grande festa com muita dedicação já que o evento se tornou tradição na UNIGUAÇU não apenas pela calorosa e alegre recepção aos calouros mas pelo espírito social de querer e poder ajudar instituições de caridade nas suas ações sociais e filantrópicas. O traje é a fantasia. Informações na central de atendimento UNIGUAÇU: (42) 522-6192.

Anexo K – Terceira idade na UNIGUAÇU/UNIGUAÇU comemora aniversário com festa aos calouros

Fonte: Folha do Contestado, 06 de setembro de 2002.

ANEXO L – Dados para realização dos concursos vestibulares das instituições de ensino superior das Gêmeas do Iguaçu

Vestibulares

Começam os preparativos para os Vestibulares das faculdades de União da Vitória e Porto União

FACE
Educação Física e Gestão de Informática são as novidades
A Faculdade de União da Vitória, FACE, terá os seguintes vestibulares:

- Administração;
- Comércio Exterior;
- Ciências Econômicas;
- Ciências Contábeis;
- Licenciatura em Informática;
- Informática de Gestão (curso novo)
- Secretariado Executivo (trilingue);
- Turismo;
- Comunicação Social – Jornalismo;
- Comunicação Social – Publicidade e Propaganda;
- Comunicação Social – Relações Públicas;
- Educação Física (novo).

As inscrições estarão abertas a partir de 25/11/02 a 03/01/03 ao preço de R\$ 50,00. As provas serão dia 12 de janeiro.

UNIGUAÇU
A Universidade do Vale do Iguaçu abriu as inscrições para seu vestibular, de 11 de novembro até 04 de dezembro. A UNIGUAÇU oferecerá:

- Fisioterapia – 50 vagas matutino, 50 vespertino
- Marketing – 50 vagas noturno
- Enfermagem – 50 vagas matutino, 50 vespertino
- Agronegócios – 50 vagas noturno
- Nutrição – 50 vagas matutino, 50 vagas noturno
- Administração Pública – 50 vagas noturno
- Sistemas de Informação – 50 vagas noturno
- Educação Física – 50 vagas matutino, 50 vagas noturno
- Recursos Humanos – 50 vagas noturno.

A provas de Vestibular será no dia 08 de dezembro.

Para 2003, quatro novos cursos deverão ser instalados na Uniguaçu: para março Serviço Social e Farmácia e para o final do ano Odontologia e Direito. Ambos os cursos estão com documentação em trâmite, no MEC, para serem aprovados.

UnC
A Universidade do Contestado, Núcleo de Porto União terá para o início do ano os seguintes vestibulares:

- Sistema de Informação – 50 vagas
- Psicologia – 50 vagas
- Tecnologia da Madeira – 50 vagas

As inscrições estarão abertas de 06 a 15 de janeiro e a prova do Vestibular será feita em 19 de janeiro.

FAFI
A FAFI -UNESPAR abre de 02 a 18 de dezembro e de 06 a 17 de janeiro de 2003, inscrições para os seguintes cursos:

- Biologia – 20 vagas diurno e 20 noturno
- Geografia – 20 vagas noturno
- História – 20 vagas noturno
- Letras/Espanhol – 20 vagas diurno e 40 noturno
- Letras/Inglês – 20 vagas noturno
- Matemática – 20 vagas diurno e 20 noturno
- Pedagogia – 33 vagas diurno e 13 noturno
- Química – 24 vagas diurno e 24 noturno.

A prova do Vestibular será no dia 26 de janeiro.





Anexo L – Começam os preparativos para os Vestibulares das faculdades de União da Vitória e Porto União

Fonte: Folha do Contestado, 14 de novembro de 2002.

**ANEXO M – UNIGUAÇU e Associação dos Municípios do Sul do Paraná –
AMSULPAR celebram convênio para capacitar profissionais das diversas áreas
das prefeituras**



Anexo M – Amsulpar celebra convênio com a UNIGUAÇU

Fonte: O Comércio, 29 de novembro de 2002.

ANEXO N – UNIGUAÇU e FAFI celebram parceria para realizar o projeto: VOLTA A TERRA: MEMÓRIA, IDENTIDADE, FUTURO que será desenvolvido nas vilas rurais de diversos municípios da região das Gêmeas do Iguaçu

UNIGUAÇU e FAFI desenvolvem parceria

Foi lançado dia 11 de dezembro, às 19:30 horas, no auditório da FAFI, o projeto **VOLTA A TERRA: MEMÓRIA, IDENTIDADE, FUTURO**, coordenado pelos professores *Acir Mario Karwoski e Jayme Ayres da Silva*.

O projeto será desenvolvido nas vilas rurais dos municípios de *Antonio Olinto, São Mateus do Sul, Mallet, Paula Freitas, General Carneiro e Bi-*

turuna. Serão realizadas atividades de extensão universitária nas vilas com cursos de espanhol e informática básica, alfabetização de adultos, contação de histórias que as famílias contam, além de orientações nutricionais, de saúde e qualidade de vida.

O projeto envolverá alunos e professores da FAFI e UNIGUAÇU e será desenvolvido até setembro de 2003.

Anexo N – UNIGUAÇU e FAFI desenvolvem parceria

Fonte: Folha do Contestado, 13 de dezembro de 2002.

ANEXO O – Equipe da área de ciências biomédicas da UNIGUAÇU visita bairros de União da Vitória e realiza diagnósticos para detectar eventuais problemas

UNIGUAÇU PRESENTE NAS COMUNIDADES

Diversos são os problemas enfrentados pelas comunidades de uma forma geral no Brasil e no mundo onde urge a ação de governos, instituições, órgãos, empresários e outras camadas da sociedade. Desta forma, a UNIGUAÇU por ser uma instituição de ensino superior e pesquisas, não poderia deixar de lado a sua responsabilidade social. O Diretor Geral da UNIGUAÇU, Professor Edson Aires, criou na gênese da instituição a Coordenação de Projetos Sociais, exatamente para prestar apoio social às comunidades da região. Recentemente, atendendo pedido da comunidade Bairro São Gabriel em União da Vitória, uma equipe de pesquisadores da área das ciências biomédicas, coordenada pelo Professor Jayme Ayres da Silva, estiveram

realizando um diagnóstico na comunidade para detectar eventuais problemas que a comunidade possa contar com o apoio da UNIGUAÇU. O professor Jayme Ayres, coordenador de Projetos Sociais, afirmou que as atividades são exclusivamente de caráter científico, social e de apoio, não havendo, em momento algum o caráter político, uma vez que a instituição reconhece a

necessidade de preservar a ética, a constituição e as obrigações dos órgãos públicos que atuam na área da saúde. Na oportunidade, a equipe visitou várias famílias em seus domicílios e as condições ambientais da comunidade, para traçar diagnósticos necessários de apoio à comunidade. Segundo a direção, outras comunidades serão visitadas com o objetivo de traçar diagnósticos de apoio social às comunidades.



Professor Jayme Ayres e os acadêmicos de enfermagem Adriano e Anderson

Anexo O – UNIGUAÇU PRESENTE NAS COMUNIDADES

Fonte: Folha Esportiva, 27 de fevereiro de 2003.

ANEXO P – Além dos Projetos Sociais em andamento, a UNIGUAÇU desenvolverá diversos outros projetos em parceria com a Prefeitura Municipal de Porto União

UNIGUAÇU lança Projetos Sociais em parceria com a Prefeitura de Porto União

No dia 25 de fevereiro estiveram reunidos nas dependências da UNIGUAÇU, o coordenador de Projetos Sociais, Professor Jayme Ayres, a professora Rosicler Duarte, as estagiárias Danieli Pereira e Katiúscia Proceke e as representantes da Prefeitura Municipais de Porto União, Sirlete Stasiak, Vera Lúcia Cubas, Luciana Kauva, Célia Regina, Rose Mari, Cecília Tidre, para discutirem a programação de execução de atividades voltadas para as comunidades de Porto União (foto).

Além do Programa de atividades para terceira idade que contempla ginástica, dança e informática, diversas outras atividades serão desenvolvidas

no decorrer do ano num trabalho de parceria.

Entre as atividades destacam-se, segundo o coordenador de Projetos Sociais, professor Jayme Ayres, palestras com temas sociais nas comunidades carentes (gravidez na adolescência, uso de drogas, violência, DSTs), teatro com temáticas sociais a ser apresentado nas comunidades com “atores” professores, acadêmicos e convidados, aulas de dança para adolescentes, visitas em escolas para verificação de compor-



tamentos posturais dos estudantes, visitas em domicílios para verificação das condições higiênico-sanitárias das famílias e profilaxias para redução de infecções, orientações para melhor aproveitamento dos alimentos, entre outras.

Anexo P – UNIGUAÇU lança Projetos Sociais em parceria com a Prefeitura de Porto União

Fonte: Folha do Contestado, 28 de fevereiro de 2003.

ANEXO Q – Execução do Projeto Volta à Terra: Memória, Identidade e Futuro desenvolvido pela FAFI/UNESPAR e UNIGUAÇU com apoio da Fundação Araucária

Importante parceria

O projeto Volta à Terra: Memória, Identidade e Futuro, desenvolvido nas Vilas Rurais é um projeto de extensão da FAFI/UNESPAR em parceria com a UNIGUAÇU, e apoiado pela Fundação Araucária.

Em atividades desde o final do ano passado, sob coordenação dos professores Acir Mario Karwoski e Jaime Ayres da Silva, está sendo desenvolvido nas vilas rurais de municípios como Antonio Olinto, São Mateus do Sul, Mallet, Paula Freitas, General Carneiro e Bituruna, envolvendo alunos e professores das duas instituições.

Tem como objetivo resgatar e reconstituir as histórias das famílias que vivem nessas vilas rurais, assim como prestar apoio à educação ambiental e agrícola, saneamento básico, saúde, práticas de leitura e escrita, noções básicas de informática e perspectivas de futuro para crianças, jovens, adultos e terceira idade, formando uma conscientização da importância da informação para esses vileiros.

Atendendo em média 121 famílias, os acadêmicos das duas instituições, professores e profissionais da EMATER, realizam visitas periódicas de orientação e pesquisa, onde constataram que os vileiros anseiam por atividades educacionais e relacionadas ao futuro, como informática e língua estrangeira.

Por este motivo, a partir de 08 de maio, a FAFI/UNESPAR receberá quinzenalmente em seu estabelecimento, vileiros que se inscreveram para a alfabetização de adultos, contação de histórias, entre outros, e no dia 22/05 é a vez da UNIGUAÇU realizar as orientações nutricionais, agrícolas, informática básica e de qualidade de vida.

Iniciativas como esta deveria se tornar epidemia por esse Brasil a fora. Até a próxima semana.

• **Gidriete Brancalione.**



• *Moradores de um vilarejo com acadêmicos da FAFI/UNESPAR e UNIGUAÇU.*



• *Acadêmicos que participam do projeto, e técnicos da EMATER.*



• *Acadêmicos que participam do projeto e*

Anexo Q – Importante parceria

Fonte: O Comércio, 02 de maio de 2003.

ANEXO R – A UNIGUAÇU consolida sua importância no desenvolvimento das Gêmeas do Iguaçu e comemora dois anos com grande festa e com a inauguração da Empresa Júnior e do Laboratório de Fisiologia do Exercício

• UNIGUAÇU COMEMORA DOIS ANOS


A importância da Instituição no desenvolvimento das Gêmeas do Iguaçu

No dia 20 de agosto, a Unidade de Ensino Superior do Vale do Iguaçu (Uniguaçu) completa dois anos do início de suas atividades. Em pouco tempo, firmou-se como uma instituição de qualidade, com profissionais capacitados e uma filosofia voltada ao desenvolvimento do conhecimento científico e projetos sociais. No dia 5 de setembro, uma grande comemoração será realizada, quando a Uniguaçu faz seu aniversário de dois anos e ainda inaugura duas novas aquisições: a Empresa Júnior e o Laboratório de Fisiologia do Exercício.

A criação da Uniguaçu
A história da Uniguaçu, na realidade, foi oficializada no dia 06 de outubro de 1999, quando aconteceu o lançamento do Projeto Uniguaçu no Cine Teatro Luz, e o encaminhou para o Ministério da Educação, em Brasília. Determinou-se que a Instituição funcionaria em um antigo prédio do Senai, por meio de um acordo viabilizado pela prefeitura na época. Quem acreditou nesse projeto foi o grupo da Unibrasil, instituição de Ensino Superior de Curitiba.

Depois de toda a estrutura pronta, as aulas das primeiras turmas foram iniciadas no dia 20 de agosto de 2001, sob a responsabilidade da mesma equipe que hoje coordena a instituição e a amplia a cada dia. A Uniguaçu tornou-se importante não só para o desenvolvimento cultural das cidades, como também fez a região evoluir economicamente. A partir do seu surgimento, foram criados mais de cem empregos diretos, além de alavancar o desenvolvimento das outras instituições de Ensino Superior da região.

Foi com a iniciativa da Uniguaçu, em conjunto com a Prefeitura de Porto União da Vitória, que a instituição conseguiu ser reconhecida como universitária e ainda tem o compromisso de continuar a oferecer para a comunidade o melhor como já provou desde o início de sua existência.



Anexo R – UNIGUAÇU COMEMORA DOIS ANOS

A importância da Instituição no desenvolvimento das Gêmeas do Iguaçu

Fonte: O Comércio, 22 de agosto de 2003.

ANEXO S – UNIGUAÇU e UNC participam do Projeto Rua do Lazer e Cidadania na cidade de Bituruna e realizam diversas atividades na área de recreação, esporte e saúde, além de apresentações culturais

Bituruna

Projeto beneficia moradores

Uniguaçu e UNC estiveram no município para oferecer atividades de recreação, dicas de saúde e apresentações culturais

Durante toda manhã do último domingo, 09, a Uniguaçu, o Colégio Santa Bárbara, acadêmicos da Universidade do Contestado (UnC) e Prefeitura Municipal de Bituruna, proporcionaram o projeto Rua do Lazer Cidadania para os moradores do município de Bituruna. Na ocasião, os alunos realizaram diversas atividades na área de recreação e saúde, além de apresentações culturais e atividades esportivas.

Foi oferecida gratuitamente aos moradores aferição de pressão, testes de tipagem sanguínea e glicose. Além disso, os alunos de Educação Física, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Bituruna, fizeram atividades para ensinar a prática dos primeiros-socorros em casos de acidentes na cidade.



Foto: Acervo Uniguaçu

Moradores de Bituruna em atividades proporcionadas pelas faculdades

Anexo S – Projeto Beneficia moradores/ UNIGUAÇU e UNC estiveram no município para oferecer atividades de recreação, dicas de saúde e apresentações culturais

Fonte: Folha do Contestado, 14 de novembro de 2003.

ANEXO T – Acadêmicos visitam propriedades rurais e cooperativa para aprender sobre o manejo das principais culturas da região e início dos 2ºs Jogos Internos da Uniguaçu

Estudando nas plantações



No último sábado, 15 de novembro, os alunos de Agronegócios III da Uniguaçu estiveram em São Mateus do Sul, acompanhados pelo professor Mário Slomp para uma aula prática nas lavouras do município.

Eles visitaram culturas de soja, milho, trigo, cevada, batata e o armazenamento de grãos da cooperativa Bom Jesus. Os alunos também tiveram a oportunidade de entrar em contato com algumas máquinas agrícolas. Quem acompanhou os alunos foram o agrônomo da cooperativa, Marcos Melneck, e o proprietário das plantações visitadas, Alois Furman, que recepcionou os estudantes com um almoço. Furman é referência na região em termos de tecnologia, com um dos maiores índices de produtividade nas suas lavouras.

Segundo o professor Mário Slomp, o diferencial do curso de Agronegócios da Uniguaçu é que ele oferece ao aluno a oportunidade de conciliar o conhecimento teórico com o prático. “O estudo é voltado para a comercialização, mas é preciso que eles conheçam o produto que vão trabalhar, principalmente aquele que é cultivado na região”, explicou o professor. Ele também enfatizou que as aulas da Uniguaçu procuram trazer o aluno para a realidade da região, no caso de Agronegócios, ele acredita ser essencial o acadêmico aprender sobre o manejo das principais culturas locais.

Jogos da Uniguaçu começam no dia 28

No dia 28 de novembro iniciam-se os 2º Jogos Internos da Uniguaçu (JIU’S). Segundo o diretor da instituição, Edson Aires da Silva, esse é mais um evento programado para integrar os estudantes em clima de festa, descontração e muito esporte. A abertura acontece às 19:30h, quando haverá a entrada das equipes e do fogo simbólico, juramento do atleta e uma festa de confraternização. No dia 29, no período da tarde, será a gincana atlética, seguida por competições inusitadas, como jogos de betes, bolinha de gude, truco, tênis de mesa, vôlei de praia e até o “Show do Milhão”, preparado pelos professores especialmente para o evento. Entre os dias 01 e 04 de dezembro, a partir das 19:30h, haverá jogos de voleibol, basquete e futsal. No dia 05, acontece o encerramento, com diversas provas surpresas para os participantes.

Anexo T – Estudando nas plantações/Jogos da Uniguaçu começam dia 28

Fonte: Caiçara, 21 de novembro de 2003.

ANEXO U – UNIGUAÇU recebe representantes do Movimento Estudantil de Enfermagem e Acadêmicos têm a oportunidade de participar de debate sobre a Saúde Pública no Brasil

Acadêmicos de Enfermagem discutem realidade da Saúde Pública no Brasil

Uniguaçu recebe representantes do Movimento Estudantil de Enfermagem

No dia 16 de abril, estiveram presentes na Uniguaçu duas representantes do Movimento Estudantil da Enfermagem, Carmem Cristina Moura dos Santos, da Executiva Nacional e Milena Pessoa, da Executiva Regional, a convite da professora Olga Estefania, para proferir uma palestra sobre a organização acadêmica da Enfermagem, sobre o envolvimento dos estudantes no Projeto Vivência e Estágio na Realidade do Sistema Único de Saúde (Ver-Sus) e nos Pólos de Educação Permanente (PEP's).

Durante o debate, as convidadas explicaram que o Movimento Estudantil de Enfermagem trabalha pela melhoria da qualidade da prestação dos serviços de saúde e para que o profissional de enfermagem tenha uma prática reflexiva e consciente. “Nossa busca é por profissionais que enxerguem os seres humanos com que trabalham não como objetos de sua ação, mas sim agentes da mudança nas relações da saúde e da sociedade”, afirmaram as estudantes convidadas.

Quanto ao projeto Ver-Sus, foi ressaltada a necessidade dos estudantes universitários da área da saúde em se familiarizarem com o Sus. Segundo Estefania, na maioria das Faculdades de Enfermagem, o sistema público de saúde é uma realidade desconhecida e pouco problematizada na vida acadêmica. “Nos currículos tradicionais, quando não há total ausência de conteúdos sobre o SUS, a ênfase nos procedimentos supera amplamente o pensar saúde, constata-se que os gestores e os formadores não têm gerado suficiente contato e aprendizado dos acadêmicos da área com o SUS, e depois de formados, é nesse Sistema que os profissionais estarão majoritariamente desempenhando suas funções”, explica.

Movimento Estudantil e Ministério da Saúde

Essa preocupação levou o Movimento Estudantil a realizar uma articulação com o Ministério da Saúde e a desenvolver algumas estratégias para a formação de recursos humanos

na área da saúde, uma dessas estratégias é o Ver-Sus Brasil. A meta é permitir que os estudantes interessados sejam selecionados dentre os 14 cursos da área da saúde, tenham a oportunidade de vivenciar o Sus em cerca de 50 municípios do país, no mês de agosto de 2004. Um dos objetivos dessa vivência é criar mecanismos e instrumentos que possam impulsionar uma mudança na formação de recursos humanos para a saúde pública por meio da sensibilização destes estudantes.

Outro projeto em que há o envolvimento dos estudantes é o PEP's. Esses pólos fazem parte de um programa do Ministério da Saúde que iniciou no ano passado, para servir como espaço de articulação entre gestores, instituições formadoras, instâncias de controle social, hospitais de ensino, serviços e representação estudantil, com objetivo de discutir os problemas, prioridades e alternativas de formação e desenvolvimento dos trabalhadores e demais envolvidos com a saúde.

Anexo U – Acadêmicos de Enfermagem discutem realidade da Saúde Pública no Brasil

Fonte: Folha do Contestado, 30 de abril de 2004.

ANEXO V – UNIGUAÇU recebe parecer favorável ao reconhecimento de quatro de seus cursos

MEC dá parecer favorável para quatro cursos da Uniguaçu

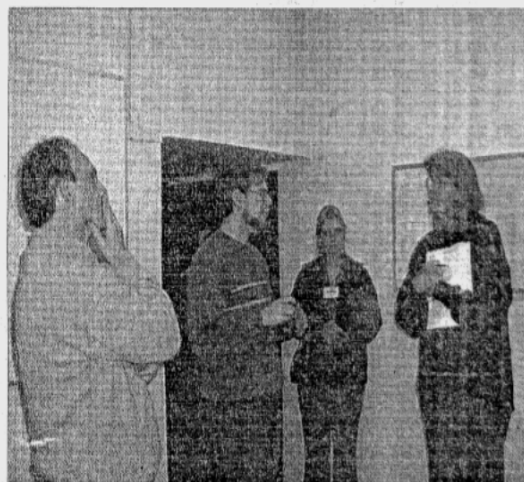
Comissões de Especialistas do Inep visitaram a instituição no início de julho e já anunciaram parecer favorável ao reconhecimento dos cursos

O Ministério da Educação (MEC) divulgou nessa semana, relatório favorável ao reconhecimento do curso de Sistemas de Informação e dos cursos de Administração – Habilitações em Administração Pública, Agronegócios e Marketing – da Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu (Uniguaçu), os primeiros cursos a funcionar na instituição.

Duas Comissões de Especialistas do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), órgão vinculado ao MEC, estiveram na segunda semana de julho avaliando toda a estrutura da Uniguaçu (corpo docen-

te, projeto pedagógico, biblioteca, laboratórios e demais setores da instituição) para a elaboração do relatório.

“Saiu o parecer favorável para o reconhecimento dos cursos”, comenta satisfeito o diretor da instituição, Edson Aires da Silva. “Isso muito nos gratifica, pois demonstra o cumprimento e a seriedade da proposta de trabalho da Uniguaçu aliada à credibilidade com que toda a comunidade tem demonstrado”, ressalta Silva. Para a conclusão do processo de reconhecimento dos quatro cursos, resta agora a publicação da Portaria do MEC, no Diário Oficial da União.



• *Comissões de Especialistas do Inep avaliaram toda a estrutura da Uniguaçu e deram parecer favorável ao funcionamento dos cursos*

Anexo V – MEC dá parecer favorável para quatro cursos da Uniguaçu

Fonte: O Comércio, 30 de setembro de 2004.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)